



LUCIRENE FRANZ FERRARI FERNANDES

**CULTURA E MEMÓRIA SURDA: A EXPERIÊNCIA DOCENTE NA TRAJETÓRIA
DA INSERÇÃO DO ACADÊMICO SURDO NA UNIVERSIDADE LA SALLE EM
CANOAS RS**

CANOAS, 2024

LUCIRENE FRANZ FERRARI FERNANDES

**CULTURA E MEMÓRIA SURDA: A EXPERIÊNCIA DOCENTE NA TRAJETÓRIA DA
INSERÇÃO DO ACADÊMICO SURDO NA UNIVERSIDADE LA SALLE EM CANOAS
RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Orientador : Prof. Dr. Clóvis Trezzi
Co-orientadora: Prof^a. Dr.^a Maria de Lourdes Borges

CANOAS, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F363c Fernandes, Lucirene Franz Ferrari.
Cultura e memória surda [manuscrito] : a experiência docente na trajetória da inserção do acadêmico surdo na Universidade La Salle em Canoas RS / Lucirene Franz Ferrari Fernandes. – 2024. 140 f.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2024.
“Orientação: Prof. Dr. Clóvis Trezzi”.
“Co-orientação: Profa. Dra. Maria de Lourdes Borges.”

1. Memória social. 2. Professores. 3. Inclusão Social. 4. Surdos. I. Trezzi, Clóvis. II. Borges, Maria de Lourdes. III. Título.

CDU: 376.33

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

LUCIRENE FRANZ FERRARI FERNANDES

**CULTURA E MEMÓRIA SURDA: A EXPERIÊNCIA DOCENTE NA TRAJETÓRIA
DA INSERÇÃO DO ACADÊMICO SURDO NA UNIVERSIDADE LA SALLE EM
CANOAS RS.**

Dissertação Aprovada para obtenção do título de Mestre
pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social
e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Helena Venites Sardagna
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Moisés Waismann
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof^a. Dr^a. Patrícia Kayser Vargas Mangan
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Clóvis Trezzi
Orientador e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 12 de novembro de 2024.

Este trabalho é dedicado aos que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e inspiração ao longo do processo de escrita, em especial a Deus, Jesus e o Santo Espírito; ao povo surdo, aos docentes, aos colegas de Mestrado, aos meus filhos Ângelo e Nicolas, a meu esposo Emerson e à minha família sanguínea e de fé, destacando meus pastores Roberto e Elvira Roselaine Machado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer ao Senhor Deus que por Sua misericórdia me proporcionou aprender a Libras e tem guiado meus caminhos, aos meus pastores Roberto e Rose Machado que têm sido verdadeiros faróis em minha jornada. À minha família que sempre me incentivou e me deu todo suporte, aos docentes do PPG Memória Social e Bens Culturais, que sem medir esforços, me apoiaram em todo o processo e em especial ao meu orientador Clóvis Trezzi e minha co-orientadora Maria de Lourdes Borges, que foram meu suporte para que tudo se efetivasse. Não poderia esquecer minha querida coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais que desde o início, antes de meu ingresso, fez o impossível para que eu estivesse cursando meu sonhado Mestrado.

*“Que darei eu ao Senhor, por todos
os benefícios que me tem feito?”
(BIBLIA, Salmos 116:12)*

RESUMO

A inserção de pessoas surdas no Ensino Superior tem se mostrado complexa, pois envolve não apenas uma adaptação estrutural e pedagógica, mas a compreensão profunda da cultura e memória surda. O objetivo geral da pesquisa é propor alternativas para instrumentalizar os profissionais docentes na prática de inclusão dos alunos surdos a partir da cultura surda na perspectiva da memória surda. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, na qual foram analisadas nove entrevistas com professores universitários da Universidade La Salle que tiveram experiência com alunos surdos. Os dados foram analisados segundo a Análise Temática. Os resultados das análises indicaram a relevância da cultura surda na prática docente, indicando para a necessidade de mudança na formação dos professores. Além disso, a aproximação com a memória surda mostra-se importante para a inclusão, pois ela não é limitada pela falta de audição, mas sim enriquecida por interações visuais e culturais dentro de sua comunidade. Adotar uma perspectiva cultural da surdez na formação de professores e intérpretes é fundamental. Isso implica entendê-la não como uma deficiência a ser corrigida, mas como parte essencial da identidade linguística e cultural das pessoas surdas. Além disso, é importante reconhecer a cultura surda como dinâmica e diversa, oferecendo formação continuada em Libras, metodologias inclusivas e com o bilinguismo como base para o ensino-aprendizagem. Sendo assim, estratégias bilíngues, que incorporam a Língua de Sinais e a língua escrita necessitam de uma formação adequada que inclua a cultura surda no currículo e que leve em consideração a memória surda. Os educadores precisam ser capacitados para desenvolver atividades que promovam a interação entre alunos surdos e ouvintes, criando um ambiente inclusivo que valorize a todos. Como parte do Mestrado Profissional, foi desenvolvido o produto final que culminou no Curso de Extensão "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade", cujo objetivo foi capacitar docentes e graduandos a promoverem uma inclusão mais consciente e inclusiva dos surdos na sociedade.

Palavras-chave: Memória surda; Inclusão; Docentes; Capacitação Docente.

ABSTRACT

The inclusion of deaf individuals in higher education has proven to be complex, as it requires not only structural and pedagogical adaptations but also a deep understanding of Deaf culture and memory. The main objective of this research is to propose alternatives to equip future educators with the tools to include deaf students by drawing on Deaf culture from the perspective of Deaf memory. A qualitative study was conducted, analyzing nine interviews with university professors from La Salle University who have experience teaching deaf students. The data were analyzed using Thematic Analysis. The findings highlight the significance of Deaf culture in teaching practices, underscoring the need for changes in teacher training. Furthermore, the connection with Deaf memory is crucial for inclusion, as it is not defined by the lack of hearing but rather enriched by visual and cultural interactions within the Deaf community. Adopting a cultural perspective of deafness in the training of teachers and interpreters is essential. This approach views deafness not as a disability to be corrected but as a vital part of the linguistic and cultural identity of Deaf individuals. Additionally, it is important to recognize Deaf culture as dynamic and diverse, promoting ongoing training in Brazilian Sign Language (Libras), inclusive methodologies, and bilingualism as the foundation for teaching and learning. Bilingual strategies that incorporate Sign Language and written language require proper training that includes Deaf culture in the curriculum and takes Deaf memory into account. Educators must be equipped to develop activities that foster interaction between deaf and hearing students, creating an inclusive environment that values everyone. As part of the Professional Master's program, the final product was the development of the extension course "Perspectives on Deaf Inclusion: Culture, Memory, and Society," which aims to train educators and students to promote more conscious and effective inclusion of deaf individuals in society.

Keywords: Deaf memory; Inclusion; Teachers; Teacher Training.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.2 Memorial	11
1.2.1 <i>Contexto</i>	13
1.3 Problema de pesquisa	14
1.3.2 <i>Objetivo geral e objetivos específicos</i>	15
1.4 Relevância acadêmica	15
1.4.2 <i>Relevância social</i>	18
2. CONHECENDO O CAMPO DE ESTUDO: A UNIVERSIDADE LA SALLE CANOAS- RS	27
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
3.1 A evolução do uso da Língua de Sinais na educação de surdos	30
3.2 A construção da identidade cultural surda	38
3.2.1 <i>A cultura surda e a identidade narrativa</i>	44
3.3 Identidade surda: cultura surda na perspectiva da memória social	49
3.3.1 <i>Memória e linguagem visual para surdos</i>	54
3.3.2 <i>Memória social surda</i>	54
3.3.3 <i>Construção da memória surda na perspectiva da visualidade</i>	56
3.4 A formação docente e a cultura surda	60
3.4.1 <i>Cultura surda na educação: conexões entre memória social e práticas docentes inclusivas</i>	62
3.4.2 <i>Acessibilidade atitudinal: barreira linguística e outros atravessamentos</i>	63
3.4.3 <i>Formação continuada: os desafios docente no aprimoramento da temática surda</i>	64
3.4.4 <i>A cultura surda no âmbito das práticas pedagógicas no ensino superior</i>	69
3.4.5 <i>A singularidade da cultura surda</i>	72
4. PERCURSO METODOLÓGICO	73
5. INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DOS DADOS	83
6. TECENDO MEMÓRIAS E CAPACITAÇÃO: CURSO DE EXTENSÃO COMO PRODUTO TÉCNICO	109
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	131

1. INTRODUÇÃO

Este estudo teve origem em questionamentos acerca da inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior, com o objetivo de instrumentalizar os profissionais docentes na prática de inclusão dos alunos surdos a partir da cultura surda na perspectiva da memória surda. A investigação foi conduzida com base nas experiências, desafios e metodologias desenvolvidas na educação de indivíduos surdos, levando em consideração a influência da cultura e o contexto específico em que esse processo educacional é desenvolvido.

É importante ressaltar que a educação de surdos varia de acordo com o país e a cultura em que é implementada. Em alguns países, a Língua de Sinais é reconhecida como uma língua oficial, enquanto em outros ainda é considerada como um simples sistema de comunicação.

Um marco importante foi alcançado para que a Libras fosse reconhecida oficialmente no Brasil através da Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que estabelece Libras como um meio legal de comunicação e expressão. De acordo com Thomas e Lopes (2004), essa oficialização foi fruto de uma longa luta da comunidade surda, que envolveu a Federação Nacional de Educação e Integração ao Surdo (Feneis), além de diversas associações e instituições. Existem diferentes variações da Língua de Sinais em todo o mundo, o que pode influenciar a forma como a educação de surdos é abordada.

A cultura surda e a memória social são duas áreas distintas, mas interconectadas, que desempenham um papel importante na comunidade surda. A cultura surda refere-se ao conjunto de valores, tradições, língua, comportamentos e identidade compartilhados por pessoas surdas. É uma cultura única que se desenvolve em torno da experiência de ser surdo e da comunicação visual e gestual predominante na comunidade surda. A Língua de Sinais, como a *American Sign Language (ASL)* nos Estados Unidos ou Libras no Brasil, é um elemento central na cultura surda, pois proporciona uma forma de comunicação plena e natural para os surdos.

A memória social refere-se à preservação e transmissão coletiva das vivências, experiências e identidade de um grupo específico. Na comunidade surda, a memória social desempenha um papel fundamental na preservação da história

surda, incluindo eventos significativos, conquistas, lutas e marcos importantes na evolução dos direitos e inclusão das pessoas surdas na sociedade.

A educação de surdos busca fornecer aos estudantes surdos uma educação de qualidade que leve em consideração suas necessidades específicas, incluindo sua língua materna, cultura e modo de comunicação. A educação bilíngue e a educação inclusiva são algumas das abordagens utilizadas na educação de surdos em todo o mundo. A cultura surda possui um papel essencial na construção da identidade surda, pois é uma cultura distinta e vibrante que se desenvolveu ao longo do tempo por meio da língua de sinais, das tradições visuais, da arte, da literatura e das instituições surdas. Os surdos compartilham uma língua que é uma experiência comum, criando uma comunidade cultural única. Essa cultura é transmitida de geração em geração e ajuda a construir a identidade individual e coletiva dos surdos.

Ao reconhecer e valorizar a cultura surda na perspectiva da memória social, o ensino superior tem a oportunidade de formar profissionais sensíveis à diversidade, capazes de trabalhar de forma visual com pessoas surdas em suas respectivas áreas. Isso é particularmente relevante em campos como a educação, saúde, serviços sociais, direito e comunicação, onde a interação com pessoas surdas é comum.

1.2 Memorial

Minha história acadêmica iniciou após 14 anos longe dos bancos escolares. Me formei no ensino médio em 1998, porém por falta de condições financeiras na época não pude dar continuidade aos estudos. Trabalhei em diversos lugares, inclusive de diarista. Em 2012 eu trabalhava em uma casa de família na qual os meus patrões me incentivaram a voltar a estudar. Foi então que fiz o ENEM e logo após me inscrevi no ProUni onde consegui uma bolsa de 100% na graduação de Serviço Social. Em 2013 ingressei na Universidade La Salle, no Curso de Extensão de Tradutor Intérprete da Língua de Sinais¹ e no ano seguinte fui admitida como colaboradora. Logo após terminada a graduação em Serviço Social iniciei a

¹ O tradutor/intérprete da língua de sinais é um profissional especializado em facilitar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, bem como entre pessoas que utilizam diferentes línguas de sinais. Eles desempenham um papel crucial na mediação linguística, permitindo que a informação seja transmitida de forma eficaz e precisa entre esses grupos. Suas responsabilidades incluem traduzir a língua de sinais para a língua falada e vice-versa, garantindo que a mensagem e o contexto sejam transmitidos com precisão.

pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva. Desde então não parei mais de estudar e realizei mais alguns cursos de especialização sendo eles: Psicopedagogia institucional, Especialização em Tradução e Interpretação da Língua de Sinais, Teologia.

Minha jornada na área de Libras e interpretação começou com uma paixão profunda por tornar a comunicação mais inclusiva e acessível para todos na Igreja Evangélica O Brasil para Cristo em 2011. Desde o início, minha busca pelo conhecimento e pela habilidade em Libras foi intensa. Investi tempo e esforço em minha formação, compreendendo a importância de dominar essa língua e as técnicas de interpretação. Uma das conquistas mais gratificantes da minha trajetória foi a oportunidade de iniciar a área de Libras na nossa igreja, oportunizando que a espiritualidade e a comunhão se tornassem acessíveis para membros surdos² da nossa comunidade sendo uma missão que abracei com todo o meu coração.

Em 2019 decidi fazer Licenciatura em Letras-Libras, hoje atuo como professora de Libras em um município da região metropolitana de Porto Alegre e estou comprometida também em multiplicar o conhecimento com os membros da igreja, capacitando-os a se comunicarem de forma visual com pessoas surdas. Olhando para o futuro, vejo um caminho promissor, pois minha paixão e dedicação me impulsionam a continuar aprimorando minhas habilidades e a promover a inclusão em todos os aspectos da vida. Cada dia é uma oportunidade para inspirar e capacitar aqueles ao meu redor, enquanto trabalhamos juntos para tornar o mundo um lugar mais acessível e compreensível para a comunidade surda.

Em 2020 me tornei membro da Associação Gaúcha de Intérpretes. Essa decisão foi motivada pelo desejo de colaborar com outros profissionais e aprender com suas experiências. A Associação tem sido uma fonte valiosa de conhecimento e apoio ao longo da minha jornada e me oportuniza participar do Comitê de Ética, onde são recebidas as demandas em relação à atuação profissional do intérprete.

Ainda falando em nível superior, sou licenciada em Letras-Português e Letras- Libras, Serviço Social. Ao longo dos anos realizei diversos cursos na área da surdez, como por exemplo curso de Instrutor de Libras, Curso de Capacitação na área da Libras e Surdez, etc. Com muitas lágrimas conquistei a certificação

² Surdos são indivíduos que têm uma perda total ou significativa da capacidade auditiva, a surdez pode variar em grau, desde uma perda auditiva leve até uma perda auditiva profunda.

Prolibras (Proficiência na tradução e interpretação da língua brasileira de sinais - MEC-INES) e isso foi um divisor de águas em minha vida profissional...

Ao longo de 11 anos de convivência com a comunidade surda e povo surdo³, pude perceber as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos sujeitos surdos no cotidiano em sociedade majoritariamente ouvinte, sendo assim me tornei uma ativista da causa surda e minha missão vai além do “simples” sinalizar, luto pelo povo e comunidade surda no que tange ao acesso aos direitos que já são garantidos via Lei, porém são violados, principalmente no acesso linguístico que são negados aos surdos.

Minha trajetória está longe de ser completa, mas estou entusiasmada com as possibilidades que o futuro reserva. Continuarei a me dedicar a essa causa com determinação e espero fazer ainda mais diferença na vida das pessoas surdas que cruzarem o meu caminho. Minha jornada na área de Libras e interpretação é uma fonte constante de aprendizado e gratificação, e estou ansiosa para cada novo capítulo que virá pela frente.

1.2.1 Contexto

A história do sujeito surdo é marcada por uma trajetória intensa de lutas, desafios e conquistas que vão além das experiências individuais, tornando-se uma bandeira coletiva em busca de melhores condições de comunicação e inclusão no sistema educacional e na sociedade. No passado, pessoas surdas eram vistas como "ineducáveis" devido à sua condição auditiva, mas essa visão tem sido transformada por esforços em prol da inclusão e da valorização da diversidade. A pesquisa foi realizada a fim de conhecer os atravessamentos ocorridos da inserção dos surdos no Ensino Superior na Universidade La Salle (Unilasalle) em Canoas/RS, que é referência no acompanhamento de surdos no Ensino Superior. Desde 2001, a Universidade conta com uma equipe de Intérpretes de Libras, que cresceu de acordo com a procura dos alunos, e foi se reinventando nas práticas acessíveis, a

³ Enquanto o conceito de Povo Surdo, segundo Strobel (2008), refere-se aos sujeitos surdos conectados por uma origem e por uma formação ética visual, independentemente de sua proficiência linguística ou de outros laços, as comunidades surdas são espaços concretos de convivência presentes em diversas cidades, nos quais surdos e ouvintes, geralmente usuários de línguas de sinais, se reúnem para compartilhar histórias, costumes e experiências. Assim, o Povo Surdo representa uma noção ampla e simbólica de pertencimento, enquanto as comunidades surdas expressam esse pertencimento de forma mais localizada e prática.

fim de possibilitar a inclusão de forma efetiva. Diante disso, o problema de pesquisa é delineado.

1.3 Problema da pesquisa

A inclusão de surdos no ambiente escolar é um desafio complexo e multifacetado, que exige uma compreensão profunda, não apenas das necessidades educacionais específicas, mas também da cultura surda.

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos/cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares (Salamanca, 1994, P.18).

Com base na experiência da autora enquanto professora e tradutora e intérprete da língua de sinais portuguesa (TILSP), possibilitou-se o questionamento e algumas reflexões sobre como preparar profissionais docentes para enfrentar esse desafio na perspectiva visual.

A questão central da pesquisa — como instrumentalizar os profissionais docentes ouvintes para a inclusão de surdos a partir da cultura surda, sob a ótica da memória surda — leva a refletir sobre a importância de integrar a cultura surda na formação desses profissionais.

A memória social ensina que a construção de identidade e a percepção de um grupo social são oportunizadas por suas experiências compartilhadas e suas tradições, como é afirmado por Durkheim (1895/2007, p. XXIII):

Com efeito, o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo não é constituído da mesma maneira que o indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas. Para compreender a maneira como a sociedade representa a si mesma e o mundo que a cerca, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que se deve considerar (Durkheim 1895/2007, p. XXIII).

Portanto, é fundamental que os educadores compreendam e respeitem a cultura surda como um elemento essencial da identidade dos alunos surdos, ou seja, é necessário criar um ambiente onde a cultura surda seja não apenas reconhecida, mas celebrada. Isso significa que os profissionais devem ser

capacitados não apenas para utilizar estratégias pedagógicas inclusivas, mas também para apreciar e integrar a rica herança cultural dos surdos em suas práticas educativas.

Sendo assim, esta pesquisa partiu da seguinte questão: **Como se pode instrumentalizar os profissionais docentes ouvintes para inclusão de surdos em ambiente escolar a partir da cultura surda na perspectiva da memória social?** Diante desta questão de pesquisa, parte-se para o esclarecimento dos objetivos que serão descritos a seguir.

1.3.2 Objetivo geral e objetivos específicos

A seguir serão apresentados os objetivos que balizam a pesquisa:

Objetivo Geral

- Propor alternativas para instrumentalizar os profissionais docentes na prática de inclusão dos alunos surdos a partir da cultura surda na perspectiva da memória surda.

Objetivos Específicos

- Discutir a cultura surda na perspectiva da memória surda;
- Perceber as dificuldades encontradas por docentes a fim de incluir o sujeito surdo no processo ensino e aprendizagem;
- Demonstrar alternativas para o aperfeiçoamento da prática docente em relação ao processo de ensino e aprendizagem do acadêmico surdo.

1.4 Relevância acadêmica

A relevância acadêmica de um tema para uma dissertação de mestrado reside na sua capacidade de contribuir significativamente para o avanço do conhecimento em determinada área de estudo, portanto

Pode-se afirmar com segurança que a pós-graduação é um dos melhores segmentos do sistema educacional brasileiro sob o critério do nível de qualidade alcançado e vem contribuindo significativamente para a construção de um retrato mais fiel da realidade nacional, graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo tempo em que forma novas gerações de pesquisadores. (Severino, 2006, p. 52).

A dissertação "Cultura e Memórias Surdas: A Experiência Docente na Trajetória da Inserção do Acadêmico Surdo na Universidade La Salle em Canoas, RS" destaca-se pela sua relevância acadêmica em diversos aspectos. Primeiramente, contribui significativamente para o avanço do conhecimento ao explorar a cultura e a memória da comunidade surda, áreas ainda sub-representadas na pesquisa acadêmica pois

a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. (Pollak, 1992, n.p.).

Sendo assim, ao investigar a experiência docente na universidade em relação à inclusão de acadêmicos surdos, o estudo aborda práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a dissertação aborda uma lacuna significativa na literatura ao examinar de maneira detalhada como a cultura surda e suas memórias são preservadas e transmitidas dentro do ambiente acadêmico.

Assim, aos educadores-educandos compete propor e alimentar as mediações de comunicação entre os sujeitos participantes, mantendo instrumentos democráticos de controle coletivo, para garantir que as propostas de cada um sejam entendidas, negociadas e articuladas com o conjunto das outras propostas, assim como facilitar o desenvolvimento de acesso institucional, e de reelaboração crítica e criativa, das informações necessárias para o trabalho educacional (Fleuri, 2018, p.127).

Toda essa discussão não apenas amplia o entendimento teórico sobre inclusão educacional, mas também fornece diretrizes práticas para melhorar a experiência de aprendizado de estudantes surdos contribuindo para a formação de políticas educacionais mais inclusivas, pois ao identificar desafios e boas práticas na inserção de acadêmicos surdos, o estudo pode influenciar decisões institucionais e políticas públicas voltadas para a inclusão no Ensino Superior.

Finalmente, podemos pensar as relações entre a pesquisa, as práticas e as políticas educacionais remetendo-nos ao papel da ciência. Se a concebemos com um caráter instrumental, nosso raciocínio é que a ciência deve fornecer orientações diretas para as políticas e práticas, isto é, prover respostas a perguntas em termos de meios-fins, causa-efeito (André, 2009, p.06).

A seguir, serão apresentadas as dissertações e teses relacionadas ao tema Cultura e memória surda. A pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES utilizando os seguintes descritores: "cultura surda na formação de identidades"; "práticas pedagógicas inclusivas para acadêmicos

surdos"; "experiências de inserção acadêmica de surdos em instituições de ensino superior"; "memória surda e cultura surda"; "capacitação de professores de surdos" e "capacitação de professores de surdos no Ensino Superior". Esses termos foram selecionados para explorar o papel da cultura e da memória surda na formação de identidades e na prática docente inclusiva, bem como a inserção acadêmica de estudantes surdos em instituições de ensino superior.

A pesquisa na plataforma Capes incluiu trabalhos defendidos entre 2010 e 2024, e os critérios de seleção foram pautados pela relevância dos estudos no contexto da educação de surdos e sua contribuição para a capacitação docente e práticas pedagógicas inclusivas com base na cultura e memória surda.

Quadro 1: Resultados da pesquisa realizada na plataforma Capes

Descritores	Tipo de publicação	Quantidade
A importância da cultura surda na formação de identidades.	Dissertação	5
A importância da cultura surda na formação de identidades.	Tese	1
Práticas pedagógicas inclusivas para acadêmicos surdos	Dissertação	4
Práticas pedagógicas inclusivas para acadêmicos surdos	Tese	0
Experiências de inserção acadêmica de surdos em instituições de Ensino Superior.	Dissertação	1
Experiências de inserção acadêmica de surdos em instituições de Ensino Superior.	Tese	0
Memória surda e cultura surda	Dissertação	5
Memória surda e cultura surda	Tese	3
Capacitação de professores de surdos	Dissertação	16
Capacitação de professores de surdos	Tese	3
Capacitação de professores de surdos no Ensino Superior	Dissertação	0
Capacitação de professores de surdos no Ensino Superior	Tese	0

Fonte: Pesquisa realizada pela autora em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>

A análise dos dados coletados apresenta a relevância acadêmica do estudo, pois com base nas pesquisas realizadas observa-se que embora existam diversas dissertações e teses sobre a importância da cultura surda e a capacitação de professores, a literatura ainda carece de estudos específicos que abordem a experiência docente e a inserção de acadêmicos surdos no contexto acadêmico.

A escassez de publicações relacionadas às práticas pedagógicas inclusivas e às experiências de inserção acadêmica enfatiza a necessidade de investigações aprofundadas nessa área. Dessa forma, a dissertação proposta não apenas contribuirá para o fortalecimento do conhecimento sobre a inclusão de alunos surdos no Ensino Superior, mas também servirá como uma importante referência para futuras pesquisas e práticas educativas.

Diante do exposto, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de metodologias de ensino adaptadas às necessidades específicas dos estudantes surdos, destacando a importância do uso da Libras e outras tecnologias assistivas, não apenas ampliando o conhecimento acadêmico sobre inclusão e cultura surda, mas também oferecendo contribuições práticas significativas para a educação inclusiva e para o desenvolvimento de políticas educacionais mais justas e acessíveis.

1.4.2 Relevância social

A relevância social deste estudo reside na crescente importância da inclusão educacional e na necessidade de capacitar os docentes para lidar de maneira inclusiva com alunos surdos. A cultura surda possui características únicas que devem ser levadas em consideração para uma inclusão genuína. No entanto, muitos educadores enfrentam desafios ao tentar implementar práticas inclusivas, muitas vezes devido à falta de conhecimento sobre a cultura surda e suas nuances. Esse estudo busca preencher essa lacuna, oferecendo ferramentas concretas para instrumentalizar os docentes e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e enriquecedora para todos os alunos.

Muito se discute a respeito da educação de surdos no Brasil, já que o tema se faz presente no cotidiano da sociedade na contemporaneidade.

A discussão em torno da capacidade de aprendizagem dos surdos teve início após o início do século XVI. Segundo as pesquisas realizadas por Veloso e Maia

(2009), começaram a surgir pessoas que demonstraram interesse e, em alguns casos, defendiam a capacidade dos surdos de aprender. No entanto, como observado por Gomes (2008), foi somente ao longo do próprio século XVI que esse reconhecimento efetivo da capacidade de aprendizagem dos surdos se estabeleceu.

Isso se deve à figura de Pedro Ponce de León, um monge beneditino da Espanha que se destacou nesse cenário. Por volta de 1584, Ponce de León foi contratado por famílias nobres para educar seus filhos, muitos dos quais eram potenciais herdeiros reais. Além do ensino de leitura e escrita, de León possuía habilidades em botânica e manipulava ervas para criar remédios destinados a "curar" e a incentivar a fala dos surdos (Gomes, 2008).

De León estabeleceu uma escola para surdos no próprio monastério em que vivia. Seu método de ensino envolvia o uso de um alfabeto bimanual, que fazia uso de ambas as mãos, juntamente com alguns sinais simples. No entanto, Gomes (2008, p. 9) observa que "Apesar do alfabeto bimanual permitir que o estudante soletrasse qualquer palavra letra por letra, ele não promovia a capacidade de comunicação".

No âmbito acadêmico, a educação dos surdos tem se tornado uma temática cada vez mais abordada, sendo objeto de crescentes pesquisas e discussões, pois

(...) Há pessoas surdas em toda a parte do Brasil. Porém, muitos surdos são invisíveis à Sociedade (...): a) Nos Lugares Comuns (praças, bares, cinemas, clubes, etc.), b) Nas Associações de Surdos, c) Nas Escolas e Universidades, d) Nas Clínicas, e) Nas Igrejas. (Monteiro, 2006, p. 280).

O sujeito surdo carrega marcas profundas em sua história, marcas de luta, perdas e conquistas que perpassam a barreira individual, intrínseca e própria do ser humano e se faz uma "bandeira" coletiva de busca por melhores condições comunicacionais e de inclusão no sistema educacional de ensino, haja vista que no passado eram tidos como "ineducáveis" por sua condição de "ser surdo". De acordo com Moura (2000, p.60), "apenas quando o Surdo pode se ver e ser visto, encarnar e ser encarnado como um sujeito com capacidades e habilidades, possibilidades de ser e vir a ser é que ele poderá ter o seu papel de ser social totalmente desempenhado na sociedade".

Além disso, o surdo ainda enfrenta a "barreira linguística" devido à sua língua, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, que é reconhecida como meio legal de comunicação por meio da Lei 10436/2002. A importância da aquisição e uso da

Língua de Sinais para o sujeito surdo vai além da comunicação, ou seja, "ter uma língua estruturada e coesa para permitir não apenas uma comunicação, uma troca de mensagens, mas permitir também, a elaboração de ideias, a organização do próprio pensamento e também servir como meio de expressão." (Sá, 2002, p.126).

A Libras, por sua importância na educação dos surdos, deve fazer parte do cotidiano desse sujeito. Porém ainda há quem pense que a Libras é mera mímica ou "gestos" soltos. Por isso, cabe aqui reforçar seu status de língua conforme os autores

Um instrumento linguístico que possibilita de modo natural a construção de seus conhecimentos, que organize suas funções mentais, que facilite sua estruturação interna, que os capacite a abstrair conceitos e que, também, facilite sua comunicação, ao possibilitar o uso de argumentos e de questionamentos de maneira tranquila. A Língua de Sinais serve para "abrir o conhecimento", serve para "ir profundo" nas questões, serve para facilitar a compreensão, estimulando o cérebro. (Sá, 2002, p.170).

E ainda Lopes (2007, p. 28)

As línguas de sinais são instrumentos essenciais para transmitir cultura e conhecimento. O status e o reconhecimento das línguas de sinais no mundo devem ser reforçados mediante políticas linguísticas, pesquisa e ensino da Língua de Sinais. As línguas de sinais deverão fazer parte do currículo escolar de cada país. (Declaração Mundial de Educação de Surdos, XV Congresso Mundial de Pessoas Surdas, Madri, julho de 2007).

No Brasil, o status de língua foi reconhecido pela Lei 10.436 de 26 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto 5626/05. Porém muito ainda há de se sensibilizar para o uso e reconhecimento da língua na sociedade que ainda cria barreiras preconceituosas em relação ao sujeito e sua forma de comunicação. Essa barreira linguística acarreta várias desigualdades na vida do sujeito surdo e atinge também o âmbito escolar, por isso deve-se "(...) olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença." (Perlin; Miranda, 2003, p. 217).

Diante disso, o processo de ensino e aprendizagem do aluno com surdez se torna cada vez mais objeto de estudos e dúvidas em relação à metodologia e didática a ser utilizada. A formação do docente que irá participar desse processo, mesmo que tenha sido direcionada à temática da surdez, não lhe dá subsídios para atuação plena em sala de aula, já que esse aluno necessita de outros atendimentos que complete esse processo, como o tradutor e intérprete de Libras, por exemplo.

Reconhecer a cultura surda e compreender sua importância são passos fundamentais para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para as pessoas surdas. Aqui estão alguns pontos-chaves sobre o reconhecimento da cultura surda e sua importância segundo Perlin (1998):

1. Identidade cultural: A cultura surda é uma parte integrante da identidade das pessoas surdas. Ela abrange a Língua de Sinais, valores, tradições, história e expressões artísticas únicas. Reconhecer essa identidade cultural significa respeitar e valorizar a maneira de viver e de se comunicar das pessoas surdas.

2. Comunicação e linguagem: A Língua de Sinais é o meio de comunicação primário para a comunidade surda. Reconhecer a Língua de Sinais como uma língua legítima e equivalente às línguas faladas é fundamental para permitir que as pessoas surdas se expressem plenamente e se envolvam em todos os aspectos da vida, incluindo o ensino superior.

3. Acesso à informação: Ao reconhecer a cultura surda, é possível implementar medidas para ajudar a promover o acesso igualitário à informação para os estudantes surdos. Isso pode envolver a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais, legendas em vídeos, materiais de estudo adaptados e outras formas de tecnologia assistiva. O acesso à informação é essencial para uma participação efetiva e um aprendizado significativo no Ensino Superior.

4. Inclusão educacional: Reconhecer a cultura surda no Ensino Superior promove a inclusão educacional de estudantes surdos. Isso implica em criar um ambiente acolhedor, fornecer recursos visuais e adotar práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos estudantes surdos. A inclusão educacional não apenas beneficia os estudantes surdos, mas também enriquece a experiência educacional para todos os estudantes, promovendo a diversidade e a troca de perspectivas.

5. Valorização da diversidade: Ao reconhecer a cultura surda, o Ensino Superior demonstra seu compromisso com a valorização da diversidade.

Em relação à memória social e cultura surda, a primeira desempenha um papel importante na preservação da história e da cultura de um grupo específico, incluindo a comunidade surda. A abordagem da memória social em relação à importância da construção da Cultura e Identidade surda são abordadas de forma implícita na obra de Sá (2002):

1. Preservação da história e identidade: A memória social permite que a

comunidade surda preserve sua história coletiva, incluindo eventos importantes, conquistas, desafios enfrentados e marcos culturais. Através de narrativas orais, histórias, registros escritos e outras formas de preservação da memória, a cultura surda é transmitida e mantida viva.

2. Fortalecimento da identidade cultural: A memória social desempenha um papel central na formação e no fortalecimento da identidade cultural dos surdos. Ao lembrar e compartilhar histórias e experiências, os surdos reafirmam sua identidade como membros de uma comunidade culturalmente rica. A memória social ajuda a solidificar o senso de pertencimento e a construir uma base sólida para a autoestima e a auto aceitação dos indivíduos surdos.

3. Transmissão de conhecimentos e valores: A memória social é uma forma essencial de transmitir conhecimentos, valores e tradições entre as gerações surdas. Por meio de histórias, lendas, provérbios, músicas e outras formas de expressão cultural, os surdos compartilham sabedoria, conhecimentos práticos e valores fundamentais que são importantes para a continuidade de sua cultura.

4. Conscientização e educação: A memória social desempenha um papel fundamental na conscientização e na educação da sociedade em geral sobre a cultura e a realidade dos surdos. Ao compartilhar suas histórias e experiências, os surdos têm a oportunidade de aumentar a compreensão e a aceitação da comunidade em relação à sua cultura, linguagem e desafios enfrentados. Isso promove uma sociedade mais inclusiva e combate estereótipos e preconceitos.

5. Empoderamento e ativismo: A memória social também pode desempenhar um papel no empoderamento e no ativismo da comunidade surda. Ao lembrar eventos históricos e lutas passadas por direitos e reconhecimento, os surdos podem se inspirar e se engajar em ações que visam promover a igualdade de oportunidades e melhorar a qualidade de vida das pessoas surdas.

A memória social é essencial para a preservação, transmissão e fortalecimento da cultura surda. Ela desempenha um papel crucial na formação da identidade, na educação da sociedade em geral e no empoderamento da comunidade surda. Reconhecer e valorizar a memória social é fundamental para promover a inclusão e a igualdade para as pessoas surdas.

Na perspectiva da inclusão do sujeito surdo na educação no sistema de ensino, é frequente encontrar alunos surdos que enfrentam dificuldades na comunicação com seus professores, principalmente porque estes não estão

familiarizados com a Língua de Sinais. Embora alguns professores tentem se comunicar por gestos ou por escrito, é comum ocorrerem problemas de comunicação, pois a estrutura da Língua de Sinais é diferente da língua oral. Para que o processo educativo se efetive, Alvez, Damázio e Ferreira (2010, p. 55) ressaltam a importância de

- a) Uma proposta didático-pedagógica que norteie um primeiro nível de ensino voltado para os processos iniciais de alfabetizar e letrar;
- b) Uma proposta didático-pedagógica para um segundo nível de ensino norteado aos processos intermediários de maior complexidade, em que os textos veiculados apresentarão estruturas, organização e funcionamento de razoáveis complexidades e promovam atos de ler, interpretar e escrever, segundo categorias mais elaboradas da língua padrão;
- c) Uma proposta didático-pedagógica de um terceiro nível, mais avançado, da apropriação da língua oficial escrita, em que o uso da língua esteja plenamente ao alcance da pessoa com surdez, que poderá produzir o processo de leitura e de escrita de gêneros textuais e discursivos em patamares de maior complexidade e elaboração, tornando-se sujeito de complexo nível.

Em turmas inclusivas, os professores que não possuem conhecimento de Libras podem contar com o auxílio de intérpretes, profissionais que realizam a mediação linguística e cultural entre ouvintes e surdos.

O processo de inclusão visa garantir o direito de todos os indivíduos de participarem plenamente como membros ativos da sociedade, começando pelo ambiente escolar. Para que esse processo inclusivo seja efetivo, são necessárias diversas ações, uma vez que as instituições de ensino só conseguem ensinar a todos quando estão atentas às necessidades individuais. É fundamental respeitar os ritmos e as capacidades diferenciadas, em vez de enfatizar as limitações. Para isso, é preciso desenvolver práticas pedagógicas que busquem alternativas para avaliação diferenciada, currículo adaptado, comunicação acessível, ensino ativo e um compromisso por parte dos professores. (Candau; Moreira, 2007).

Nessa perspectiva, Alves, Ferreira e Damázio (2010, p. 8) relatam:

É necessário pensar e construir uma prática pedagógica que assuma a abordagem bilíngue e se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez na escola, é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender cada pessoa em suas potencialidades, singularidades e diferenças em seus contextos de vida (Alves, Ferreira e Damázio, 2010, p. 8).

Ao fazer isso, a instituição se torna inclusiva, buscando promover as habilidades e competências dos alunos surdos, garantindo oportunidades equitativas de aprendizado e participação plena na sociedade.

Pensando na instrumentalização docente, o produto final da pesquisa será um Curso de Extensão "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade" que tem como objetivo proporcionar um ambiente de aprendizado e reflexão sobre a inclusão de pessoas surdas, abordando aspectos fundamentais relacionados à cultura surda, memória coletiva e a influência da sociedade na construção de uma sociedade mais inclusiva. Conforme Albres (2012, n.p.)

Os professores em formação continuada passam por um processo que revelam a força da apreensão do "saber escolar", da resignificação do conceito de ensinar-aprender mediado pela ação pedagógica que vivenciam na universidade. Consideramos ser o professor a peça fundamental que coordena toda a ação, a planejar usando os instrumentos necessários para chegar ao êxito do seu trabalho, compreendendo sempre que as formas e abstrações são subjetivas e individuais e dependem de diversos fatores (Albres, 2012, n.p.).

Contextualmente, a inclusão de pessoas surdas é um tema relevante e atual, pois visa garantir o pleno acesso e participação desses indivíduos em todos os aspectos da vida social, incluindo a educação, o trabalho, o lazer e a comunicação. No entanto, muitas barreiras ainda existem, resultando em exclusão e dificuldades para os surdos se integrarem plenamente na sociedade (Alvez, Damázio e Ferreira, 2010).

A importância e o impacto do Curso de Extensão "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade", pensado como produto desta pesquisa, podem ser justificados tanto do ponto de vista profissional quanto acadêmico. Do ponto de vista profissional, o curso oferece benefícios significativos para a carreira, tanto para o instrutor quanto para os participantes. Como instrutor, o curso permite compartilhar o conhecimento e expertise sobre inclusão surda, promovendo uma maior conscientização e compreensão da cultura surda e das questões relacionadas à inclusão. Isso fortalece a posição de um profissional engajado e comprometido com a inclusão e proporciona oportunidades de *networking* e colaboração com outros profissionais e instituições interessados na temática.

Para os participantes, o curso oferece uma oportunidade única de aprofundar seus conhecimentos sobre a inclusão de pessoas surdas, explorando as perspectivas culturais, memória e sociedade. Isso pode melhorar sua prática

profissional, capacitando-os a desenvolver abordagens inclusivas e sensíveis à cultura surda em suas áreas de atuação. Além disso, o curso permite a troca de experiências e o estabelecimento de redes de apoio entre os participantes, promovendo uma comunidade de profissionais engajados na inclusão surda. Saviani afirma que:

[...] a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso significa que a prática é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para desenvolver-se e produzir suas consequências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada. Isso nos remete à questão do método. (Saviani, 2008 - 1944, p. 142).

Do ponto de vista acadêmico, o curso se alinha com a linha de pesquisa sobre Memória e Linguagens Culturais. Ele contribui para o avanço do conhecimento nessa área, explorando as interseções entre cultura, memória e sociedade no contexto da inclusão surda. Ao fornecer um espaço de aprendizado acadêmico formal, o curso permite que os participantes se engajem com literatura acadêmica relevante, discutam questões teóricas e apliquem esse conhecimento em contextos práticos.

Além disso, o Curso de Extensão pode ser um recurso valioso para pesquisadores e estudantes que desejam se aprofundar nessa área, fornecendo uma base sólida para futuras investigações e contribuindo para o desenvolvimento da linha de pesquisa em inclusão e estudos surdos. O processo pedagógico envolve a essência da apropriação de conceitos, da reflexão e da transição da compreensão global para uma síntese através da análise mediadora. Conforme mencionado por Saviani (2008, p. 142), é fundamental que os professores de Libras, assim como qualquer outro professor, desenvolvam a competência de transformar conteúdos científicos em conteúdos escolares, levando em consideração as características dos alunos, como idade, maturidade, conhecimentos prévios, entre outros. Isso implica adaptar a abordagem de ensino e selecionar estratégias pedagógicas adequadas para ajudar a promover uma aprendizagem significativa. Sendo assim, o Curso de Extensão "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade" tem importância profissional ao fortalecer a carreira docente e promover o engajamento com parceiros e comunidades interessados na inclusão surda. Além disso, possui relevância acadêmica ao contribuir para a linha de pesquisa em Memória e

Linguagens Culturais, fornecendo um espaço de aprendizado formal e promovendo o avanço do conhecimento nessa área.

No que tange à aplicabilidade do curso, a Universidade La Salle é reconhecida por sua infraestrutura adequada para a realização de pesquisas em diversas áreas, incluindo Educação e Língua de Sinais. Ela oferece recursos como bibliotecas com vasto acervo, laboratórios equipados, acesso a bases de dados acadêmicas e a profissionais qualificados.

Além disso, a Universidade pode proporcionar espaços para a aplicação do produto final da pesquisa, como salas de aula, onde seria possível implementar e avaliar a eficácia dos métodos de ensino do Curso de Extensão proposto. Diante disso, a Pastoral Universitária, em parceria com a Universidade do Sentido, irá acolher o projeto do curso. A *Scholas Occurrentes* é uma Organização Internacional reconhecida pela Igreja Católica, com presença global abrangendo 190 países em todos os continentes. Através dessa rede extensa, ela une meio milhão de instituições educacionais com o propósito de cultivar uma mentalidade de encontro e conexão entre os jovens por meio de uma educação significativa.

Desde seu estabelecimento em 2016, as *Catedras Scholas* têm representado uma iniciativa inovadora dentro das universidades. Agora, com a introdução da Universidade do Sentido, o foco está em compreender as características de uma Instituição de Ensino Superior que valoriza a escuta, a criação e a celebração. A Universidade do Sentido tem como beneficiários tanto os estudantes universitários quanto pessoas de todas as idades, independentemente de possuírem diplomas, que desejam engajar-se nas variadas atividades planejadas. A abordagem de aprendizagem não apenas ensina, mas também constrói uma maneira de existir e interagir com o mundo.⁴

⁴ Disponível em: <https://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/noticia-detalle/22743>

2. CONHECENDO O CAMPO DE ESTUDO: A UNIVERSIDADE LA SALLE CANOAS- RS

A Universidade La Salle, localizada em Canoas, Rio Grande do Sul, é uma instituição de Ensino Superior com uma longa história de compromisso com a educação de qualidade e formação de profissionais qualificados. A Universidade faz parte da Rede La Salle, uma rede educacional presente em cerca de 80 países ao redor do mundo.

Tradição e crescimento definem a Universidade La Salle, instituição de ensino superior que está diretamente ligada com a história de Canoas, uma das regiões mais prósperas e produtivas do Brasil. Conta com uma vasta área arborizada de Mata Atlântica preservada e possui amplas e modernas instalações estruturadas em mais de 54 mil m² de área. (Universidade La Salle Canoas, 2021, n.p.).

Com um objetivo principal de contribuir para a promoção de uma sociedade mais igualitária, fraterna e participativa, a Universidade La Salle assume um papel ativo na formação de profissionais qualificados e cidadãos conscientes, prontos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo

Ao longo de sua história, a Universidade La Salle, inspirada pelos valores cristãos, têm mantido seu objetivo principal de educar e formar pessoas qualificadas, que munidas de valores consistentes, contribuem para a promoção de uma sociedade mais igualitária, fraterna e participativa. (Universidade La Salle Canoas, 2021, n.p.).

Essa abordagem educacional ressoa com a importância da formação integral, onde além do desenvolvimento acadêmico, os valores éticos e morais também são cultivados. A Universidade La Salle se destaca por seu compromisso em nutrir não apenas o intelecto, mas também o caráter dos alunos, preparando-os para serem cidadãos ativos e compassivos em suas comunidades.

A Universidade canoense faz parte da Rede La Salle que tem sua origem na proposta educativa de São João Batista de La Salle, sacerdote francês (1651 -1719) que, renunciando aos privilégios da sua condição de nobre, dedicou-se à criação de escolas para crianças das classes menos favorecidas. Hoje conta com cursos de graduação, pós-graduação, extensão, projetos com o setor privado e governo que atendem às demandas da comunidade e do mercado.(Universidade La Salle Canoas, 2021, n.p.).

A Unilasalle, como parte dessa rede, oferece uma ampla gama de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Programas de Extensão. Além disso, colabora com o setor privado e o Governo em projetos que atendem às demandas da comunidade

e do mercado de trabalho. Com base nos ideais de São João de La Salle, a Universidade canoense busca fornecer uma educação de qualidade, que promova a inclusão social e a formação de profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

O UNILASALLE é referência na formação pedagógica por seus cursos de graduação e pós-graduação na área de educação inclusiva, assumindo um papel social decisivo na inclusão de estudantes com necessidades específicas. O UNILASALLE esforça-se para se adequar à recepção de pessoas com deficiência. Além dos recursos tecnológicos, é importante acrescentar que sua estrutura física obedece às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas do Desenho Universal sobre as estruturas arquitetônicas dos prédios. As rampas com antideslizante e corrimão, os elevadores com sistema braille favorecem as pessoas portadoras de necessidades especiais e a disponibilização de intérprete de Libras nos três turnos de atendimento, que é um recurso fundamental e essencial que demonstra um trabalho de inclusão efetivo. (Martins, 2009, p.7).

A inclusão de surdos no Ensino Superior envolve garantir igualdade de oportunidades e acesso aos recursos educacionais para que possam participar plenamente das atividades acadêmicas. Isso inclui: proporcionar suporte visual, como o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação, disponibilização de intérpretes de Libras, acesso a materiais educacionais adaptados, tecnologias assistivas e outras medidas de acessibilidade.

A inclusão de alunos surdos no UNILASALLE surgiu em 2000, quando um acadêmico surdo solicitou transferência de outra instituição. Em outubro daquele ano, iniciou o trabalho de interpretação em Libras. Em julho de 2001, o Unilasalle abriu o primeiro vestibular especial para surdos. Mais tarde, a instituição abriu cursos de extensão de Libras, realizando parceria com a FENEIS na abertura de cursos e na contratação terceirizada de intérpretes de Libras. Em 2007, a FENEIS deixou de ser responsável pela prestação de serviços dos intérpretes, e o Unilasalle fez a contratação imediata de quatro intérpretes, que ficaram sob a responsabilidade da Pró-Reitoria Comunitária, atrelada ao setor de Projetos Sociais e Cidadania. Os intérpretes acompanham os surdos em sala de aula e nos diferentes setores da Instituição, conforme as suas necessidades (Martins, 2009, p.8).

A Unilasalle adota políticas e práticas de inclusão para atender às necessidades individuais dos estudantes surdos. Isso deve envolver a criação de programas de apoio e orientação específicos, treinamento de professores e equipe acadêmica para a inclusão de pessoas surdas, adaptação de metodologias de ensino, e a disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade.

A inclusão de surdos vai muito além da simples adaptação física e linguística, pois envolve a criação de um ambiente educacional que reconheça e valorize as diferenças culturais e individuais. É fundamental que as escolas adotem

uma abordagem inclusiva que não só garanta a acessibilidade, mas também promova uma cultura de respeito à diversidade em todos os seus aspectos.

Isso significa oferecer oportunidades para que os estudantes surdos se vejam refletidos e representados, tanto no currículo quanto nas interações cotidianas. A inclusão de surdos deve ser vista como um processo de transformação social e educacional, onde todos os estudantes, independentemente de sua condição, possam desenvolver seu potencial em um ambiente que os acolha, valorize suas particularidades e promova o respeito mútuo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na abordagem da fundamentação teórica é essencial compreender como as dimensões culturais e as memórias influenciam a experiência acadêmica dos estudantes surdos. Nas páginas a seguir, são explorados os conceitos centrais relacionados à cultura surda, que englobam a língua, a identidade e as tradições que oportunizam a vivência dos surdos, além disso, será analisada a interação entre essas dimensões e as práticas docentes, destacando os desafios e as oportunidades para a inclusão efetiva desses acadêmicos no ambiente universitário.

3.1 A evolução do uso da Língua de Sinais na Educação de surdos

Ao longo da história, a aplicação da Língua de Sinais na educação de indivíduos surdos experimentou uma crescente em seu desenvolvimento. Ao longo dos anos pode-se observar uma transformação gradual e significativa na valorização e reconhecimento da Língua de Sinais como um meio essencial de comunicação e instrução para a comunidade surda.

(...) a linha demarcatória que atravessa a história da educação dos surdos é a questão da língua como fio condutor para formação do sujeito. Se aceitarmos que é a língua o instrumento que nos harmoniza, estes sujeitos (os surdos) insistem e vêm insistindo ao longo da história por esse reconhecimento. Estes sujeitos em sua história nos dizem que sua escuta não é muda e morta. Nos atropelam nos seus aparentes silenciamentos, nos falam aos sussurros (Teixeira, 2004:56).

O percurso histórico evidencia mudanças que não apenas indicam uma evolução nas práticas educacionais, mas também revelam uma compreensão mais aprofundada da relevância da Língua de Sinais no desenvolvimento acadêmico e social dos surdos.

No período compreendido entre 4000 a.C. e 476 d.C., na Grécia Antiga, a linguagem oral detinha o status de atribuir a humanidade aos indivíduos, enquanto os surdos eram desconsiderados como competentes, uma vez que não podiam ouvir e, conseqüentemente, não falavam. Conforme observado por Moura et al. (1997), esses sujeitos, juntamente com aqueles que apresentavam alguma forma de deficiência, eram submetidos à condenação e à morte. Essa decisão estava vinculada à crença de que o pensamento se desenvolvia por meio da linguagem, especialmente da fala, que era facilitada pela audição. Assim, apenas aqueles que podiam ouvir e, por conseguinte, falar, eram considerados passíveis de instrução.

A concepção de que o pensamento era condicionado pela existência da linguagem, conforme destacado por Moura et al. (1997), tinha um defensor proeminente na época: Aristóteles, que via a linguagem como uma condição intrínseca à humanidade. Dessa forma, sem a capacidade linguística, os surdos eram percebidos como não humanos, sem possibilidade de desenvolver faculdades intelectuais (p. 328).

Essa supremacia atribuída à linguagem oral persistiu até a Idade Média (476-1453) com poucas mudanças. Os surdos continuaram a ser marginalizados como não humanos. No entanto, ao final desse período, uma nova abordagem na educação de surdos provenientes de famílias nobres começou a surgir. Professores particulares eram contratados para se dedicarem exclusivamente a esses alunos, ensinando-lhes a fala, leitura e a escrita, permitindo-lhes herdar títulos e bens familiares (Moura et al. 1997, p.330).

Na Idade Moderna (1453-1789), Pedro Ponce De Leon (1520-1584) foi reconhecido como o primeiro educador para surdos, desafiando crenças religiosas, filosóficas e médicas existentes até então, de que esses indivíduos eram incapazes de aprender. Seu trabalho bem-sucedido despertou o interesse de outros educadores surdos, marcando o início do estabelecimento do oralismo.

Os resultados positivos alcançados por De Leon levaram à divulgação de seu trabalho, chegando ao conhecimento de Juan Pablo Bonet (1579-1629). De acordo com Moura et al. (1997), Bonet tentou replicar o método desenvolvido por De Leon, publicando em 1620 um livro no qual se autodenominava Inventor da Arte de ensinar os surdos a falar. Utilizou o alfabeto digital, a forma escrita e a Língua de Sinais para ensinar a leitura aos surdos, além de manipular os órgãos fonoarticulatórios para ensiná-los a falar.

Essas informações registradas despertaram o interesse dos intelectuais da época, pois possibilitaram "dar voz aos surdos" (Moura et al., 1997, p.329). Surgiram, assim, modelos para os três pilares da educação oral: Jacob Rodrigues Pereire nos países de língua latina, Johann Conrado Amman, nos de língua alemã e John Wallis, nas Ilhas Britânicas.

Para Pereire, a humanização do surdo ocorreria ao aprender a falar, pois era a única maneira de adquirir noções gerais e abstratas necessárias para interagir na sociedade. Embora defendesse o ensino da oralidade aos surdos, utilizava o alfabeto digital e a Língua de Sinais como método, inspirando outros a divulgar e

defender o oralismo para os surdos. Mesmo alterando sua visão nos últimos anos de vida, seus seguidores não seguiram o mesmo caminho.

John Conrad Amman usava sinais e o alfabeto digital para alcançar a fala, abandonando-os após atingir o objetivo, pois os sinais poderiam prejudicar o desenvolvimento posterior da fala através do pensamento. Em 1704, publicou um livro, semeando as bases do modelo alemão para a educação institucionalizada de surdos.

Nas Ilhas Britânicas, em 1698, John Wallis escreveu o primeiro livro em inglês sobre educação de surdos, no início adotou o oralismo, mas, com base na experiência adquirida, abandonou essa abordagem em favor do uso da Língua de Sinais.

Outro educador no campo da educação de surdos foi Manuel Ramirez de Carrión, que, a partir de aproximadamente 1615, dedicou-se a estudar questões gramaticais e desenvolveu o método de soletração fonética. Ele é creditado como o autor do primeiro tratado de ensino para surdos, no qual propôs que o ensino deveria começar com a escrita, passar pela correspondência entre o alfabeto escrito e o alfabeto manual, para só então desenvolver a linguagem falada (Tartuci, 2001).

A ênfase no uso de sinais como elemento central na educação de surdos teve início com Charles Michel de l'Épée (1712-1789). L'Épée, ao tornar-se professor de duas irmãs surdas, fundou o Instituto Nacional para Surdos-mudos em Paris, inaugurando assim a primeira escola pública para surdos no mundo. Seu mérito destacado foi reconhecer que os surdos possuíam uma língua própria para fins comunicativos (Moura et al., 1997, p.330).

Embora L'Épée tenha percebido a existência de uma língua própria dos surdos, ele não a considerou adequada para o ensino de leitura e escrita. Ele desenvolveu sinais metodológicos, baseados nos sinais já utilizados, para representar palavras francesas e terminações gramaticais, conhecidos como Sinais Metódicos. L'Épée acreditava que os educadores deveriam aprender com os surdos e, utilizando essa forma de comunicação, ensinar a língua falada e escrita da maioria socialmente predominante (Lacerda, 1996, p.8).

No século XVIII, l'Épée percebeu que o treinamento da fala consumia muito tempo dos alunos e propôs a importância de aproveitar esse tempo de forma mais adequada com o ensino da Língua de Sinais. Essa mudança, em relação ao

oralismo tradicional, gerou críticas daqueles que apoiavam tal abordagem.

Na era Contemporânea (1799-1900), o trabalho com Sinais começou a ser adotado em diversos países europeus e nos EUA. Thomas Gallaudet (1787-1851) e Laurent Clerc (1785-1869) desempenharam um papel fundamental na introdução do trabalho com Sinais e na institucionalização da educação para surdos. Clerc, ex-aluno de l'Epée, foi contratado por Gallaudet, resultando na fundação da primeira escola pública para surdos nos EUA, em 1817, em Hartford, Connecticut, chamada *The Connecticut Asylum For The Education And Instruction Of The Deaf And Dumb Persons*, posteriormente renomeada como Hartford School. (Moura et al., 1997, p.331).

Clerc (Moura et al., 1997) ensinou aos professores utilizando o método dos Sinais Metódicos, que, assim como o alfabeto digital, foi adaptado para o inglês. Gradualmente, os Sinais Metódicos foram abandonados e a Língua de Sinais Americana começou a ser mais intensamente utilizada em sala de aula. Atualmente, ainda é observada sua semelhança com a Língua de Sinais Francesa.

As escolas para surdos eram predominantemente residenciais e, ao longo do tempo, ex-alunos surdos e professores ouvintes formavam pequenas comunidades dentro e fora da escola. Outras escolas com características semelhantes foram inauguradas, mantendo o foco na educação dos surdos por meio da Língua de Sinais, cada vez menos vinculada ao sistema oral, com ênfase no ensino da língua escrita e no desenvolvimento de conhecimentos para promover a independência e a participação ativa na comunidade (Moura et al., 1997, p.332).

Em 1864, o Congresso Americano criou a primeira e até hoje única universidade para surdos, conhecida como National Deaf-Mute College, atualmente Gallaudet University, fundada por Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet. No entanto, durante a criação da faculdade, houve uma pressão para reunificar o país após a Guerra de Secessão, incluindo a unificação da língua inglesa. Como a Língua Americana de Sinais não era uma versão do inglês, mas sim do francês, a utilização da Língua de Sinais passou a ser rejeitada. Na metade do século XIX, a visão oralista predominante nos países germânicos influenciou a substituição da Língua de Sinais pelo inglês oral, devido a razões políticas contrárias ao uso de sinais. (Moura et al., 1997, p.334).

A Alemanha também buscava desvincular os Sinais da educação dos surdos, almejando a unificação da língua alemã. Embora tenha tentado implantar

modelos oralistas e rejeitado os modelos franceses de ensino de sinais, a compreensão de que o surdo necessitava do uso de sinais para aprender manteve a continuidade do uso desses modelos franceses no ensino de sinais. No entanto, o objetivo principal da Alemanha era a oralização dos surdos, utilizando sinais.

Durante uma assembleia com diversos diretores de instituições americanas de educação para surdos, Edward Gallaudet participou e, entre várias resoluções, uma delas propunha que as escolas de surdos deveriam fornecer treinamento em articulação e leitura orofacial/labial para alunos que pudessem se beneficiar desse treinamento (Moura et al., 1997, p.333).

No entanto, as resoluções acabaram seguindo outra direção, considerando o treinamento da fala como parte do currículo escolar, desconsiderando a Língua de Sinais e representando um retrocesso em relação aos avanços alcançados. Essa mudança era satisfatória para os políticos, pois o treinamento da fala pelos surdos ocupava grande parte do tempo, atrasando o progresso educacional em geral.

Nesse período, o oralismo ganhou destaque, com Alexandre Graham Bell (1847-1922) sendo um dos seus principais defensores. Para Bell, a comunicação social dependia do conhecimento prévio de uma língua, e o uso de sinais prejudicava o ensino do inglês. Ele era contrário às escolas residenciais, pois propiciavam a formação de comunidades de surdos. Bell aconselhava os surdos a não se casarem entre si, refletindo a visão de que a surdez era vista sob a ótica do defeito e negava a surdez como uma variação subjetiva de cada ser (Moura et al., 1997, p. 334).

No período que precedeu a realização do Congresso de Milão, nos Estados Unidos, promoveu-se a Convenção Nacional de Surdos-mudos, cujo propósito era a melhoria das condições de vida das pessoas surdas. Essa convenção se distinguiu por abraçar perspectivas notavelmente diferentes das adotadas no Congresso de Milão. Robert P. McGregor, diretor surdo da Escola Ohio, expressou suas ideias da seguinte maneira:

(...) na guerra dos métodos, o veredicto dos surdos educados de todo mundo é: o método oral beneficia uns poucos, o sistema combinado beneficia todos os surdos (...) qualquer um que apóie o método oral, como um método exclusivo, é seu inimigo (Moura, 1997:335)

Outro motivo por trás das decisões tomadas em Milão, foi a relutância dos professores em compartilhar o controle das salas de aula com colegas surdos. Isso

sugeriu uma percepção de incapacidade para educar e tomar decisões, resultando na demissão dos professores surdos. Essa situação privou os surdos de um espaço comum, como as escolas residenciais, para expressar qualquer forma de oposição ao oralismo (Moura et al., 1997).

O Congresso de Milão⁵, amplamente difundido, viu a Itália aprovar o Oralismo como parte de seu projeto geral de alfabetização, visando à unidade nacional e linguística. A Língua de Sinais era considerada incompatível com esse objetivo. O clero também desempenhou um papel significativo na aprovação do oralismo, pois via a oportunidade de controlar os surdos após aprenderem a falar, especialmente durante a confissão. De maneira geral, observa-se que países que buscavam unidade nacional e linguística proibiam o uso de sinais, pois isso representava uma diferença linguística em um momento histórico que priorizava a unificação da língua como uma necessidade para a unificação nacional. Assim, a educação dos surdos estava intrinsecamente ligada ao aprendizado da língua oral, refletindo os interesses políticos, ideológicos, sociais e culturais subjacentes a essa decisão (Moura et al., 1997; Lodi, 2000).

Impulsionado pela crença de que o uso de sinais desviava os surdos da aprendizagem oral, prejudicando o desenvolvimento da fala, o Congresso em Gênova (1892), na Itália, foi particularmente enfático ao apoiar o método oral puro. Além disso, defendeu a adoção de um sistema único de instrução em todos os institutos, sustentando que o ensino de uma língua só poderia ser baseado no desenvolvimento natural da linguagem (Soares, 1999, p.35).

O Oralismo, respaldado pelos defensores da unidade nacional e linguística, incorporou diversas técnicas para facilitar o aprendizado da fala pelos surdos. Isso incluiu o uso de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI), projetados para aproveitar os resíduos auditivos e transformar os surdos em ouvintes capazes de uma boa fala e leitura orofacial (Moura et al., 1997).

Essas técnicas visavam integrar as crianças com deficiência auditiva no mundo dos ouvintes, sem oferecer a opção de escolha, o enfoque do oralismo

⁵ O Congresso de Milão, em setembro de 1880, foi a primeira Conferência Internacional de Educadores de Surdos, reunindo mais de 160 participantes, principalmente ouvintes. Durante o evento, que refletia a crença na superioridade da língua falada, apenas três dos doze especialistas presentes expressaram apoio às línguas gestuais como a melhor abordagem para educar e integrar as pessoas surdas na sociedade. Esses defensores incluíam Edward Gallaudet, Thomas Gallaudet e Richard Elliot. <https://www.libras.com.br/congresso-de-milao>

estava na necessidade do ouvinte e não na do surdo, ignorando o principal protagonista dessa narrativa, que muitas vezes não era visto nem ouvido.

Com o tempo, no entanto, o emprego do oralismo não alcançou os resultados esperados, pois a maioria dos surdos não desenvolveu a fala, a leitura orofacial/labial, nem adquiriu habilidades linguísticas e de leitura satisfatórias. Por volta da década de 1960, o oralismo começou a ser questionado devido a seus resultados decepcionantes. Comparando filhos surdos de pais ouvintes com filhos surdos de pais surdos, observou-se que os últimos apresentavam um desempenho acadêmico superior. Essa constatação levou a uma revisão significativa das percepções arraigadas sobre a capacidade dos surdos, resultando na criação e adoção de novos métodos para a educação desses indivíduos.

Uma das influências fundamentais para o desenvolvimento de novas abordagens no processo educacional de surdos surgiu na década de 60 com a descrição da Língua Americana de Sinais (ASL) por Stokoe. Ele atribuiu a essa língua "um valor linguístico semelhante às línguas orais, desempenhando as mesmas funções, com capacidade de expressão em qualquer nível de abstração" (Moura et al., 1997,p.340), evidenciando assim seu valor linguístico e equivalência funcional às línguas faladas.

Diante das novas descobertas sobre as línguas de sinais e da insatisfação com os resultados do oralismo, surgiu nos Estados Unidos, na década de 80, a proposta conhecida como Comunicação Total. Essa abordagem adotou a filosofia de "aceitar qualquer forma de comunicação utilizada, sem discriminar a criança por não dominar a oralidade" (Moura, 2000,p.59). Dessa maneira, os surdos retomaram o uso da Língua de Sinais, visto que qualquer forma de comunicação passou a ser aceita.

Em seu uso, a abordagem da Comunicação Total acabou se voltando para a prática da oralidade. Nesse contexto, aqueles envolvidos na educação de surdos passaram a buscar uma proposta centrada no uso da Língua de Sinais, respeitando, assim, o principal interessado: o surdo. O reconhecimento dessa língua ocorreu em diversos países, à medida que os surdos passaram a reivindicar o seu uso no ambiente escolar para suas crianças, além de pleitear o reconhecimento de sua cultura.

Esse movimento promoveu o reposicionamento de alguns responsáveis pela educação dos surdos, dando origem à proposta do Bilinguismo. Essa abordagem

pressupõe a exposição do surdo a duas línguas, sendo a primeira a Língua de Sinais, proporcionando as bases para o aprendizado da segunda língua, que pode ser na modalidade escrita ou oral da língua majoritária. A criança surda deve ser exposta à Língua de Sinais com interlocutores surdos ou ouvintes com domínio dos sinais. Quanto à modalidade oral ou escrita, a escolha deve seguir os princípios de aprendizado de uma segunda língua. (Moura et al., 1997; Lacerda, 2000; Lacerda; Mantelatto, 2000; Lacerda, 2002; Lacerda, 2003b).

A forma como a Língua de Sinais é apresentada à criança surda possibilita duas classificações de Bilinguismo, conforme proposto por Kozlowski (2000,p.91): A primeira refere-se ao período ou época de apresentação das línguas, utilizando o modelo sucessivo ou o modelo simultâneo. No modelo sucessivo, a criança surda entra em contato exclusivo com a Língua de Sinais logo após o diagnóstico de surdez, e o aprendizado da segunda língua ocorre posteriormente. Quanto ao modelo simultâneo, ambas as línguas, a da comunidade surda (Língua de Sinais) e da comunidade ouvinte (língua oral), são apresentadas simultaneamente em momentos linguísticos distintos.

A segunda classificação, segundo Kozlowski (2000,p.91), refere-se à modalidade em que a segunda língua é ensinada ao surdo, seja oral ou escrita. No modelo sucessivo, a segunda língua é ensinada na modalidade escrita, como é feito na Suécia, Dinamarca e Venezuela, já no modelo simultâneo a segunda língua é ensinada oralmente, como ocorre na França.

Alguns defensores do uso da Língua de Sinais como Góes e Souza (1998,p.91) destacam a importância desse meio de comunicação como parte integrante da identidade do surdo, permitindo-lhe significar o mundo de maneira efetiva.

Em se tratando de defensores da causa surda, cabe destacar Helen Keller, uma figura marcante na história da comunidade surda, pois enfrentando a surdez e a cegueira desde a infância, ela superou desafios consideráveis, transformando-se em uma escritora, palestrante e ativista renomada na educação de surdos. Helen dedicou sua vida à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tornando-se uma fonte de inspiração para muitos devido à sua superação e resiliência, ela relata que a “literatura é minha utopia, ali eu não sou deficiente. Nenhuma barreira dos sentidos me exclui do discurso doce e gracioso dos meus amigos livros”. (Keller, 2018, p.21)

Neste contexto, o Bilinguismo⁶ oferece um ambiente linguístico no qual a Língua de Sinais é utilizada pelos seus usuários, propicia um desenvolvimento linguístico comparado ao dos ouvintes, estabelecendo uma base linguística sólida e permitindo que o surdo participe plenamente da comunicação. Essa abordagem envolve aspectos educacionais, sociais e culturais, possibilitando ao surdo superar não apenas desafios linguísticos e comunicativos, mas também assumir uma postura política e ideológica de respeito às minorias étnicas, culturais e linguísticas, permitindo que o surdo seja compreendido como o sujeito capaz que é e não responda às expectativas preestabelecidas pelos ouvintes.

3.2 A construção da identidade cultural surda

A cultura surda refere-se ao conjunto de normas, valores, tradições, comportamentos e arte compartilhados por pessoas surdas que se identificam com a comunidade surda (Sacks, 2002). A identidade surda está intrinsecamente ligada a essa cultura e se desenvolve a partir da experiência de ser surdo e das interações com outros membros da comunidade surda. A identidade surda é constituída por diversos fatores, incluindo a Língua de Sinais, que é uma das principais formas de comunicação utilizadas pela comunidade surda.

De acordo com Ladd (2003), a Língua de Sinais é uma linguagem visual-gestual completa, com gramática própria, e é considerada a língua nativa das pessoas surdas em muitos lugares. Através da Língua de Sinais, as pessoas surdas se conectam e se comunicam entre si, o que fortalece sua identidade e senso de pertencimento.

Além da Língua de Sinais, outros aspectos culturais também desempenham um papel importante na formação da identidade surda. Isso inclui o orgulho pela comunidade surda, a valorização da expressão artística e literária surda, a participação em eventos e atividades específicas da comunidade surda, como encontros, conferências e competições esportivas e a consciência da história e conquistas da comunidade surda (Ladd, 2003). Para muitas pessoas surdas, a identidade surda é uma parte essencial de sua identidade global. Elas se veem como membros de uma comunidade culturalmente rica e compartilham uma

⁶ A proposta educacional do bilinguismo busca habilitar indivíduos surdos para o uso de duas línguas: a Língua de Sinais é a língua da comunidade ouvinte (no caso do Brasil, o português na forma escrita)

conexão única com outras pessoas surdas. A identidade surda pode ser um elemento central na vida de uma pessoa surda, influenciando sua perspectiva de mundo, suas escolhas de carreira, suas relações pessoais e sua autoestima.

A cultura é um conceito amplo e multifacetado, que abrange crenças, valores, normas, práticas e expressões simbólicas compartilhadas por um grupo ou sociedade. Segundo Rocha (2020), n.p.

A definição de cultura, em si mesma, não conduz com clareza às explicações sobre a forma como os movimentos sociais atuam, se organizam ou defendem suas pautas. Importa extrair daí o aprendizado com o qual as lutas sociais vão incorporando seu modo de agir, a fim de reivindicar e exigir direitos. Práticas vividas e partilha de experiências em comum, elementos que permeiam a dimensão cultural, podem conduzir a uma compreensão mais ampla da ação coletiva e seus desdobramentos (Rocha, 2020, n.p.).

A Cultura colabora com a maneira como as pessoas percebem o mundo, se relacionam umas com as outras e agem coletivamente. Segundo Halbwachs (1990, p.25) “se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”. Essa memória coletiva ajuda a fortalecer a identidade cultural surda e a proporcionar um senso de continuidade e conexão com o passado.

A preservação e transmissão da memória ao longo das gerações tem sido um pilar fundamental para o desenvolvimento da humanidade. Sem as informações que foram armazenadas na memória coletiva dos grupos sociais e passadas adiante, seria improvável que alcançássemos o nível de complexidade e progresso que vemos hoje, especialmente no que diz respeito ao conhecimento acumulado. Como ressaltou Krenak

Nos fundamentos da tradição não há palavra vazia, os fundamentos da tradição são como o esteio do Universo. A memória desses fundamentos não é uma coisa decifrável. É como a água do rio: você olha de um determinado ponto a água correndo; quando voltar na manhã seguinte não verá a mesma água, mas o rio é o mesmo. Ele está ali. Você não distingue. Você só sabe que é a mesma água porque vê que ela corre, mas não é o mesmo rio. O que o meu tataravô e todos os nossos antigos puderam experimentar passa pelo sonho para a minha geração. Tenho o compromisso de manter o leito do sonho preservado para os meus netos e os meus netos terão que fazer isso para as gerações futuras. Isso é a memória da criação do mundo. (Krenak, 2000, p.51)

A relevância atribuída a cada um desses sistemas de signos por uma sociedade ou disciplina específica pode influenciar a maneira como a memória é percebida e significada, pois

[...] Assim que um homem foi reconhecido por outro homem como um Ser senciente, pensante e semelhante a ele, o desejo ou a necessidade de comunicar-lhe os próprios sentimentos e pensamentos fez com que este procurasse os meios de fazer isso” (Ricoeur, 2006; p. 161).

A importância do reconhecimento mútuo na formação da necessidade humana de se comunicar lança luz sobre a interconexão entre a percepção da humanidade compartilhada e a busca por meios inclusivos de expressar e compartilhar a riqueza do mundo interior de cada indivíduo. Em outras palavras, o contexto cultural ou disciplinar pode trazer à memória diferentes interpretações e significados. Dessa forma, Ricoeur (2006) apresenta a ideia de que a memória social é complexa e multifacetada, e que diferentes sistemas de signos desempenham um papel importante na sua construção e representação, dependendo do contexto em que estão inseridos.

A inserção do surdo na educação é um tema de extrema importância que busca garantir igualdade de oportunidades e acesso aos estudantes surdos. Historicamente, a educação para pessoas surdas enfrentou diversos desafios, como a falta de recursos pautados na perspectiva visual, a falta de profissionais capacitados em Língua de Sinais e a ausência de políticas inclusivas (Oliveira, 2012).

No entanto, nos últimos anos, ocorreram avanços significativos na inclusão de surdos nas escolas e instituições de ensino. Políticas educacionais foram implementadas para promover a inclusão e garantir que estudantes surdos tenham acesso a uma educação de qualidade, de acordo com suas necessidades específicas. A Língua de Sinais, por exemplo, tem sido reconhecida como um meio de comunicação legítimo e fundamental para a educação de surdos.

Com isso, é necessário que as escolas ofereçam intérpretes de Língua de Sinais qualificados e promovam o ensino e o aprendizado dessa língua como parte do currículo. Com a promulgação da Lei nº 10.436 em abril de 2002, houve o estabelecimento de parâmetros que antes não existiam.

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002, n.p.).

A Lei nº 10.436 confere legitimidade ao uso da Libras pela comunidade surda e proporciona respaldo aos serviços públicos e ao poder público.

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados. É fundamental que haja investimentos contínuos na formação de profissionais da educação para que estejam preparados para atender às necessidades dos alunos surdos. Além disso, é importante promover um ambiente inclusivo e livre de preconceitos, no qual os estudantes surdos se sintam valorizados e acolhidos, contanto com profissionais capacitados. De acordo com o Decreto 5.626/2005

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Superior deve ser realizada em nível superior, em Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. (Brasil, 2005, n.p).

A inserção do surdo na educação é um processo contínuo e exige o engajamento de toda a sociedade. Garantir uma educação inclusiva para os estudantes surdos não apenas promove a equidade, mas também enriquece a diversidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Diante disso, alguns aspectos devem ser observados:

1. Acesso à comunicação: Um dos principais desafios é garantir o acesso à comunicação para os estudantes surdos. Faria et al (2011. p.184) aponta que:

[...] a Língua de Sinais ainda precisa ser difundida na sociedade para que seja garantido ao surdo os espaços de que ele, enquanto cidadão, necessita. Embora a escola esteja assumindo a função de espaço para o surdo interagir em sua própria língua, isso ainda é muito pouco, porque ela também é uma instituição que tem a função de transmitir conhecimentos específicos e formar socialmente o cidadão (Faria et al, 2011. p.184).

Muitas instituições ainda não estão preparadas para oferecer recursos de acessibilidade, como intérpretes de Língua de Sinais, legendas em tempo real ou

tecnologias assistivas. Isso pode dificultar a compreensão das aulas, a participação em discussões e o acesso aos materiais didáticos.

2. Barreiras linguísticas: A Língua de Sinais é a primeira língua para a maioria dos surdos, e muitos estudantes surdos têm o português como segunda língua, portanto é importante compreender que a Libras tem uma estruturação gramatical e

[...] são produzidas por movimentos das mãos, do corpo e expressões faciais em um espaço à frente do corpo, chamado de espaço de sinalização. A pessoa 'recebe' a sinalização pela visão, razão pela qual as línguas de sinais são chamadas de visoespaciais ou espaço-visual". (Harrison, 2014, p.31).

A falta de conhecimento da Língua de Sinais por parte dos professores e colegas de classe pode gerar barreiras de comunicação e dificultar a participação e o engajamento dos estudantes surdos.

3. Falta de sensibilização e capacitação: Professores e funcionários das instituições de ensino muitas vezes não estão familiarizados com as necessidades e experiências dos estudantes surdos. Segundo o MEC (Brasil, 2005, p. 21),

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da Educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um "lugar" na escola (Brasil, 2005, p. 21).

A falta de sensibilização e capacitação fomentada na perspectiva da educação bilíngue e da cultura surda, pode levar a atitudes discriminatórias, falta de adaptações na perspectiva visual e falta de compreensão das estratégias de ensino na perspectiva visual para os surdos.

4. Ausência de recursos e materiais acessíveis: A falta de materiais didáticos acessíveis, como livros em formato digital, vídeos com legendas e recursos visuais, pode dificultar o aprendizado dos estudantes surdos já que

Não é um ambiente onde se encontram pessoas surdas consideradas "deficientes", que têm problemas de comunicação: mas um lugar onde há

participação e articulação política dos surdos que se organizam em busca de melhorias e lutam por seus direitos de cidadania e também por seus direitos linguísticos (Felipe, 1983, p.08).

É essencial que as instituições de ensino forneçam recursos visuais e garantam que todos os materiais estejam disponíveis em formatos acessíveis.

5. Apoio e acompanhamento: Alguns estudantes surdos podem precisar de apoio adicional, como tutores, intérpretes ou profissionais especializados em educação inclusiva. De acordo com Sassaki (1998, p. 8),

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos, independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (Sassaki, 1998, p. 8).

É importante que as instituições de ensino ofereçam esses serviços e garantam que os estudantes surdos recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento acadêmico.

6. Inclusão social: Além dos desafios acadêmicos, os estudantes surdos também podem enfrentar barreiras de inclusão social, devido à barreira linguística que se faz presente devido ao fato do desconhecimento da Libras pela grande maioria da sociedade, por isso é necessário

O esforço social em difundir a Língua de Sinais como mais uma das inúmeras línguas que compõem a diversidade linguística do povo brasileiro e em adotar políticas linguísticas que contemplem a situação do bilinguismo nos diferentes segmentos sociais é o que fará dos surdos cidadãos brasileiros (Fernandes, 2011, ibidem, p. 87).

A falta de interação e a dificuldade de comunicação com os colegas de classe ou a exclusão em atividades extracurriculares podem afetar sua experiência no Ensino Superior. A colaboração entre a comunidade surda, os estudantes, os professores e a administração da instituição é essencial para criar um ambiente inclusivo e acessível no ensino superior. (Lodi;2006).

Para superar esses desafios, é fundamental que as instituições de ensino promovam ações efetivas de inclusão, como a contratação de intérpretes, a capacitação dos docentes em educação inclusiva, o desenvolvimento de materiais

acessíveis e a criação de espaços de diálogo e sensibilização sobre a cultura surda.

3.2.1 A cultura surda e a identidade narrativa

Para abordar a temática da cultura surda, é fundamental reconhecer que ela difere da noção de comunidade surda, pois os indivíduos que habitam esses dois contextos não são homogêneos. Logo,

Vale salientar que a cultura surda é de extrema importância porque os surdos sofreram repressão em vários contextos históricos diferentes, a cultura é responsável por informar hoje qualquer sujeito, seja ouvinte ou não, mostrar que existiram diversos movimentos sociais que impediram o desenvolvimento da Língua de Sinais, lembrar a sociedade desses movimentos é fundamental para que essa repressão não volte, impedir que a Língua de Sinais volte a ser mal vista por qualquer motivo (Gerardi ; Amorim; 2023)

A cultura surda é notavelmente diversificada, englobando pessoas com diferentes graus de perda auditiva e abordagens variadas para a deficiência auditiva, incluindo tanto aqueles que não utilizam próteses auditivas quanto aqueles que fazem uso desses dispositivos e, ainda, aqueles que são usuários da Língua de Sinais ou não. Essa pluralidade de experiências e identidades enriquece e complexifica a cultura surda de maneira significativa.

Para compreender melhor a formação e expressão da identidade pessoal dentro dessa cultura, é útil considerar duas dimensões fundamentais, conforme indicado por Ricoeur (1994): a mesmidade (*idem*) e a ipseidade (*ipse*). A primeira se refere àquilo que não muda, ou seja, à narrativa das coisas tal qual elas são, sem interferência do narrador. Já a segunda, inclui a visão do narrador sobre o evento narrado, que pode ou não variar em relação ao evento em si mesmo. A identidade como mesmidade refere-se à preservação e manutenção da identidade ao longo do tempo, que nesse contexto refere-se à unicidade, sendo que seu oposto é a pluralidade (não apenas uma, mas várias). O primeiro aspecto dessa ideia de identidade está ligado à operação de identificação, que envolve a reidentificação do mesmo. Assim, conhecer é reconhecer: a mesma coisa em múltiplas ocasiões (Ricoeur, 2014).

No contexto da cultura surda, isso se manifesta na forma como a

comunidade mantém e valoriza suas tradições, linguagem e experiências compartilhadas, apesar da construção ter nuances subjetivas, conforme explicado por Ricoeur:

A demonstração dessa continuidade funciona como critério anexo ou substitutivo da semelhança; a demonstração baseia-se na seriação ordenada de pequenas mudanças que, tomadas uma a uma, ameaçam a semelhança, mas não a destroem; é o que fazemos com fotografias que nos retratam em idades sucessivas da vida; como se vê, o tempo é aqui fator de dessemelhança, divergência, diferença. (Ricoeur, 2014, p. 116)

No que tange às pessoas surdas, pode ocorrer uma variável nessa definição, uma vez que, em relação às pessoas ouvintes, existe a possibilidade de dificuldades na narrativa. Essas dificuldades podem ter como ponto de partida tanto a questão da linguagem, ou seja, da maneira como a pessoa surda se expressa quanto à compreensão, isto é, como os dois sujeitos – a pessoa surda e a pessoa ouvinte – compreendem uma à outra.

A identidade narrativa, conforme explorada por Paul Ricoeur em “Tempo e Narrativa” (Ricoeur, 1994), revela-se como um conceito fundamental na compreensão da formação da identidade humana. Ricoeur argumenta que a capacidade de narrar e narrar-se é essencial para que o sujeito compreenda não apenas a si mesmo, mas também aos outros. (Ricoeur, 2014). A narrativa, portanto, não se limita a relatar eventos: ela interpreta a percepção do narrador, tornando-se um meio pelo qual a identidade é construída. Nesse contexto, ele distingue entre duas formas de identidade: *idem* e *ipse*. A identidade *idem* diz respeito à continuidade e estabilidade — o que é factual e inalterado — enquanto a identidade *ipse* refere-se às nuances e variações que emergem da interpretação subjetiva.

Ao aplicarmos esses conceitos ao contexto das pessoas surdas, surgem questões significativas. As barreiras de comunicação e as diferenças linguísticas podem impactar a narrativa e a compreensão entre surdos e ouvintes. A Língua de Sinais, com suas estruturas únicas, pode não ser facilmente traduzida para a língua falada, levando a narrativas fragmentadas onde a identidade *ipse* da pessoa surda pode ser mal interpretada. Como apontam Kusters, De Meulder e Mesch (2019), essa falta de compreensão mútua resulta frequentemente em narrativas que não refletem a experiência vivida de forma fiel.

Os desafios enfrentados por pessoas surdas em narrar suas experiências estão relacionados à desigualdade na troca narrativa. Muitas vezes, a perspectiva

do surdo é eclipsada pela interpretação do ouvinte, que tende a se concentrar nos aspectos *idem*, sem perceber a profundidade e a subjetividade que oportunizam a narrativa da pessoa surda. Ricoeur enfatiza que a narrativa é uma construção que não se limita ao fato em si, mas se enriquece pela interpretação do narrador. Além disso, as interações entre surdos e ouvintes são frequentemente influenciadas por preconceitos e estereótipos, que podem distorcer a percepção da identidade das pessoas surdas e limitar sua capacidade de se narrar de forma autêntica.

Para que a narrativa das pessoas surdas seja ouvida e compreendida de maneira justa, é crucial promover uma comunicação que valorize a Língua de Sinais e as expressões culturais surdas. A formação de intérpretes qualificados e a educação inclusiva são passos fundamentais para criar um espaço onde a identidade narrativa de pessoas surdas possa ser plenamente expressa. Padden e Humphries (1988) destacam a importância da inclusão e da valorização da Língua de Sinais para a construção de uma identidade rica e diversificada.

A empatia também desempenha um papel essencial nesse processo. Ouvintes que se dispõem a entender a perspectiva de pessoas surdas podem contribuir para a construção de narrativas mais ricas e inclusivas. Essa interação permite que ambas as identidades — *idem* e *ipse* — sejam reconhecidas e valorizadas, conforme sugere Ricoeur, que destaca que a compreensão do outro é uma parte vital do processo narrativo.

A teoria da identidade narrativa de Ricoeur, portanto, oferece um quadro valioso para entender como a narrativa e a identidade se entrelaçam, especialmente no contexto das pessoas surdas: Reconhecer as complexidades que surgem nas interações com os ouvintes é vital para promover uma comunicação mais inclusiva, capaz de refletir a diversidade das experiências humanas.

Além disso, a identidade coletiva dos surdos é sustentada por um legado cultural rico, que reforça a conexão com suas raízes, sendo essa continuidade a base da construção de um sentimento de pertencimento, assegurando a transmissão desses valores e práticas culturais através das gerações. Por outro lado, a identidade como ipseidade destaca a individualidade e as experiências únicas de cada pessoa, conforme descrito por Ricoeur, busca abordar o problema da permanência no tempo. Ele reconhece que esse conceito é desafiador, mas possível por meio do caráter e da palavra cumprida. Como ele próprio afirma, "em ambos, tendemos a reconhecer uma permanência que dizemos ser de nós mesmos" (Ricoeur, 2014, p. 118).

É fundamental entender a concepção de caráter conforme apresentada por Ricoeur (2014), pois é através dos signos distintivos que ele define o caráter do sujeito, diferenciando-o dos demais. Esses signos incluem identificações adquiridas, como valores e ideais que uma pessoa ou sua comunidade absorve, muitas vezes influenciados por modelos como heróis ou figuras importantes.

Esse processo permite que tanto o indivíduo quanto a comunidade se reconheçam e desenvolvam uma lealdade aos ideais que ajudam a manter a própria identidade ao longo do tempo.

A identificação com figuras heroicas manifesta claramente essa alteridade assumida; mas esta já está latente na identificação com valores, que faz por uma “causa” acima da própria vida; um elemento de lealdade, de realismo, incorpora-se assim no caráter e o faz transformar-se em fidelidade, portanto em manutenção de si. Aqui os pólos da identidade se compõem. Isso prova que não se pode pensar até o fim o idem da pessoa sem o ipse, visto que um se sobrepõe ao outro. (Ricoeur, 2014, p. 122).

No contexto da cultura surda, esse conceito é particularmente relevante, visto que cada indivíduo surdo tem trajetórias e vivências pessoais únicas que promovem sua identidade. A singularidade de cada pessoa permite que compartilhe suas histórias pessoais, refletindo sobre suas experiências, desafios e conquistas e, ao integrar essas experiências individuais, a identidade é enriquecida, revelando como cada surdo contribui com sua própria perspectiva para o tecido cultural coletivo.

A identidade pessoal frequentemente enfrenta a questão da permanência da identidade dentro da temporalidade. Nesse contexto, Nascimento (2009) acrescenta à investigação de Ricoeur ao destacar que “as experiências temporais são inerentes à pessoa que as têm” (Nascimento, 2009, p. 45) ressaltando assim, a relevância da experiência pessoal ao longo do tempo.

Diante da dificuldade em definir o tempo e sua relação com a identidade, Ricoeur volta-se para a narratividade como uma resposta às experiências humanas ao longo do tempo. A narratividade é vista como essencial para a compreensão do tempo, servindo como a condição para que o tempo seja experienciado e narrado, pois “a temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia, mas requer a mediação do discurso indireto da narração” (Ricoeur, 2012, p. 411).

Assim, a narrativa torna-se a guardiã do tempo por meio das ações que são intrínsecas à vida humana, onde cada indivíduo revela sua identidade e esse

processo é estruturado pela narrativa, que constrói o mundo textual derivado das experiências humanas e por meio da interpretação desse mundo textual que se pode compreender a si mesmo através de uma construção narrativa do “EU” ou seja “é personagem aquela que executa a ação na narrativa.” (Ricoeur, 2014, p. 149) e na sequência do processo “a narrativa constrói a identidade da personagem, que pode ser chamada de sua identidade narrativa, construindo a identidade da história narrada” (Ricoeur, 2014, p. 155).

Assim, entende-se, segundo Ricoeur, a distinção entre a mesmidade, como o aspecto constante da identidade, e a ipseidade, como a identidade que preserva o senso de si mesmo ao longo do tempo. Observa-se que a mediação entre essas duas dimensões pode ser feita através da dialética da personagem, com a identidade narrativa desempenhando esse papel de mediação.

O sujeito que narra sua própria história constrói um enredo que dá sentido às suas experiências pessoais e ao seu contexto, podendo essas vivências ser refletidas e reconfiguradas, resultando em novos rumos para sua vida. Assim, ao ser contada e narrada, a vida está em constante refiguração, transformando-se em "um tecido de histórias narradas" (Ricoeur, 2012, p. 419).

Dessa forma, a cultura surda pode ser vista como um tecido composto pela intersecção da mesmidade e da ipseidade, pois a mesmidade oferece a estrutura e a continuidade cultural, enquanto a ipseidade permite a flexibilidade e a expressão individual. A identidade cultural surda é construída tanto pelo compartilhamento de uma história comum e de valores culturais, quanto pela celebração das experiências únicas de cada indivíduo.

3.3 Identidade surda: cultura surda na perspectiva da memória social

A identidade surda é um aspecto fundamental na construção do ser e do pertencimento de indivíduos que se identificam com a comunidade surda. Essa identidade não se forma apenas pela experiência da surdez, mas também pela interação com os membros dessa comunidade e pela vivência de uma cultura rica e diversificada. Segundo

Cromack (2004):

Pelo fato de os surdos viverem em um mundo completamente visual-gestual, seu cognitivo se desenvolve de um modo totalmente visual, ao contrário dos ouvintes que utilizam a audição para se comunicarem, o que instiga reflexões sobre a constituição do sujeito. Por viverem em uma

comunidade onde são minoria, as chances de ocorrer uma comunicação imprópria são grandes e, caso isso ocorra, haverá consequências para o crescimento intelectual, social e emocional dessa pessoa. A aquisição de uma linguagem, no caso a de sinais, é de extrema importância para o desenvolvimento de uma identidade pessoal surda. Somos seres sociais e, por isso, precisamos identificar-nos com uma comunidade social específica e, com ela, interagir de modo pleno, ou seja, precisamos de uma identidade cultural, e, para isso, não basta uma língua é uma forma de alfabetização, mas, sim, um conjunto de crenças, conhecimentos comuns a todos (Cromack, 2004, p. 68).

A cultura surda é composta por um conjunto de características que definem o grupo e influenciam a formação do indivíduo, englobando tanto os elementos que promovem a identificação quanto os que podem causar exclusão. Assim, a cultura surda abrange normas, valores, tradições e expressões artísticas que envolvem a vivência dos surdos, estabelecendo um sentimento de unidade e pertencimento entre seus membros. (Perlin, 1998)

Na perspectiva da memória social, a identidade surda se fortalece através da preservação e valorização das histórias e experiências coletivas. A memória social é o conjunto de representações que um grupo compartilha, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva como uma condição que promove sentidos que ecoam, se repetem, se transformam e se prolongam de maneira indefinida, deixando sua marca nas práticas discursivas, que são ideologicamente interpeladas e inseridas na formação discursiva dominante. Dessa forma, o evento que é “memorizado” pode se integrar à história, permitindo que a memória do grupo persista e se estenda além dos limites físicos da comunidade que vivenciou o evento (Davallon, 1999, p. 26), constituindo assim a memória social.

No contexto da cultura surda, essa memória inclui a valorização da Língua de Sinais, que não apenas serve como meio de comunicação, mas também como um veículo para a transmissão de histórias, tradições e experiências vividas pela comunidade, na perspectiva de Castro Júnior (2015, p. 18),

Com efeito, a Língua de Sinais tem que ser considerada como língua de cultura, como o são as línguas orais de modo geral, seja no contexto das línguas naturais, seja no contexto das línguas estrangeiras, em ambos os casos, como expressões culturais e concernentemente linguísticas (Castro Júnior, 2015, p. 18).

A Língua de Sinais é uma parte crucial da cultura surda, oferecendo um espaço para a expressão e construção da identidade surda. Ao participar de eventos culturais, festivais e atividades que celebram a cultura surda, os indivíduos têm a oportunidade de se conectar com sua história e fortalecer seu senso de

identidade. Além disso, a cultura surda promove a valorização das artes e da literatura, que são frequentemente transmitidas de forma visual e gestual, reafirmando a riqueza da experiência surda.

A memória social, portanto, desempenha um papel vital na construção da identidade surda, pois permite que os indivíduos se reconheçam como parte de uma comunidade com uma história compartilhada. Essa lembrança coletiva contribui para a resistência e a luta pelos direitos dos surdos, promovendo a conscientização sobre suas necessidades e demandas sociais. Assim, a identidade surda é um fenômeno dinâmico e em constante evolução, que reflete não apenas a vivência individual, mas também a interconexão com a cultura e a memória coletiva da comunidade surda.

Além disso, a memória coletiva também pode desempenhar um papel importante na formação da identidade individual das pessoas surdas. Cardini (1998) pontua que “a lembrança não se constrói sem a memória coletiva, mas, ao mesmo tempo, a recordação pessoal é uma forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas”. Através do compartilhamento de experiências e da participação na cultura surda, os indivíduos constroem sua própria memória pessoal, que é influenciada e enriquecida pela memória coletiva da comunidade surda. Segundo Pollak (1992, p. 2-3), os elementos que compõem a memória, seja individual ou coletiva, incluem, em primeiro lugar, os eventos vivenciados pessoalmente. Em segundo lugar, há os eventos que podem ser considerados “vividos indiretamente”, ou seja, aqueles que pertencem ao grupo ou à coletividade com a qual a pessoa se identifica. Além desses eventos, a memória também é formada por pessoas e personagens significativas. Por fim, é importante mencionar os lugares, que são espaços associados a lembranças específicas. Esses lugares podem estar ligados a recordações pessoais e não necessariamente seguem uma ordem cronológica.

Os elementos constitutivos da memória são os acontecimentos vivenciados subjetivamente, permeados pelas circunstâncias vividas no grupo que o sujeito pertence. Nossas memórias são alimentadas pelo ser “eu”, pelo nós, espaço e tempo. De acordo com Pollak (1992, p. 6), podemos afirmar que a memória é um componente essencial da identidade, tanto a individual quanto a coletiva, uma vez que desempenha um papel crucial na sensação de continuidade e coerência, ajudando indivíduos e grupos a reconstruírem sua própria história.

A constituição da memória está intrinsecamente ligada às identidades coletivas que são construídas no tempo e espaço ao qual pertence o grupo no qual o sujeito surdo faz parte. A identidade surda é uma parte importante da cultura e da comunidade surda. Para muitas pessoas surdas e suas famílias, a surdez não é vista como uma deficiência, mas como uma identidade cultural e linguística única. É importante entender as diferenças entre famílias surdas e famílias ouvintes para apreciar e respeitar suas perspectivas e experiências.

Uma família surda geralmente é composta por pais e filhos surdos, onde a língua de comunicação primária pode ser a Língua de Sinais. Nessa família, a surdez é considerada uma parte normal da vida e é valorizada como uma identidade cultural compartilhada. (Sacks, 2002). A Língua de Sinais desempenha um papel central na comunicação e na transmissão de conhecimento e valores dentro da família.

A identidade surda é fortemente ligada à Língua de Sinais e à cultura surda, que envolve tradições, valores e história compartilhados. As famílias surdas frequentemente têm um senso de pertencimento à comunidade surda mais ampla e participam de eventos e atividades relacionados à cultura e à Língua de Sinais (Sacks, 2002).

É importante destacar que existem diferentes maneiras pelas quais as famílias surdas e ouvintes abordam a surdez. Algumas famílias surdas podem escolher escolas e programas educacionais que enfatizam o uso da Língua de Sinais e a imersão na cultura surda. Por outro lado, algumas famílias ouvintes podem optar por ajudar seus filhos surdos a desenvolver habilidades de comunicação oral e a se integrar à sociedade ouvinte. Para Pollak (1992, pág 3)

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento. Outro exemplo seria o da segunda geração dos *pieds noirs* na França, que na verdade nem chegaram a nascer na Argélia, mas entre os quais a lembrança argelina foi mantida de tal maneira que o lugar se tornou formador da memória (Pollak, 1992, p.3).

É essencial reconhecer que a identidade surda é uma parte importante da vida para muitas pessoas surdas e suas famílias. Respeitar e valorizar essa

identidade é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de sua audição.

A memória social surda é transmitida principalmente por meio da Língua de Sinais, que é a língua natural e principal de comunicação da comunidade surda. Através da Língua de Sinais, histórias, tradições, conhecimentos e experiências são compartilhados e preservados. Isso inclui narrativas orais, poesia, canções e outras formas de expressão artística que são passadas de uma geração para outra. Segundo Pollak (1992, p. 3) “além dessas diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento.” Esses registros de memória possuem especificação exata de tempo do ocorrido. Porém essa precisão ocorre de forma mais subjetiva, de acordo com seu contato com a Língua de Sinais e seus pares.

A memória social surda também se manifesta nas lutas e conquistas históricas da comunidade surda. A história de ativismo e defesa dos direitos dos surdos, como o movimento pela Língua de Sinais e a luta por acessibilidade e inclusão, é uma parte importante da memória social surda (Strobel, 2009). Essas lutas são lembradas e celebradas como marcos significativos na trajetória da comunidade surda e desempenham um papel fundamental na formação da identidade surda individual e coletiva. Elas fortalecem os laços comunitários, proporcionam um senso de continuidade e resistência cultural e servem como uma base para a promoção e a preservação da cultura e da Língua de Sinais

Em se tratando de memória social e o sujeito surdo estão intimamente relacionados quando se trata da formação da identidade e da experiência de vida das pessoas surdas. A memória social refere-se às memórias compartilhadas por um grupo ou comunidade, que são transmitidas de geração em geração e desempenham um papel na construção da identidade coletiva. De acordo com Gondar (2016, p. 20)

A memória social é habitualmente caracterizada como polissêmica. Essa polissemia pode ser entendida sob duas vertentes: de um lado, podemos admitir que a memória comporta diversas significações; de outro, que ela se abre a uma variedade de sistemas de signos. Tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas) quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo), podem servir de suporte à construção de uma memória. E o privilégio conferido a cada um desses sistemas de signos

por uma sociedade ou por uma disciplina é capaz de trazer à memória uma significação diversa (Gondar, 2016, p. 20).

No caso dos sujeitos surdos, a memória social desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na preservação da cultura e história surdas. Além disso, a memória social também pode desempenhar um papel na luta por direitos e no ativismo surdo. Através da lembrança e do compartilhamento de momentos históricos de discriminação, resistência e conquistas da comunidade surda, a memória social pode mobilizar a ação coletiva, a conscientização e a busca por mudanças sociais em benefício dos sujeitos surdos.

Assmann (2011) destaca a importância da memória coletiva para a formação e preservação da identidade cultural. Para ela, a memória coletiva é um processo ativo, em que o passado é continuamente reinterpretado e recontextualizado de acordo com as necessidades e interesses do presente. Esse processo é fundamental para a construção de uma identidade cultural compartilhada, que une as pessoas em torno de uma história, uma tradição e um conjunto de valores comuns. No caso da cultura surda, a memória coletiva desempenha um papel crucial na preservação e transmissão da Língua de Sinais, dos costumes, das tradições e das histórias que compõem a cultura surda. A memória coletiva é o que permite que a cultura surda sobreviva e se desenvolva, apesar da pressão da cultura ouvinte dominante, que muitas vezes marginaliza e discrimina os surdos.

É importante respeitar e valorizar a cultura e a identidade surdas, reconhecendo a diversidade de experiências e perspectivas dentro da comunidade surda. Isso implica em ajudar a promover o acesso a serviços de saúde, educação e comunicação que atendam às necessidades das pessoas surdas, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. A noção de reconhecimento mútuo e a busca pela compreensão profunda do eu, conforme discutido no trecho anterior, pode ser relacionada à identidade surda. A identidade surda, ou "ser-surdo" na referência ao termo "surdo", pode envolver a jornada de reconhecimento e aceitação de quem se é, com todas as particularidades e características únicas. Segundo Ricoeur (2006, p. 85)

Longo é o caminho para o homem que "age e sofre" até o reconhecimento daquilo que ele é em verdade, um homem "capaz" de certas realizações. Esse reconhecimento de si ainda requer, em cada etapa, a ajuda de outrem, quando falta esse reconhecimento mútuo, plenamente recíproco, que fará de cada um elos parceiros um ser reconhecido[...] (Ricoeur, 2006, p. 85).

A pessoa surda passa por um processo de autorreconhecimento, enfrentando desafios e buscando aceitação não apenas de si mesma, mas também de outros. A ideia de reconhecimento mútuo destaca a importância não apenas de compreender a própria identidade, mas também de ser reconhecido por outros em sua autenticidade. Portanto, o paralelo pode ser traçado entre o processo de reconhecimento descrito anteriormente e a construção da identidade surda, onde a compreensão de si mesmo, a aceitação e a reciprocidade na relação com os outros desempenham papéis fundamentais.

3.3.1 Memória e linguagem visual para surdos

Para pessoas surdas que não têm acesso pleno à linguagem falada, a linguagem visual desempenha um papel fundamental na comunicação. A Língua de Sinais é uma forma de comunicação visual-espacial usada por muitos surdos ao redor do mundo. A Língua de Sinais possui sua própria gramática e estrutura, e é percebida principalmente através da visão. A linguagem visual, incluindo a Língua de Sinais, pode desempenhar um papel importante na memória. (Garcia, 1999).

A pesquisa mostra que a memória visual pode ser especialmente forte em pessoas surdas, pois elas estão acostumadas a processar e codificar informações visuais em suas interações diárias. A memória visual pode ser usada para lembrar sinais específicos da Língua de Sinais, expressões faciais e outras informações visuais relevantes (Quadros, 2004). Além disso, a memória de trabalho, que é a capacidade de reter informações por curtos períodos de tempo para processamento ativo, também pode ser afetada pela linguagem visual. Por exemplo, pessoas surdas podem usar a memória de trabalho visual para lembrar uma sequência de sinais enquanto estão conversando em Língua de Sinais.

3.3.2 Memória social surda

A memória é um dos elementos fundamentais para a construção das identidades individuais e coletivas. No campo dos estudos sociais e culturais, a distinção entre memória surda e memória social revela como diferentes grupos sociais constroem e mantêm suas histórias e culturas ao longo do tempo. Esses dois conceitos estão interligados, mas carregam especificidades que refletem a experiência única da comunidade surda em relação à sociedade em geral.

A memória social se refere à maneira como são recordadas as experiências vividas na constituição de uma determinada sociedade. De acordo com os estudos de Maurice Halbwachs (2003) sobre a memória coletiva, a memória nunca opera de forma individual. Mesmo quando experimentamos um evento sozinhos, somos influenciados pelas lembranças dos outros. Em outras palavras, nossa memória é construída e influenciada pelas memórias compartilhadas e pelos contextos sociais nos quais estamos inseridos. “[...] isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.” (Halbwachs, 2003, p. 30). Assim, a memória de grupo é construída coletivamente e é uma combinação das memórias individuais que são partilhadas, discutidas e compartilhadas dentro de um grupo social específico.

Para pessoas surdas, a memória social pode ser influenciada por vários fatores. A comunicação e a interação social podem ser diferentes para pessoas surdas, especialmente se a maioria das pessoas ao seu redor não estiver familiarizada com a Língua de Sinais. Rezende (2010) pontua que

(...) A comunidade surda teve, assim, um papel fundamental na mudança que se operou dentro de mim. Ela possibilitou a construção do meu ideal de futuro, redefiniu minha história de vida, minha voz e minha atitude em relação às adversidades. Causou uma verdadeira revolução na minha vida. (2010, p. 22)

Isso pode levar a uma menor quantidade de informações sociais sendo trocadas, o que, por sua vez, pode afetar a memória social. No entanto, é importante ressaltar que a memória social não é exclusivamente determinada pela audição ou pela linguagem falada. A memória social de pessoas surdas contém informações importantes sobre pessoas, relacionamentos, fatos e interações sociais usando outros canais sensoriais dos da maioria das pessoas, como a visão e a linguagem visual.

Assim, enquanto a memória social se refere a um processo mais amplo de construção de memórias coletivas dentro de uma sociedade, a memória surda foca na experiência específica de uma comunidade que muitas vezes teve suas histórias e vozes silenciadas pela narrativa dominante. A luta pela valorização da cultura surda e pela preservação da memória surda é, portanto, também uma luta pelo direito de contar sua própria história (Perlin, 2013).

Além disso, o contexto cultural e a identidade surda também desempenham um papel na memória social. A memória social de pessoas surdas pode ser influenciada pelas experiências vivenciadas dentro da comunidade surda, como eventos culturais, histórias compartilhadas e o conhecimento coletivo da comunidade “assim, por meio dos discursos, a linguagem atua na manutenção do grupo (Oliveira; Orrico, 2005)

A memória e a linguagem visual desempenham papéis importantes na vida dos surdos. A linguagem visual, como a Língua de Sinais, é usada para comunicação e pode afetar a codificação e a recuperação de informações na memória. Em se tratando de comunicação, o surdo tem como língua materna a Libras que

(...) é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal. (Perlin, 2014, p. 44).

Perlin (2014) reconhece a importância do uso da Língua de Sinais para que pessoas com surdez possam compreender e interagir no mundo. Essa modalidade linguística possibilita ao grupo, que não tem fluência na língua oral, construir sua identidade com base em experiências visuais. Além disso, a Língua de Sinais oferece meios para compreender e modificar o mundo por meio de imagens, em vez de sons, permitindo a comunicação e expressão de sentimentos. Essa forma de comunicação proporciona condições para que as pessoas surdas se posicionem cultural e politicamente sem depender completamente da língua oral, que não dominam em sua totalidade possibilitando a construção da memória social de pessoas surdas, que é fortemente influenciada pela interação social e pela cultura surda.

3.3.3 Construção da memória surda na perspectiva da visualidade

A memória surda sublinha a importância da língua como um veículo de memória e identidade. A Língua de Sinais desempenha um papel essencial na preservação dessa memória, pois é o meio através do qual as histórias e tradições surdas são transmitidas de geração em geração. Esse aspecto linguístico e cultural

é um diferencial marcante em relação à memória social, que pode utilizar múltiplos meios de transmissão de memórias, como a linguagem escrita, oral e visual (Ladd, 2003).

A construção da memória surda na perspectiva da visualidade refere-se ao modo como as pessoas surdas processam, armazenam e recuperam informações de forma visual, em vez de depender principalmente da linguagem oral ou auditiva. O conceito de memória conforme descrito por Pollak (1992) é caracterizado como flutuante, mutável, seletivo e construído, e desempenha um papel fundamental na formação do sentimento de identidade das pessoas. O autor argumenta que a construção da memória é baseada em três elementos essenciais: acontecimentos, personagens e lugares. Esses elementos podem ser relacionados a eventos que foram experimentados individualmente ou coletivamente. Além disso, esses acontecimentos podem ser pessoais, relacionados à própria vida da pessoa, ou podem ser eventos vivenciados por outros, que ele denomina de "acontecimentos vividos por tabela", ou seja,

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (Pollak, 1992, p.2)

Os personagens, assim como os acontecimentos, desempenham um papel fundamental na construção da memória e identidade de uma pessoa, sendo lembrados e reinterpretados de acordo com sua perspectiva e experiências.

Falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformam quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa (Pollak, 1992, p. 2)

Os lugares de memória são locais que têm uma conexão especial com recordações pessoais, e às vezes, também podem estar relacionados a momentos específicos no tempo. Para Pollak (1992, p. 2) um exemplo disso é um local de férias da infância, que permanece vívido na memória de alguém, deixando uma

impressão duradoura, independentemente da data real em que a experiência ocorreu.

Em relação ao tema da surdez, Vygotsky ([1934], 1995) concentra sua atenção na dificuldade enfrentada pelo indivíduo para assimilar a linguagem oral, o que resulta em barreiras significativas para sua integração na cultura, já que a linguagem constitui o principal símbolo psicológico para o desenvolvimento das funções mentais superiores. Isso leva o surdo a ser excluído das experiências convencionais de seu ambiente social, resultando em um estado de "silêncio" e uma "falta de conscientização" que prejudicam o progresso de suas capacidades cognitivas e sociais (Silva, 2002).

A condição social do indivíduo está diretamente relacionada à deficiência no desenvolvimento da linguagem devido à perda auditiva. É fundamental compreender que a surdez decorre de uma deficiência sensorial fisiológica que limita ou anula a capacidade auditiva. No entanto, de acordo com Araújo (2010, p. 700) o problema primordial enfrentado pelos surdos é a impossibilidade de adquirir, de maneira natural, a linguagem oral, que é predominante entre a maioria dos ouvintes.

A comunicação truncada com a comunidade ouvinte e o déficit em estabelecer conexões com o mundo por meio da fala resulta em desafios significativos para as crianças surdas na construção da memória. Segundo Araújo,

Crianças surdas filhas de pais ouvintes não compartilham uma mesma língua com seus pais, o que em muito dificulta uma interlocução efetiva, que assim se limita a poucos gestos representativos, geralmente de caráter icônico e contextual, que reduzem enormemente as trocas simbólicas com o meio social, tão necessárias ao desenvolvimento da linguagem e à boa saúde da comunicação. Diferente é a situação do ouvinte que possui este recurso desde que nasce. Uma criança ouvinte pequena, por exemplo, pode se comunicar verbalmente, porque, embora ainda não tenha o domínio amplo da linguagem, ela é capaz de participar de diálogos, situando-se no espaço discursivo. (Araújo, 2010, p 700)

Nesse sentido, a limitação do surdo, inserido em uma sociedade ouvinte, reside no fato de que, sem acesso pleno ao discurso oral, ou com acesso apenas parcial (como fragmentos de estímulos auditivos, gestos e expressões faciais), ele se encontra confinado em um espaço de significados restritos. Suas formas de expressão, como gestos e vocalizações, nem sempre são compreendidas de maneira apropriada nos contextos de interação com indivíduos ouvintes. Isso não implica que o surdo seja incapaz de se comunicar, mas sim que ele requer recursos

diferentes para fazê-lo, trilhando caminhos distintos daqueles observados nas relações entre pais e filhos ouvintes, sendo que

Por sua vez, crianças surdas filhas de pais surdos geralmente interagem com seus pais em um ambiente inundado pela Língua de Sinais. Neste contexto, estas crianças vão adquirindo esta língua sem grandes obstáculos, e ao se confrontarem com interlocutores que dominem a Língua de Sinais, não apresentam qualquer dificuldade. Destarte, o atraso de linguagem não é inerente à surdez, e sim, consequência de interação e trocas nos espaços sociais de interlocutores que usam uma língua não acessível à criança surda. (Araújo, 2010, p 700).

Nesse contexto, a construção da memória surda é influenciada pelas circunstâncias mencionadas, tais como a experiência social empobrecida, o atraso no desenvolvimento da linguagem devido à falta de uma língua plena e a vivência simbólica fragmentada. Essas condições balizam a forma como o indivíduo surdo guarda e recorda informações, experiências e interações passadas, muitas vezes restringindo o seu acesso a essas memórias e afetando sua capacidade de construir uma narrativa contínua de sua vida. Isso, por sua vez, contribui para a complexidade dos desafios interacionais, cognitivos, linguísticos e educacionais que o surdo enfrenta, impedindo uma plena participação na sociedade e na construção de sua própria identidade. É importante reconhecer que a construção da memória surda na perspectiva da visualidade não se limita apenas à comunicação e educação, mas também abrange a forma como as experiências visuais, a cultura visual e a Língua de Sinais desempenham um papel na construção da identidade e na compreensão do mundo por pessoas surdas, pois "se o acesso à língua é parcial, também são parciais o entendimento e a participação do surdo no seu funcionamento" (Santana, 2007, p. 155). O aspecto visual desempenha um papel central na vida de muitas pessoas surdas, e a visualidade é uma parte integral de sua forma de perceber e interagir com o ambiente e as informações bem como sua relação com si e com o outro.

Portanto, a memória surda e a memória social estão conectadas, pois a primeira pode ser vista como uma memória social de um grupo específico. É uma forma de memória social que, por muito tempo, foi excluída da narrativa oficial. Como observa Lane (1992), a história dos surdos é muitas vezes contada por ouvintes, o que resulta em uma distorção ou apagamento das experiências e memórias surdas. Assim, o reconhecimento da memória surda dentro da memória

social mais ampla é crucial para a inclusão e valorização das diversas vozes que constituem uma sociedade.

3.4 A formação docente e a cultura surda

Ao focarmos na perspectiva da educação inclusiva, especialmente no contexto da Educação de Surdos, é crucial destacar o papel central do professor na promoção da socialização e interação na sala de aula. Um educador verdadeiramente comprometido com a inclusão reconhece as singularidades dos alunos surdos e valoriza suas potencialidades, adotando, assim, um currículo flexível que atenda às necessidades individuais dos educandos.

É por meio da busca do conhecimento que os profissionais irão conseguir aprender mais da cultura surda e, conseqüentemente, trabalhar para um ensino significativo aos alunos surdos. Formação continuada é o aperfeiçoamento dos saberes para a atividade profissional, com o objetivo de acrescentar para a formação inicial. Por esse motivo, dentro das escolas regulares e das instituições de ensino bilíngue é importante que os docentes busquem conhecimento (Chimentão, 2023, p.04).

Nesse processo, é fundamental oferecer condições de trabalho que sirvam como o ambiente propício para o processo ensino aprendizagem do aluno surdo. Essas condições não só permitem a atualização constante do professor, mas também a preparação consistente de suas atividades curriculares, ajustando e revisando regularmente os detalhes, garantindo que cada ponto da educação seja adaptado às necessidades pedagógicas dos alunos.

A formação de professores de Libras, de Língua Portuguesa como L2, de tradutores e intérpretes é fundamental para formar profissionais para atuarem na Educação Básica. Essas formações devem ser garantidas em Nível Superior (Licenciatura e Bacharelado) e enquanto formação continuada para os professores que já estejam atuando na Educação Básica e Superior. Os Cursos de Graduação envolvem a Pedagogia Bilíngue (que forma o professor bilíngue para atuar na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental), os cursos de Licenciatura em Letras - Libras (que forma professores de Libras para atuar no ensino da Libras na Educação Básica e nível médio) e Bacharelado (que forma tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa). O curso de Língua Portuguesa como L2 deve ser oferecido para formar os professores que atuarão, tanto na Educação Básica como no nível superior (Brasil, 2014, p. 18-19).

Sendo assim, em sintonia com a visão de Saviani (2010), a formação de professores não é apenas um aprendizado técnico; é um envolvimento prático,

social e cultural. É como se os educadores, como habilitados artesãos, não apenas transmitissem conhecimento, mas entendessem a complexidade do ambiente educacional, contribuindo para uma educação mais significativa e contextualizada.

Neste viés, o Decreto nº 5.626/05 tornou obrigatório o ensino da Libras em todas as licenciaturas do Ensino Superior,⁷ conforme estabelecido pelo Art. 3º, §§ 1º e 2º. Essa medida representa uma significativa conquista para a comunidade surda, que há muito tempo pleiteava o reconhecimento oficial da Libras. Durante anos, os alunos surdos foram negligenciados na educação, mas a obrigatoriedade da disciplina de Libras torna inclusivo o atendimento a essa comunidade nas instituições de ensino.

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas. (Lacerda, 2006, p.9)

A inclusão da disciplina de Libras nas licenciaturas visa proporcionar uma nova perspectiva sobre os alunos surdos nas escolas, melhorando a relação entre professores e estudantes. Historicamente, sujeitos a preconceitos e deslegitimação da Língua de Sinais, os surdos enfrentam barreiras que afetam seu desenvolvimento na sociedade. A introdução da disciplina busca superar essas barreiras, promovendo o contato com a cultura surda, combatendo preconceitos e oferecendo aos professores capacitação para atender às necessidades dessa comunidade.

Há a necessidade do aprofundamento na cultura surda, a fim de conhecer a realidade do sujeito surdo, que não é adquirida em uma disciplina somente ou

⁷ A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos Cursos de Formação de Professores para o exercício do Magistério, em Nível Médio e Superior, e nos Cursos de Fonoaudiologia, de Instituições de Ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de Licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o Curso Normal Superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados Cursos de Formação de Professores e Profissionais da Educação para o Exercício do Magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de Educação Superior e na Educação Profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

curso básico.

3.4.1 Cultura surda na educação: conexões entre memória social e práticas docentes inclusivas

A educação inclusiva é um princípio fundamental que busca garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igualitário ao aprendizado. No contexto da surdez, essa inclusão vai além da simples adaptação física ou técnica do ambiente escolar, envolve o reconhecimento e a valorização da cultura surda, uma identidade rica e diversa que se manifesta através da Língua de Sinais e de experiências compartilhadas ao longo da história. A elaboração do currículo, na perspectiva de uma escola inclusiva, deve ter sua origem no projeto pedagógico da escola. A questão da identidade cultural deve ser respeitada, atendendo ao princípio da flexibilização. Assim, proporciona-se um caminhar próprio favorecendo o progresso escolar e viabilizando também ao professor diferentes organizações curriculares tais como: disciplinar, cumulativa, interdisciplinar e relacional (Brasil, 2006).

A cultura surda não é apenas uma questão de deficiência auditiva, mas sim um conjunto de valores, tradições e uma língua própria que conecta a comunidade surda em todo o mundo. A memória social da comunidade surda é construída sobre essas experiências compartilhadas marcadas por lutas por reconhecimento linguístico, acesso à educação e igualdade de direitos.

A escolha cultural do surdo pode parecer um processo anômalo para quem defende a normalidade. No entanto, a cultura surda, vista do nível das múltiplas culturas, ou da proliferação cultural ou das diferenças, faz com que transpareça com toda a sua excelência nas linguagens constitutivas das culturas. Entrar no lugar da cultura surda requer conhecimento da experiência do ser surdo com toda a transformação que o acompanha (Perlin, 2004, p.73).

Essa memória social não apenas fortalece a identidade surda, mas também oferece subsídios para o aprimoramento das práticas educacionais para alunos surdos. Neste sentido, as práticas docentes inclusivas desempenham um papel crucial, desde o uso de intérpretes qualificados e materiais didáticos acessíveis, até a criação de um ambiente de aprendizado que celebra e respeita a diversidade linguística e cultural. A compreensão do conceito de cultura é multifacetada, refletindo a interação contínua entre os indivíduos e suas relações sociais ao longo da história. Como destaca Pinto (2007), a cultura é construída não apenas pelas

vivências e experiências dos grupos sociais, mas também pela ideologia que permeia as diversas áreas de atuação do ser humano. Essa perspectiva é essencial ao considerarmos a inclusão de alunos surdos, pois leva a reconhecer a importância de integrar a cultura surda no contexto educacional, contribuindo para a formação de professores mais conscientes e preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Sendo assim, docentes que reconhecem e incorporam a cultura surda em suas práticas não apenas facilitam o acesso ao conhecimento acadêmico, mas também promovem um ambiente de respeito mútuo e valorização das diferenças.

No entanto, ainda existem desafios significativos a serem superados como a falta de recursos adaptados, a formação insuficiente dos professores em relação à inclusão e a falta de conscientização sobre as necessidades específicas dos alunos surdos são alguns dos obstáculos que podem dificultar a eficácia das práticas inclusivas e, por isso, a complexidade das interações sociais e interculturais na atualidade exige que se desenvolvam novas metodologias para a produção do conhecimento tanto na pesquisa quanto na educação (Fleuri; Costa, 2005).

Superar esses desafios requer um compromisso contínuo com políticas educacionais inclusivas, investimentos em formação docente e uma mudança cultural que reconheça a diversidade como um valor fundamental.

3.4.2. Acessibilidade atitudinal: barreira linguística e outros atravessamentos

Atitudes preconceituosas em relação às pessoas com deficiência são frequentemente observadas na sociedade, resultando na falta de informação, estigmatização e perpetuação de estereótipos.

Para entender esse fenômeno, é crucial definir o conceito de atitude, conforme descrito por Jacobs e Jacobs (2006, p.10) como uma combinação de posição corporal, ação, sentimento e disposição mental. As pessoas com deficiência frequentemente atribuem tais atitudes à falta de informação disseminada pela sociedade e pela família, relacionadas à deficiência, bem como às habilidades individuais.

Esta falta de informação dificulta a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, gerando percepções negativas e contribuindo para sua exclusão social. Para mitigar esse problema, é necessário promover a educação, desafiar

estereótipos e ajudar a promover oportunidades igualitárias para todos, independentemente de suas habilidades ou características.

Nas palavras de Wagner et al. (2010, p. 61), “o imaginário da sociedade parece estar impregnado de concepções negativas a respeito dessas pessoas, vistas como improdutivas e incapazes”. A percepção dos outros está frequentemente marcada por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação sendo que todos os tipos de acessibilidade estão ligados a essa questão, uma vez que a atitude das pessoas é o que realmente promove a remoção de barreiras. A acessibilidade se torna evidente quando os gestores institucionais demonstram interesse em implementar ações e projetos que abranjam todas as dimensões da acessibilidade, então a priorização de recursos para essas iniciativas é um sinal de que há uma acessibilidade atitudinal em vigor (Brasil, 2013, p. 37). De acordo com Romanini e Maceda (2022),

A acessibilidade atitudinal é, portanto, "o carro-chefe" para todas as outras dimensões de acessibilidade (arquitetônica, metodológica, comunicacional, instrumental e programática), sendo considerada aquela que está ligada diretamente às atitudes das pessoas. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo compreender de que modo os cursos da área da saúde da referida universidade vêm construindo e incorporando à formação dos estudantes a discussão sobre a acessibilidade atitudinal (Romanini e Maceda, 2022, n.p.).

3.4.3 Formação continuada: os desafios docente no aprimoramento da temática surda

A formação continuada representa um desafio significativo para os professores que buscam aprimorar seus conhecimentos na temática surda, pois o envolvimento docente com alunos surdos ainda é vago e focado somente no aprendizado da Libras, sendo assim

Outro caminho para a aquisição de conhecimentos da Língua de Sinais são os cursos de Libras oferecidos à parte. Esses cursos podem ser de nível básico, intermediário ou avançado, com cargas horárias diferentes. Nesses cursos, os alunos aprendem a história da Libras, praticam a língua dentro e fora da sala de aula e entendem a importância da Libras na vida do aluno surdo. Esses cursos possuem o objetivo de capacitar o estudante a se comunicar por meio da Língua de Sinais e conhecer toda a cultura surda. É de extrema importância que o professor procure esses ou outros caminhos de formação, pois, dentro do âmbito da Educação Especial e mais precisamente da Educação de Surdos, a formação continuada torna-se uma aliada no progresso do professor, com isso melhorando o seu trabalho docente. (Baiense; Machado; Silva, 2023,p.3)

Neste viés, a Declaração de Salamanca (1994, p.8) enfatiza que “o processo de inclusão só será de fato efetivado quando houver mudanças tanto no currículo, quanto na organização da escola como um todo, e no fazer pedagógico do professor”, porém essa construção de uma cultura de acessibilidade no que se refere aos docentes enfrenta diversos desafios, entre eles estão: a falta de conscientização sobre as necessidades das pessoas com deficiência, a resistência a mudanças nas práticas pedagógicas e a infraestrutura inadequada. Muitas instituições ainda operam com um modelo tradicional que não considera a diversidade dos estudantes, o que dificulta a implementação de medidas inclusivas.

A formação específica de professores e colaboradores é crucial para que compreendam a importância da acessibilidade e saibam integrá-la em suas práticas. Além disso, a criação de políticas institucionais claras e a mobilização da comunidade acadêmica são fundamentais para promover um ambiente mais inclusivo (Santos, 2020).

As perspectivas atuais são encorajadoras. A crescente discussão sobre diversidade e inclusão, impulsionada por movimentos sociais e legislações específicas, tem levado as universidades a reavaliar suas práticas (Oliveira, 2021). A colaboração entre diferentes setores da instituição — incluindo administração, docentes e alunos — pode resultar em inovações que beneficiem a todos.

A implementação de tecnologias assistivas, a promoção de eventos acessíveis e a inclusão de vozes de pessoas com deficiência nas decisões institucionais são passos essenciais nesse processo (Pereira, 2022). Com um compromisso coletivo e uma visão voltada para a inclusão, é possível avançar na construção de uma cultura de acessibilidade que enriqueça a experiência acadêmica e promova igualdade de oportunidades para todos.

Sendo assim, a implementação dessas mudanças requer um comprometimento coletivo e uma visão compartilhada de que a inclusão é um direito fundamental de todos os alunos e que é necessário a atitude inclusiva que vem de “dentro” para “fora” numa perspectiva de subjetividade para a coletividade num aspecto amplo e multiplicador.

Para o professor ouvinte, a Libras se configura como uma segunda língua, tornando essencial dedicar tempo e esforço real para aprendê-la. O contato efetivo com essa língua é crucial para a prática docente e para alcançar resultados positivos, uma vez que o progresso do aluno reflete o quanto o professor está

verdadeiramente comprometido em aprender Libras. Esse compromisso se inicia no diálogo entre o professor regente e o intérprete da Libras, visando aprender noções básicas de comunicação para estabelecer uma conexão com o aluno surdo. Essa dedicação se estende até as formações continuadas, demonstrando o comprometimento contínuo do professor em aprimorar suas habilidades na Língua de Sinais.

Este processo de aprendizagem contínua enfrenta diversos desafios, destacando-se a necessidade de superar barreiras e ajudar a promover uma compreensão aprofundada das questões relacionadas à surdez, pois o professor ao buscar aprimoramento nessa área, depara-se com obstáculos como o desconhecimento da Língua de Sinais e principalmente da cultura surda, a necessidade de promover uma educação verdadeiramente inclusiva e a superação de estigmas e preconceitos associados à comunidade surda.

Ressaltamos que a formação continuada não descarta a necessidade de uma boa formação inicial, mas para aqueles profissionais que já estão atuando, há pouco ou muito tempo, ela se faz relevante, uma vez que o avanço dos conhecimentos, tecnologias e as novas exigências do meio social e político impõem ao profissional, à escola e às instituições formadoras, a continuidade, o aperfeiçoamento da formação profissional (Chimentão, 2009,p.4).

A legislação brasileira referente à formação de professores para o atendimento a pessoas surdas foi estabelecida pela Constituição Federal por meio da Lei nº 10.436, promulgada em 24 de abril de 2002. O Decreto 5.626/05⁸, por sua vez, reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial para a comunidade surda do país. Este decreto atribui ao poder público e às instituições de ensino a responsabilidade de disponibilizar, formar e capacitar profissionais para atuarem na educação de alunos surdos. (Carvalho, et al, 2018, p.11)

A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores é crucial para garantir um trabalho efetivo na integração de alunos surdos, considerando o contexto histórico, bem como os aspectos sociais e psicológicos que impactam esses indivíduos. Essa abordagem não apenas eleva a autoestima dos estudantes surdos, mas também promove a autonomia ao capacitá-los a gerenciar seus próprios sentimentos e atitudes, compreendendo que são capazes

⁸ Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2004lv/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 04 fev. 2024.

de transformar a realidade em que estão inseridos (Carvalho, et al, 2018, p.11).

Infelizmente, é possível observar em algumas instituições de formação de professores uma negligência ao não incluir de maneira adequada o ensino da LIBRAS em seus currículos. Por vezes, evitam abordar o assunto, deixando ao acadêmico a responsabilidade de lidar com a falta de conhecimento sobre como conduzir o ensino inclusivo. Essa falta de empenho pode resultar em uma formação deficiente, impactando negativamente a aprendizagem dos alunos surdos (Carvalho et al, 2018, p.12).

Um desafio significativo para a efetivação dos direitos dos surdos não se limita apenas à inclusão, mas também à persistente visão de que eles são incapazes de realizar atividades importantes. Portanto, a discussão sobre a incorporação da Língua de Sinais na formação docente é essencial para preservar os direitos dos surdos, promovendo uma mudança de paradigma que reconheça e respeite plenamente a capacidade e potencial de cada indivíduo (Carvalho et al, 2018, p.12).

O capítulo IV do referido decreto⁹ estabelece um planejamento linguístico para a difusão da Libras e da Língua Portuguesa, visando facilitar o acesso das pessoas surdas à educação inclusiva de qualidade. Apesar da regulamentação desses direitos há uma década, constata-se que as iniciativas de inclusão têm demonstrado resultados ainda inacabados.

Considerando os princípios da Constituição Federal, torna-se crucial compreender a importância da formação inicial e continuada de professores para classes inclusivas. A garantia de um conhecimento progressivo e sistematizado, embasado em perspectivas inovadoras e inclusivas, é fundamental para assegurar os direitos desses indivíduos, visto que a educação é um direito de todos, com garantia de acesso e permanência no ambiente escolar.

A formação continuada para educadores de pessoas surdas proporciona práticas de ensino que possibilitam um processo educacional contínuo. Nesse contexto, os professores têm a oportunidade de refletir e se autoavaliar, desenvolvendo estratégias e práticas pedagógicas assertivas para aplicarem no ambiente escolar (Zanata, 2004).

O docente que se aprofunda no conhecimento da cultura surda está mais

⁹ Decreto 5.626/05

bem equipado para proporcionar uma educação que vai além das barreiras linguísticas. Esse entendimento enriquece a experiência educacional, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos. De acordo com Silva (2011, p. 133-134)

A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação [...]. A cultura é um campo onde se define não só a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder (Silva, 2011, p. 133-134).

Nesse contexto, a ideia de uma cultura unificada é desconstruída. A crença em uma cultura (erudita) superior a outras é desmistificada, dando lugar a uma compreensão mais ampla e diversificada desse conceito. A partir dessa perspectiva, práticas que anteriormente eram consideradas subculturas, passam a ser reconhecidas e respeitadas como culturas legítimas, cada uma com suas características, artefatos e autenticidades únicas. Isso se aplica, por exemplo, à cultura surda.

Mesmo sendo uma realidade ainda pouco compreendida devido à prevalência do argumento biológico, que estabelece como padrão de normalidade a capacidade de ouvir e falar, as pesquisas estão gradualmente desmantelando essa visão dominante sobre a condição surda. Segundo a autora surda Strobel (2013, p. 29):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das 'almas' das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (Strobel, 2013, p. 29).

Diante disso, é fundamental que o docente vá além do conhecimento da (Libras) ao explorar a cultura surda, pois compreendê-la vai muito além do domínio linguístico, pois envolve um mergulho nas formas únicas de percepção, interação e compreensão de mundo das pessoas surdas. Neste contexto, afirmamos que a cultura surda é construída pela experiência visual, pois é por meio dela que as pessoas surdas se conectam com o mundo e vice-versa. Essa percepção é válida mesmo para indivíduos surdos que não utilizam a Língua de Sinais, pois ao

contrário das pessoas ouvintes que dependem do som, essas pessoas surdas consideram esse elemento dispensável (Romário; Dorziat, 2016). Strobel (2013, p. 45) completa dizendo que “os sujeitos surdos, com a ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos e de tudo o que ocorre ao redor deles: desde os latidos de um cachorro [...] até de uma bomba estourando [...]”

3.4.4 A cultura surda no âmbito das práticas pedagógicas no ensino superior

A Constituição Federal estabelece que é responsabilidade do Estado assegurar o acesso aos mais altos níveis de educação, especialmente no Ensino Superior, oferecido por instituições públicas e privadas. O foco principal dessas instituições é a construção do conhecimento por meio de atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão (Brasil, 1988).

Nesse contexto, a universidade é definida como uma entidade educacional cujo propósito central é a construção do conhecimento, baseando-se na tríade de Pesquisa, Ensino e Extensão. Em outras palavras, ela se dedica à produção de conhecimento por meio da análise crítica dos saberes historicamente acumulados, de seus impactos na formação da sociedade humana e das respostas às novas demandas e desafios apresentados pela sociedade (Pimenta; Anastasiou, 2014, p. 162).

Falando de surdos no Ensino Superior, trazendo à luz a cultura surda, é primordial compreender que a referida cultura é salutar em qualquer etapa escolar do aluno surdo, sendo necessário a adequação às faixas etárias de cada educando. Aqui, o enfoque será o Ensino Superior e suas nuances na educação de surdo como grupo social. Costa (2011, p. 108) ressalta que os grupos sociais:

buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso (Costa, 2011, p. 108).

Ao direcionar uma atenção mais cuidadosa para esses segmentos sociais, possibilitou-se a elaboração de análises mais aprofundadas acerca das experiências das pessoas pertencentes a grupos minoritários. Isso culminou na

proposta de uma "revisão crítica do conceito de cultura" (Costa 2011, p. 109).

Cultura, sim, como expressão das formas pelas quais as sociedades dão sentido e organizam suas experiências comuns; cultura como o material de nossas vidas cotidianas, como base de nossas compreensões mais corriqueiras. A cultura passa a ser vista tanto como uma forma de vida (ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e relações de poder), quanto toda uma gama de produções, de artefatos culturais (textos, mercadorias etc.) (Costa, 2011, p. 109).

A cultura surda, muitas vezes subestimada e mal compreendida, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na educação de indivíduos surdos. No âmbito das práticas pedagógicas, é imperativo reconhecer e integrar a rica diversidade cultural da comunidade surda para promover um ambiente educacional inclusivo. Conforme Santiago e Pereira (2015, p. 52).

É fundamental que o professor, antes de escolher sua metodologia de ensino, leve em consideração as particularidades de causa, momento, condição e identidade do surdo, pois essas peculiaridades de complexa abrangência influenciam de modo diferente a maneira dele lidar com o mundo à sua volta. Portanto, não é possível tratar os diferentes sujeitos surdos a partir das mesmas práticas metodológicas (Santiago e Pereira, 2015, p. 52).

A cultura surda é uma expressão única de identidade, valores e história compartilhada por aqueles que utilizam a Língua de Sinais como meio principal de comunicação e incorporar essa cultura no contexto pedagógico vai além do simples reconhecimento da Língua de Sinais como uma forma válida de comunicação: trata-se de respeitar e valorizar as experiências e perspectivas específicas da comunidade surda. Ao abordar as metodologias, estratégias de ensino e recursos pedagógicos, é crucial considerar a singularidade da experiência surda.

De acordo com Kumada (2017, p. 57), "analisar a surdez através da lente do conceito de diferença implica afastar-se das teorias biológicas difundidas sobre os surdos e a surdez...". Nessa perspectiva, as estratégias incorporadas nas práticas pedagógicas descritas devem abranger e apreciar as experiências visuais-gestuais, concebendo a surdez de maneira antropológica.

No tocante à leitura e construção de textos escritos, os estudantes surdos normalmente enfrentam obstáculos ao expressar-se por escrito devido à falta de compreensão da estrutura oral da língua portuguesa. As atividades pedagógicas, em sua maioria, são concebidas com foco nos alunos ouvintes, portanto, é imperativo repensar currículos e métodos de ensino para incorporar as diversidades, uma vez que o ensino em sala de aula tem privilegiado predominantemente os estudantes ouvintes. Este entendimento alinha-se com a

observação de Santiago e Pereira (2015, p. 53): "[...] as formas como os ouvintes aprendem são consideradas pelos educadores como o único padrão a ser seguido. Dessa maneira, a propensão é ensinar aos surdos da mesma forma que se ensina aos ouvintes". Ao adotar uma abordagem culturalmente sensível, os educadores podem criar ambientes de aprendizado que promovam a inclusão e o respeito pela diversidade, implicando assim em reconhecer que a cultura surda não é apenas uma característica adicional, mas uma parte intrínseca da identidade dos alunos surdos, sendo assim essencial incorporar elementos da cultura surda nas práticas pedagógicas diárias.

A introdução de materiais educativos que reflitam a diversidade cultural surda, bem como a inclusão de figuras históricas surdas em currículos, contribui para uma compreensão mais profunda e respeitosa, porém há muitos desafios a serem vencidos

A falta de intérpretes, o despreparo dos professores, o preconceito e discriminação e a falta ou o uso inadequado do material didático pedagógico para este alunado, como por exemplo, filmes legendados, aulas sem material de apoio visual e o uso do power point na sala escura (Ansay, 2009, p. 114).

A colaboração estreita entre educadores, intérpretes de Língua de Sinais e outros profissionais é crucial para o sucesso das práticas pedagógicas inclusivas, pois essa abordagem colaborativa não apenas facilita a comunicação mas também promove um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade linguística e cultural.

Os docentes devem optar por estratégias de ensino que estejam mais alinhadas e abarquem efetivamente a aprendizagem e envolvimento dos alunos surdos durante as aulas, conforme indicado por Gonçalves e Festa (2013) ao discutirem estratégias e métodos de ensino voltados para estudantes surdos:

A presença do aluno surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo. O aluno Surdo está na escola, então cabe aos professores criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão escolar (Gonçalves e Festa, 2013, p. 2).

Sendo assim, a cultura surda deve ser reconhecida e integrada no cerne das práticas pedagógicas para garantir uma educação inclusiva e significativa. Ao abraçar a riqueza cultural da comunidade surda, educadores podem criar ambientes de aprendizado que não apenas respeitem, mas também celebrem a

diversidade, contribuindo para o crescimento acadêmico e pessoal dos alunos surdos.

Nesta linha os estudos culturais surgem como resposta às demandas de grupos e indivíduos que questionavam e procuravam desafiar o conceito hegemônico de cultura, que priorizava exclusivamente a cultura erudita e elitizada, relegando as manifestações populares ao status de uma cultura inferior (Hall, 2013; Escosteguy, 2010).

3.4.5 *A singularidade da cultura surda*

O termo "cultura surda" no singular é defendido por vários autores, pois ele enfatiza a identidade coletiva compartilhada entre os surdos, baseada em uma língua comum e experiências sociais que transcendem as diferenças individuais. Segundo Harlan Lane(1992), a cultura surda é uma identidade única, construída a partir de uma vivência comum e a Língua de Sinais, que serve como o principal meio de comunicação e é central para essa cultura. Ele argumenta que os surdos formam uma cultura distinta, com valores e práticas próprias, independentemente das variações regionais ou sociais

Além disso, Gerald A. Padden e Tom L. Humphries (1988) reforçam que a cultura surda não deve ser reduzida a uma adaptação à sociedade ou uma superação da deficiência. Em "Deaf in America", eles destacam que a Língua de Sinais e a experiência de vida compartilhada formam uma base sólida para a identidade surda, justificando o uso do termo no singular, como uma representação de uma cultura coesa.

Para Lydia Callis (2015), a cultura surda é marcada pela forma única de interação entre os surdos, que se unem por uma vivência comum e não pela condição de deficiência. Sharon D. Levey (2006) também argumenta que a surdez constrói uma identidade cultural distinta, com base nos valores e práticas que os surdos compartilham, sendo essencial reconhecer essa identidade no singular.

Portanto, o termo "cultura surda" no singular reforça a existência de uma identidade coletiva forte e única, fundada na Língua de Sinais e nas experiências compartilhadas dos surdos.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o percurso metodológico desta pesquisa. Cabe salientar, inicialmente, que a presente pesquisa assentou-se na abordagem qualitativa. Segundo Minayo e Costa (2018), a pesquisa de abordagem qualitativa é entendida como uma forma de investigação que busca compreender fenômenos complexos e subjetivos, explorando aspectos mais profundos das interações humanas, significados e experiências concentrando-se na análise detalhada do contexto, das percepções e das interpretações dos indivíduos sem a pretensão de quantificar dados.

O presente estudo teve seu início com uma revisão bibliográfica, na qual foram buscados autores que abordam as pesquisas contemporâneas sobre a interação entre Cultura, Memórias Surdas e do docente no processo de inserção do surdo no ambiente acadêmico. Entende-se que

(...) a 'metodologia' remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a 'teoria' refere-se a um 'modo de pensar' (ou de ver), a 'metodologia' refere-se a um 'modo de fazer' (...) (Barros, 2005, p. 80).

Diante disso, a metodologia envolve uma forma específica de trabalhar com materiais, escolhê-los e extrair informações deles, movendo-se sistematicamente em torno de um tema.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado, elaborado e enviado aos docentes por meio da plataforma Google Forms, a fim de tornar o processo com o máximo possível de acessibilidade e facilidade de uso, permitindo que os professores respondessem às perguntas em seu próprio tempo. O questionário incluiu 6 (seis) perguntas abertas, visando explorar as experiências dos docentes que lecionaram para alunos surdos, abordando aspectos como a formação acadêmica dos professores, o tempo de experiência com alunos surdos, os principais desafios enfrentados em sala de aula, as metodologias pedagógicas empregadas e a percepção sobre a cultura surda.

O roteiro de perguntas foi desenvolvido com base nos objetivos da pesquisa e na literatura existente sobre inclusão de alunos surdos. Inicialmente, foram convidados nove professores, que atendiam a critérios específicos, incluindo

apenas professores que já haviam lecionado para acadêmicos surdos no Ensino Superior na Universidade La Salle, dentro de um período de dez anos. Como critérios de exclusão foram adotados os seguintes: professores sem experiência com acadêmicos surdos, orientador e coorientadora desta pesquisa e a mestranda que executou o trabalho.

O convite para responder a pesquisa foi realizado da seguinte forma: a pesquisadora enviou uma mensagem por e-mail, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando a participação no questionário. Passados três meses, observou-se que haviam nove respostas coletadas.

Tentativas de realizar entrevistas presenciais não tiveram sucesso devido ao conflito de agendas, o que levou à decisão de continuar com o formato online, utilizando o Google Forms para ajudar a promover uma maior acessibilidade e flexibilidade na participação dos docentes. As respostas foram coletadas com identificação dos participantes, sendo que cada docente recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que explicava os objetivos da pesquisa, a forma de uso dos dados e a garantia de confidencialidade, respeitando os princípios da ética na pesquisa. Os dados dos questionários foram inseridos sequencialmente para comparar todas as respostas dos participantes a cada pergunta, o que auxiliou na familiarização com os dados e na geração inicial das palavras-chave, destacando termos específicos, mas sem a intenção inicial de categorizá-los. Para este trabalho, todos os entrevistados serão denominados como entrevistados, independente do gênero e sexo, para fins de manter o anonimato.

A seguir a origem teórica de cada pergunta do questionário é apresentada (quadro 2).

Quadro 2 : Perguntas e embasamento teórico

N.	Pergunta	Embasado nos autores
1	Você acredita que a cultura surda é relevante para a prática docente? Justifique.	Perlin (1998) Fleuri (2018) Goldfeld (2002)
2	Quais são as principais dificuldades que encontra ao incluir alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem?	Quadros (2004)

3	Como você lida com as barreiras de comunicação entre você e os alunos surdos?	Lacerda (2006)
4	Que tipo de suporte ou recursos você considera necessário para aprimorar a sua prática docente em relação ao processo ensino-aprendizagem de alunos surdos?	Finau (2004) Silva (2010)
5	Quais estratégias você acredita que poderiam ser implementadas para promover a inclusão do aluno surdo de forma efetiva?	Halbwachs (2003) Silva e Silva (2021)
6	Você acredita que a formação inicial de professores deveria incluir conteúdos relacionados à inclusão de alunos surdos? Por quê?	Andrade (2013)

Fonte: Os autores

A seguir, apresentam-se os dados dos entrevistados para esta pesquisa (quadro 3).

Quadro 3 : Dados dos entrevistados

Identificação	Grau de formação	Tempo de formação em anos	Familiarização na temática surda	Formação específica no tema
E1	Mestrado	10	sim	sim
E2	Pós Graduada	2	sim	não
E3	Doutorado	38	sim	sim
E4	Doutorando	7	pouco	não
E5	Pós-graduação	12	sim	sim
E6	Mestrado	11	não	não
E7	Mestrado	2	não	parcial
E8	Doutorado	7	sim	sim
E9	Doutorado	9	não	não

Fonte: Os autores (2024)

Na primeira fase de familiarização com os dados coletados do questionário, realizou-se uma leitura exploratória para captar as informações nos textos coletados e identificar temas que se destacavam ou se repetiam ao longo da leitura. Durante essa etapa, foram marcados temas potenciais que se encaixavam nos previamente definidos, sendo crucial realizar esse processo em um único movimento, para não perder a identificação dos temas prévios.

Na segunda etapa, foram utilizados marcadores de texto para selecionar aspectos relacionados aos temas destacados na fase anterior, iniciando assim o processo de análise comparativa. Nesse ponto, ainda eram identificados os elementos das falas dos entrevistados em relação aos temas pré-estabelecidos, sem a preocupação de sua presença na estrutura final.

Na terceira etapa, uma leitura crítica mais aprofundada levou à sugestão inicial de temas, os quais foram confrontados com o referencial teórico. Durante esse processo, revisar o embasamento teórico reforçou os temas gerados, mesmo que um deles estivesse pré-definido na questão de pesquisa. Conforme Braun e Clarke (2006), os temas precisam ser testados e revisados para ajudar a promover que representem adequadamente a amostra de dados. Na quarta etapa, foi verificado se os temas são descritivos o suficiente e se respondem à questão de pesquisa.

Na quinta e sexta etapas, elaborou-se o relatório, revisando os aspectos teóricos relacionados ao trabalho de pesquisa e apresentando os temas identificados. Nessa pesquisa, foram identificados seis temas que moldaram a base das categorias a serem estudadas e desenvolvidas em conformidade com a pesquisa bibliográfica que compõe o referencial teórico desta dissertação e auxilia na categorização dos dados que segue a perspectiva de análise de conteúdo proposta por Minayo (2009).

Neste viés, foi utilizado como base conceitual um estudo bibliográfico a partir de autores que discutem o assunto. A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental no processo de pesquisa, especialmente em estudos acadêmicos e científicos. De acordo com Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos Cursos de Graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (Andrade, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental no embasamento teórico de um estudo, permitindo que o pesquisador situe seu

trabalho dentro do contexto acadêmico e científico já existente. Além disso, ao revisar a literatura, o pesquisador pode identificar lacunas de conhecimento e estabelecer fundamentos sólidos para a elaboração de hipóteses, objetivos e metodologia da pesquisa. O objetivo da metodologia ou método de pesquisa é fornecer uma estrutura sistemática e organizada para a realização de estudos e investigações científicas.

A metodologia de pesquisa é uma abordagem ou conjunto de procedimentos utilizados para coletar, analisar e interpretar dados a fim de responder a uma pergunta de pesquisa ou alcançar um objetivo específico. (Gil, 1999) Diante disso, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva.

A pesquisa social é uma área que se concentra em investigar e compreender fenômenos sociais e comportamentais. Ela envolve o estudo científico de questões relacionadas à sociedade, aos grupos sociais, às interações humanas e às dinâmicas sociais. A pesquisa social é, segundo Gil (1999, p. 42),

(...) o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social (Gil, 1999, p. 42).

Após a coleta de dados, a pesquisa social geralmente envolve a análise e interpretação dos resultados. Isso pode incluir técnicas de análise qualitativa, como codificação temática e análise de conteúdo, bem como técnicas estatísticas para a análise quantitativa dos dados.

Este trabalho utiliza, para coleta de dados, a metodologia de questionário aberto. De acordo com Gil (1999), um questionário é um instrumento de coleta de dados que consiste em um conjunto de perguntas estruturadas e padronizadas, destinadas a obter informações dos participantes da pesquisa. O autor destaca que o questionário é um método amplamente utilizado na pesquisa social devido à sua eficiência, flexibilidade e capacidade de alcançar uma grande quantidade de pessoas. A pesquisa foi realizada através de questionários de perguntas abertas via formulário online que foi realizada com os professores da Universidade La Salle de Canoas/RS que tiveram em sua turma alunos surdos a fim de obtenção de dados mais fidedignos.

Na abordagem qualitativa da pesquisa, as entrevistas podem adotar uma ampla gama de formatos, formando um espectro variável que vai desde uma conversa informal até a utilização de um roteiro padronizado.

O grau de formalidade deve ser definido conforme os objetivos da pesquisa, de acordo com o tema a ser tratado e, sobretudo, tendo em vista o que é apropriado culturalmente para o grupo pesquisado. Além disso, uma mesma pesquisa pode conter vários tipos de entrevista. Outros aspectos importantes são os seguintes: a exposição clara dos objetivos da pesquisa, porque são eles que vão definir quem entrevistar; o conteúdo das entrevistas; o número de pessoas entrevistadas; os números de entrevistas com cada informante; e, finalmente, o tipo de entrevista apropriado para cada caso. (Silva et al., 2006, p.248).

A pesquisa, sob a abordagem qualitativa, privilegia a compreensão das motivações, percepções, valores e interpretações das pessoas, visando extrair novos conhecimentos (Laville; Dionne, 1999).

No entanto, esse debate muitas vezes é considerado inútil e falso, uma vez que os pesquisadores aprenderam a combinar abordagens de acordo com as necessidades. Não faz sentido desprezar a quantidade, desde que seja feito corretamente. Em vez disso, a avaliação qualitativa se beneficia ao se basear em evidências empíricas, pois qualidade não é a oposição lógica da quantidade, mas sim a outra face da mesma moeda. (Malhotra, 2001; Laville e Dionne, 1999). A escolha da abordagem deve estar a serviço do objeto de pesquisa, e não o contrário, visando obter o conhecimento desejado da melhor maneira possível. Existe um consenso de que as abordagens qualitativas e quantitativas devem ser consideradas complementares, em vez de concorrentes entre si.

De acordo com Gil (2002, p. 41), pesquisas exploratórias têm o objetivo de proporcionar familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses. Essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico e entrevistas. O mesmo autor (p. 42) destaca que estudos descritivos têm como objetivo principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno

A pesquisa exploratória tem um caráter mais descritivo e investigativo, buscando compreender a natureza de um fenômeno, suas características e relações. Ela não busca responder a questões específicas de forma definitiva, mas

sim explorar o problema e obter informações preliminares que possam embasar futuras pesquisas mais aprofundadas.

Essa abordagem é útil quando se deseja investigar um tema pouco explorado, obter uma visão geral sobre um assunto ou gerar ideias e *insights* para novas pesquisas. Através do levantamento bibliográfico e das entrevistas, é possível obter um panorama inicial e identificar lacunas ou pontos de interesse que merecem ser mais aprofundados.

Partindo do pressuposto de que uma pesquisa científica, quando abordada qualitativamente, transcorre em um fluxo contínuo de fases interconectadas, é importante reconhecer que, mesmo em meio a essa interligação dinâmica, cada fase mantém suas características distintas e objetivos específicos. Conforme Minayo (1998), o processo de pesquisa é delineado em três etapas essenciais: a) uma fase inicial exploratória, caracterizada pelo aprofundamento no objeto de estudo e na delimitação do problema de pesquisa; b) uma etapa subsequente de coleta de dados, na qual são reunidas informações destinadas a responder ao problema identificado; e c) uma fase de análise de dados, durante a qual ocorre o tratamento dos dados coletados por meio de inferências e interpretações.

Foi aplicado com os nove participantes da pesquisa um questionário online. O método de perguntas abertas, conforme descrito, foi a base para a elaboração do questionário aplicado nesta pesquisa, que teve como resultado essa dissertação. Optou-se por essa abordagem devido à sua natureza exploratória, que permite ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema, fornecendo detalhes mais ricos e aprofundados sobre o assunto em questão, pois as entrevistas abertas proporcionam um espaço para que o entrevistado expresse suas percepções e experiências de forma mais espontânea e completa (Minayo, 1993) e assim, o questionário foi estruturado com base em perguntas amplas, introduzindo os tópicos principais, mas deixando a liberdade para que os entrevistados respondessem em um formato de conversa informal. Essa metodologia foi escolhida para minimizar a interferência do entrevistador, garantindo que a fala do entrevistado fluísse de maneira natural e que suas respostas fossem o mais autênticas possíveis.

A perspectiva da análise de conteúdo proposta por Minayo, conforme citado por Gomes (2009), enfatiza a criação e utilização de categorias como ferramenta fundamental nesse processo, pois funcionam como guias conceituais, permitindo a

organização e classificação do material analisado. Elas servem como lentes interpretativas, ajudando a revelar nuances e conexões que podem passar despercebidas em uma análise superficial.

As categorias (ou "gavetas") podem ser elaboradas a partir de diferentes critérios. Podemos adotar várias classificações para distribuímos o material da pesquisa. Duas delas são as mais comuns: por segmentos de atores, de ações ou de depoimentos da pesquisa (como, por exemplo, usuários de um serviço de saúde e profissionais de saúde desse mesmo serviço) e por gênero dos atores (homens e mulheres) (Gomes, 2009, p.100).

Ao trabalhar com categorias, o pesquisador tem a oportunidade de estruturar a sua análise de forma mais sistemática e consistente, facilitando a identificação de temas recorrentes, padrões de pensamento e, até mesmo contradições no material examinado. Além disso, permite uma compreensão mais aprofundada dos discursos presentes, contribuindo para uma análise mais rica e contextualizada. A condução deste estudo foi de natureza qualitativa, ou seja, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]” (Minayo, 2009, p. 21-22).

A técnica de análise de dados é a análise temática que é frequentemente descrita como um método analítico que carece de uma definição clara e reconhecimento explícito, apesar de ser amplamente empregada na área da Psicologia (Braun; Clarke, 2006). De acordo com as autoras, este tipo de análise é muitas vezes considerado vago, pois parece não se enquadrar em uma categoria específica como outros métodos. Embora não seja formalmente designada como um método de análise, é argumentado que grande parte da análise realizada pode ser caracterizada como temática, mesmo que não seja rotulada como tal ou adotada como um método distinto.

De acordo com Braun e Clarke (2006), um dos pontos positivos da Análise Temática (AT) é a sua adaptabilidade. Eles afirmam que, através da sua liberdade teórica, a AT se torna uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, capaz de proporcionar um conjunto de dados detalhados e complexos (p. 3). Os autores destacam que a AT é fundamental para os pesquisadores, pois contém habilidades essenciais que são necessárias para realizar várias formas de análise qualitativa. Eles enfatizam que, mesmo que a AT não exija que os pesquisadores adotem os compromissos teóricos da teoria fundamentada, ela ainda pode ser uma ferramenta

poderosa para análise, mesmo que o foco não seja totalmente na fundamentação teórica. Diante disso,

A análise temática pode ser abordada de diferentes perspectivas metodológicas. Pode adotar uma abordagem essencialista ou realista, que se concentra em relatar as experiências, significados e realidades dos participantes. Alternativamente, pode seguir uma abordagem construtivista, que examina como eventos, realidades, significados e experiências são construídos através de discursos dentro da sociedade. Além disso, há uma possibilidade de adotar uma abordagem contextualista, que se situa entre os extremos do essencialismo e do construtivismo. Dessa forma, a análise temática pode funcionar tanto para refletir a realidade como para desafiar ou revelar a superfície da "realidade". No entanto, é crucial que a posição teórica adotada em uma análise temática seja clara, embora muitas vezes não seja explicitamente mencionada, sendo geralmente de natureza realista (Braun; Clarke, 2006, p. 7-8, tradução nossa).

Além disso, o presente trabalho adota uma abordagem qualitativa/quantitativa. Sendo assim, a pesquisa utilizou o procedimento técnico denominado "levantamento", conforme Gil (2002, p. 50). Esse procedimento envolve a obtenção direta de informações das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, são solicitadas informações a um grupo significativo de pessoas sobre o problema estudado. Em seguida, por meio da tabulação e interpretação das respostas, são obtidas conclusões correspondentes aos dados coletados.

Esses questionários consistem em um conjunto de perguntas com duas opções de escolha e resposta induzida, ou seja, o respondente deve escolher uma das alternativas para cada situação apresentada. Os resultados são apresentados em termos de cada uma das dimensões e em uma escala própria.

Concluindo, essa pesquisa utiliza uma abordagem mista, combinando a coleta de dados por meio de questionários e a realização de uma revisão bibliográfica. Os questionários foram distribuídos para um grupo de participantes selecionados, com o objetivo de obter informações sobre suas percepções, experiências e opiniões relacionadas ao tema em estudo. A revisão bibliográfica será realizada para explorar estudos anteriores, teorias e conhecimentos já existentes sobre o assunto, a fim de embasar teoricamente a pesquisa e identificar lacunas de conhecimento que podem ser exploradas. A combinação dessas abordagens permitirá uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno em questão e de acordo com a definição de GIL (1999, p.128), um questionário é uma técnica de pesquisa que consiste em apresentar por escrito um conjunto de questões às pessoas, com o objetivo de obter informações sobre suas

opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, experiências vivenciadas, entre outros aspectos relevantes.

Os dados coletados desempenharam um papel relevante no aprimoramento do produto final da pesquisa, pois trouxeram à tona as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes na prática de inclusão, como a falta de formação específica e de estratégias pedagógicas acessíveis. As reflexões dos participantes ajudaram a identificar lacunas significativas no conhecimento sobre a cultura surda e na aplicação de metodologias inclusivas, o que orientou a construção de um material que não apenas propõe soluções práticas, mas também valoriza as memórias e experiências da comunidade surda. Essas contribuições foram fundamentais para elaborar um produto que dialoga diretamente com as necessidades apontadas pelos docentes, oferecendo ferramentas que integram aspectos culturais e pedagógicos em um formato acessível e aplicável.

5. INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DOS DADOS

A inclusão de pessoas surdas no ensino superior é um tema de crescente importância e interesse acadêmico. Este estudo analisa entrevistas realizadas com docentes da Universidade La Salle, explorando suas experiências e desafios no ambiente universitário.

As entrevistas foram realizadas através de um questionário com perguntas abertas respondido através de formulário, onde os nove participantes, docentes da Universidade La Salle, responderam de forma livre e autônoma às questões propostas, a fim de compreender a temática trazida à luz a partir da pesquisa, pois

Com o acelerado desenvolvimento das TICs (Tecnologias da Informática e da Comunicação) é possível realizar pesquisas qualitativas com maior rigor científico e capacidade explicativa. O que se perde em quantidade, se ganha em profundidade (Stereen, 2009, p. 127).

A categorização das análises sobre a inclusão de surdos na prática educacional foi guiada por critérios minuciosos, visando proporcionar uma organização clara e abrangente dos temas abordados. Cada categoria foi selecionada com base na sua pertinência aos principais aspectos discutidos, como desafios educacionais, estratégias inclusivas e barreiras comunicacionais. Segundo Mantoan (2003, p. 97),

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como meio de assegurar que os alunos que apresentam alguma deficiência tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular (Mantoan, 2003, p. 97).

Essas categorias não apenas refletem a diversidade de abordagens e perspectivas encontradas nas análises, mas também facilitam a compreensão das complexidades envolvidas na promoção de um ambiente educacional inclusivo para alunos surdos ao longo de toda vida escolar. Um estudo conduzido por Foster, Long e Snell (1999) investigou a experiência de estudantes surdos no Ensino Superior, destacando que, embora o desempenho acadêmico e o engajamento em sala de aula sejam comparáveis aos de seus colegas ouvintes, os estudantes surdos frequentemente se percebem menos integrados à vida universitária.

As análises apresentadas neste estudo exploram diversas facetas da inclusão de surdos, destacando desde os desafios enfrentados na interação docente-surdo, até as estratégias para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

Não significa necessariamente que o professor regente deva ter pleno domínio da Língua de Sinais, porém, faz-se necessário um aprofundamento em Libras para que juntamente com o intérprete possam trazer ao aluno surdo, conteúdos e metodologias adequados para que assim possa haver um maior aprendizado (Lacerda; Santos, 2014, p.191).

Cada análise oferece uma perspectiva única, contribuindo para um panorama abrangente das questões enfrentadas por educadores e estudantes surdos nas instituições educacionais contemporâneas. A implementação da educação inclusiva representa um dos principais desafios enfrentados, especialmente pelas escolas públicas atualmente. A pesquisa revelou que existem várias dificuldades e barreiras a serem superadas, mas se houver uma maior sensibilização e esforço para transformar essa realidade, o processo se tornará mais fluido, beneficiando tanto os alunos surdos quanto as instituições que os recebem. (Oliveira, p.4,2022)

Ao categorizar e analisar esses estudos, é possível identificar padrões e tendências que não apenas informam práticas educacionais mais inclusivas, mas também promovem um maior entendimento sobre a importância da cultura surda na formação de um ambiente educacional enriquecedor e acessível a todos.

Ao examinar essas perspectivas, busca-se entender melhor as necessidades e as práticas inclusivas que podem promover um ambiente educacional mais acessível e equitativo. Diante disso, a seguir traremos as análises com base no tema proposto em cada questionamento da pesquisa realizada.

Quadro 1 : Evidências por categoria de análise

	A relevância da cultura surda na prática docente	A inclusão de surdos no processo de ensino aprendizagem	Barreira comunicacional	Aprimorando a Prática Docente no Ensino e Aprendizagem de Alunos Surdos	Estratégias para a Inclusão de Alunos Surdos no Ambiente Educacional	Formação Inicial de Professores: Capacitação em Inclusão de Alunos Surdos
% dos entrevistados	100 %	100%	90%	100%	100%	90%
E1	S	S	S	S	S	S

E2	S	S	N	S	S	S
E3	S	S	S	S	S	S
E4	S	S	S	S	S	N
E5	S	S	S	S	S	S
E6	S	S	S	S	S	S
E7	S	S	S	S	S	S
E8	S	S	S	S	S	S
E9	S	S	S	S	S	S

Fonte: elaboração dos autores (2024)

Categoria 1: A relevância da cultura surda na prática docente

O desenvolvimento da cultura surda é importante para os professores, especialmente em contextos de educação bilíngue para surdos. Portanto, compreender e valorizar a cultura surda não só promove um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, mas também facilita a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos surdos.

Na presente pesquisa, 100% dos entrevistados concordam que a cultura surda é fato primordial para o fazer docente. Isso demonstra que os processos de ensino e aprendizagem, sem a capacitação docente no viés cultural do sujeito surdo,

são, talvez, o problema decisivo, do qual depende o sucesso ou o fracasso da proposta intercultural. O que está em jogo na formação dos educadores é a superação da perspectiva monocultural e etnocêntrica que configura os modos tradicionais e consolidados de educar, a mentalidade pessoal, os modos de se relacionar com os outros, de atuar nas situações concretas (Fleuri, 2018, p. 45).

A superação da perspectiva monocultural e etnocêntrica na formação de educadores é essencial para o sucesso de uma proposta intercultural na educação. Nesta perspectiva, a fala do Entrevistado 9 quando perguntado sobre a importância do conhecimento por parte do docente em relação à Cultura surda refere que “Certamente, sei que é a segunda língua mais falada nacionalmente e temos diversidade de alunos em sala de aula. Precisamos aprender sobre a cultura e entender como podemos criar conteúdos inclusivos para aprimorar o ensino e

aprendizagem.” Essa fala vem de encontro ao que conclui Skliar (2005, p. 28) a respeito da necessidade de uma leitura multicultural para compreender o conceito de cultura surda, a qual possui lógica, processos e produções próprias, não sendo uma versão da cultura ouvinte.

Ainda a respeito do aprendizado da cultura surda, o E3 (Entrevistado 3, entrevista pessoal 2023) apresenta que “...a educação inclusiva requer que tenhamos conhecimento também sobre a cultura surda” o que vem ao encontro da perspectiva de Mantoan (2015, p. 81), afirmando que preparar o professor para a educação inclusiva envolve redefinir seu papel, bem como o da escola, da educação e das práticas pedagógicas habituais que predominam em nosso sistema educacional, que frequentemente é excludente. A inclusão escolar não se encaixa em uma visão tradicional de ensino. Para formar um professor inclusivo, é necessário reestruturar as propostas de formação profissional existentes e promover uma formação continuada que também se transforme e o aproxime da cultura surda.

Essa mudança de paradigma é fundamental para os processos de inclusão, pois os modelos tradicionais de ensino frequentemente ignoram a diversidade cultural e linguística presente nas salas de aula, perpetuando visões limitadas e excludentes.

Categoria 2 : A inclusão de surdos no processo de ensino e aprendizagem: desafios e possibilidades

A inclusão de alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem representa um desafio significativo, mas também oferece diversas possibilidades de enriquecimento educacional. Quando perguntado sobre os desafios no ensino e aprendizagem do sujeito surdo, a resposta de E1 (Entrevistado 1, entrevista pessoal 2023) foi: “A falta de conhecimento por parte da sociedade, os profissionais sem conhecimento e preparo, o preconceito e a discriminação com o desconhecido.” o que vem de encontro a afirmação de Wrigley (1996, p. 25) de que

A Surdez é um país cuja história é reescrita de geração a geração. Isto ocorre em parte por causa da condição de suas línguas nativas, em parte mais de 90% das crianças surdas nascem de pais que ouvem e em parte por causa das opressões curiosas e específicas que constituem as histórias dos surdos. As culturas dos sinais, bem como o ‘conhecimento’ social da surdez, são necessariamente ressuscitadas e refeitas dentro de

cada geração (Wrigley, 1996, p. 25).

Entretanto, é fundamental abordar as barreiras que dificultam essa inclusão, como a infraestrutura inadequada nas escolas e a falta de recursos tecnológicos adaptados às necessidades dos alunos surdos, de acordo com o Entrevistado 1 (2023) “hoje eu vejo que é mais atitude das pessoas, a atitude de conhecer a cultura surda, modificar as estratégias, adaptar as atividades, entender como o sujeito surdo funciona.” Nesta linha de pensamento, entende-se portanto a importância da acessibilidade atitudinal, que refere-se à forma como se percebem e como se tratam as pessoas com deficiência, de maneira inclusiva, sem preconceitos, estigmas, estereótipos, tabus ou discriminações (Ministério Público do Ceará, 2023). Neste mesmo viés podemos entender que

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. (Mantoan, 1997, n.p.)

Assim, ao reconhecer as barreiras existentes e a importância de uma atitude inclusiva, podemos avançar em direção a um sistema educacional que não apenas acolhe, mas também valoriza a diversidade de todos os alunos, promovendo uma verdadeira transformação nas práticas pedagógicas.

Seguindo esta mesma perspectiva, outro fator que merece atenção é a interpretação de Libras, que é essencial para a comunicação e também enfrenta dificuldades, incluindo a escassez de intérpretes qualificados e a variabilidade na qualidade da interpretação, que podem prejudicar a compreensão do conteúdo, conforme relata o E9 (Entrevistado 9, entrevista pessoal 2023) em relação à qualificação profissional do TILSP “Confiança e entendimento do processo de tradução/interpretação. Menor agilidade para a participação do/a estudante, visto que precisa ter sua comunicação mediada pelo intérprete.”

Quadros (2004) menciona diversos papéis do TILSP relacionados aos princípios éticos, que incluem: confiabilidade (o sigilo profissional); imparcialidade (o intérprete deve agir com neutralidade, sem inserir opiniões pessoais); discrição (é importante que o intérprete defina limites em seu envolvimento durante a atividade); distância profissional (é essencial que a vida pessoal do intérprete permaneça

separada de sua atuação); e, talvez o mais debatido, fidelidade (a interpretação deve ser precisa, com o intérprete evitando modificar informações por motivos pessoais ou para auxiliar, já que o propósito é transmitir o que foi realmente dito).

O TILSP de Língua de Sinais tem a função de facilitar a comunicação entre ouvintes e surdos, que é mais complexa do que muitos imaginam. Em primeiro lugar, o profissional deve se comprometer com a precisão da tradução, o que demanda um esforço mental significativo, como descrito por Gile (1995, p. 45). Isso significa ouvir e compreender a mensagem na língua original, reproduzi-la na língua alvo e gerenciar informações na memória de curto prazo.

Em segundo lugar, o TILSP interage com diferentes línguas, envolvendo emissor e receptor, e precisa se adaptar a cada contexto específico, assim, o ato de traduzir envolve decisões que demandam responsabilidade, consciência, desafios e, acima de tudo, respeito às culturas dos falantes das línguas envolvidas. Traduzir ou interpretar exige novas perspectivas, influenciadas por diferentes visões que permeiam a mediação entre distintos mundos culturais e sociais, onde adaptações, contextualizações, personalizações, perdas e ganhos são aspectos inerentes a essa prática (Gile, 1995, p. 45). O processo de receber uma mensagem em uma língua e transferi-la para outra implica, portanto, não apenas fatores cognitivos e intelectuais, mas também aspectos sociais, culturais, históricos, geográficos e linguísticos. Segundo Segala (2010, p. 07):

Ser tradutor não é ser aquele que sabe duas línguas e que simplesmente transpõe uma língua para outra; também não é só aquele que reconstrói significados. Esse profissional precisa conhecer e saber a cultura, a linguística das línguas fonte e alvo, além de ter experiência na vida social (Segala, 2010, p. 07).

Corroborando com Segala, encontra-se a perspectiva de narratividade de Ricoeur (1994) que está relacionada à construção de significados por meio de histórias, onde a identidade (ipseidade) é balizada pela experiência vivida e contada. No contexto da tradução para pessoas surdas, o TILSP atua como mediador de significados, trazendo sua própria subjetividade, o que pode influenciar na interpretação da mensagem. Segundo Ricoeur, essa interpretação é inevitável, pois a identidade narrativa envolve a fusão de horizontes entre o autor da narrativa e o intérprete, criando um sentido renovado a cada tradução (Ricoeur, 1994).

Falando na profissão do TILSP, a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010,

regulamenta a profissão de TILSP no Brasil e define as atribuições desses profissionais, que atuam na tradução e interpretação do par linguístico da Libras /Língua Portuguesa em diversas áreas como educação, saúde, e serviços públicos. A lei também estabelece os requisitos para o exercício da profissão, como a necessidade de qualificação e competência específica para atuar em contextos de acessibilidade e inclusão. Sobre a Lei que regulamenta o exercício profissional do TILSP,

Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:

I – diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;

II – diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras - Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras - Libras;

III – diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de Cursos de Extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras - Língua Portuguesa. (Brasil, 2023)

A capacitação dos TILSP é essencial para atender às necessidades da comunidade surda. Essa formação não apenas enriquece a atuação profissional mas também desempenha um papel primordial na promoção de uma sociedade inclusiva . Com uma abordagem qualificada os TILSP contribuem para um ambiente propício ao desenvolvimento integral de todos os surdos, qualificando a comunicação e a interação entre surdos e ouvintes.

Além da capacitação do TILSP, existem várias possibilidades para melhorar a inclusão dos surdos no processo de ensino e aprendizagem, sendo que uma delas é trazer à luz na prática docente a perspectiva da educação bilíngue¹⁰ com a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua. A educação bilíngue ressignifica a interação aluno e professor promovendo a transferência de significado e a comunicação entre esferas de vida, aqui

¹⁰ A Educação Bilíngue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado é similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). [...] O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português (BRASIL, 2014, p. 6).

representado por surdo e ouvinte, apesar da experiência individual permanecer privada.

Em outras palavras, a comunicação permite que o sentido das experiências pessoais se torne compartilhado e compreendido por outros, de acordo com Ricoeur um evento que faz parte de uma corrente de consciência não pode ser transferido como tal para outra. No entanto, algo é compartilhado, algo que se move de uma esfera de vida para outra. Essa transferência não se refere à experiência em si, mas ao seu significado. Esse é o milagre. Embora a experiência permaneça privada, seu significado se torna acessível a todos. Assim, a comunicação representa a superação da completa incomunicabilidade da experiência (Ricoeur, 2000, p. 27-28).

A educação bilíngue permite que as experiências e significados pessoais dos surdos, expressos em Libras, sejam traduzidos e compartilhados no contexto do português escrito, ou seja, mesmo que a experiência individual permaneça privada, o sentido dessa experiência se torna acessível e compreendido publicamente. A priori, essa abordagem promove a inclusão e a comunicação entre diferentes esferas sociais e acadêmicas, reconhecendo a necessidade de superar barreiras comunicativas e integrar diversos contextos sociais.

Essa integração requer espaços preparados para atender e acolher o sujeito surdo de maneira equânime e subjetiva, o que demanda acesso à sua Língua materna, ou seja, a Língua de Sinais. Salienta-se que a memória surda, na perspectiva da visualidade, vai além da comunicação, pois inclui a forma como as experiências visuais, a cultura visual e a língua de sinais desempenham um papel na construção da identidade e na compreensão do mundo por pessoas surdas, pois "se o acesso à língua é parcial, também são parciais o entendimento e a participação do surdo no seu funcionamento" (Santana, 2007, p. 155).

Mesmo assim, observa-se uma defasagem significativa no que diz respeito à indivíduos com conhecimento e fluência na Libras. O Entrevistado 9 evidencia este aspecto:

Como ainda não sei a Língua Brasileira de Sinais, acredito que fico um pouco limitada na comunicação com eles. Tem comentários espontâneos que não alcançam o aluno surdo. Quando a turma está em um debate ou trabalhando em grupos, por exemplo, o ideal seria que todos soubessem pelo menos o básico em Libras para a comunicação com alunos surdos fluir melhor. Uma intérprete não dá conta de traduzir muitas pessoas ao mesmo tempo. (Entrevistado 9)

Saviani (2010), ao comentar sobre a importância de uma formação que permita atender de forma o mais completa possível a todos os seus educandos diz que

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associada a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado (Saviani, 2010, p. 53).

Sendo assim, capacitar os professores é uma tarefa fundamental que deve ser ofertada através de programas de formação continuada em Libras e em metodologias de ensino inclusivas que proporcionem a qualificação do fazer docente.

Além da formação dos professores, a atuação do TILSP também é crucial no processo educativo inclusivo, pois o esse profissional não só facilita a comunicação entre alunos surdos e ouvintes, mas também desempenha um papel fundamental na mediação do conteúdo curricular, logo

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O *incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno* (Lacerda, 2002, p. 123, grifo nosso)

Essa perspectiva pode resultar na negligência das necessidades específicas do aluno surdo e na falta de um esforço genuíno para integrar o estudante no processo educativo, como vimos a seguir, na resposta do Entrevistado 9, falando de sua dificuldade em relação ao TILSP, “confiança e entendimento do processo de tradução/interpretação. Menor agilidade para a participação do/a estudante, visto que precisa ter sua comunicação mediada pelo intérprete.” (E10, 2023). Tais elementos referem-se à memória surda, pois ela se embasa na importância da língua como um veículo de memória e identidade. A Língua de Sinais desempenha um papel essencial na preservação da memória surda.

Entende-se portanto, que a colaboração entre professor e intérprete é, portanto, vital para evitar que o intérprete se torne o principal ponto de contato, garantindo que o aluno surdo receba um suporte integral e que suas necessidades educacionais sejam adequadamente atendidas,assegurando que a educação

inclusiva seja verdadeiramente acessível.

Categoria 3: Barreira comunicacional: atravessamentos na interação docente e surdos

A barreira comunicacional é um dos principais desafios na interação entre docentes e alunos surdos, impactando diretamente o processo de ensino e aprendizagem. A diferença de linguagem entre professores, que normalmente utilizam o português como primeira língua, e alunos surdos, que utilizam a Libras, cria uma barreira significativa, por isso

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante, para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação. (Lacerda, 2006, p.6)

A falta de fluência em Libras entre os docentes compromete a comunicação e a transmissão de conhecimento para alunos surdos, pois mesmo com a presença de intérpretes, o referido pode não captar todas as nuances do conteúdo, resultando em possíveis mal-entendidos. Considerando os diferentes tipos de discurso, aos quais o intérprete está exposto, é essencial que ele busque maneiras de desenvolver ideias sobre o conteúdo apresentado, além de empregar elementos linguísticos e referenciais que ajudem o surdo a construir significado em relação aos objetos mencionados no texto escrito ou falado. Durante uma interpretação simultânea, pode haver a preocupação de que a tradução não seja suficiente para a compreensão do discurso pelo surdo, uma vez que não corresponderá exatamente ao discurso original. Nesses casos, o intérprete se apoia no planejamento linguístico do locutor (Quadros, 2003). Nesse sentido, a memória surda, na

perspectiva da visualidade não se limita apenas à comunicação, mas também abrange a forma como as experiências visuais, a cultura visual e a Língua de Sinais desempenham um papel na construção da identidade e na compreensão do mundo por pessoas surdas (Santana, 2007), o que torna mais complexo o contexto da interpretação de Libras em sala de aula, considerando a memória surda.

A formação inadequada dos intérpretes e professores, possui um déficit em relação ao conhecimento da Libras e metodologias inclusivas, agrava essa situação de prejuízo ao surdo. Ao mesmo tempo, a falta de familiaridade com a cultura surda pode levar a práticas educativas inadequadas. Segundo a entrevistada nove “Algumas estratégias que adoto é falar mais pausadamente para a tradução ser mais exata, fazer expressões e gestos, todo vídeo que trago é com legendas. Confesso que, como uma não-fluente, gostaria de mais dicas que facilitem a comunicação”. (E9,2023)

A insuficiência de recursos tecnológicos adaptados, como softwares e equipamentos audiovisuais, bem como a ausência de materiais didáticos em Libras, limita ainda mais o acesso dos alunos surdos ao currículo acadêmico e prejudica a eficácia do processo educativo. Por isso,

(...) é preciso estar a par da novidade digital que permite autonomia, por colaboração na manipulação das informações que ganham sentido por meio das ações de cada indivíduo que deixa de ser mero receptor para tornar-se também emissor de informações. (Silva, 2010, p.137).

Isso corrobora com a fala da Entrevistada 1 que pontua “procuro encontrar alternativas, estudar, pesquisar”, todavia a imersão na cultura surda e suas nuances é extremamente necessária e decisiva quando se trata de educação de surdos, como na fala de Nóvoa (1995, p. 25) “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal.”

Muitos professores não possuem fluência em Libras, o que dificulta a comunicação direta com os alunos surdos, essa falta de proficiência pode ser agravada pela escassez de materiais didáticos traduzidos ou adaptados para Libras, limitando o acesso dos alunos ao conteúdo curricular e trazendo uma dependência do profissional intérprete de Libras, como podemos observar na resposta da Entrevistada dois “Não sou fluente em Libras, então preciso de um(a) profissional que me auxilie e nem sempre existe a disponibilidade institucional” (E2, 2023). Uma

estratégia para gerir essa problemática se dá através da formação continuada por parte dos docentes pois,

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade dos educandos (Chimentão, 2009, n.p.).

Para superar essas barreiras, é essencial investir na capacitação e formação continuada dos professores, oferecendo cursos e programas de formação em Libras. A sensibilização cultural também é crucial, promovendo a compreensão sobre a cultura surda e incentivando práticas pedagógicas mais inclusivas. Segundo Quadros (2008, p.109)

... oportunizar a aquisição da LIBRAS, oferecer modelos bilíngue e bicultural à criança e oportunizar o desenvolvimento da cultura específica da comunidade surda. A Escola deve se preocupar com a qualidade e a quantidade de input da Libras oferecido à criança. Qualidade implica que as pessoas que sejam responsáveis por esse trabalho sejam competentes na LIBRAS e tenham desenvoltura para lidar com a criança e com os seus pais. Quantidade envolve o tempo de exposição à LIBRAS mediante a interação. É fundamental que as crianças surdas tenham acesso à Língua de Sinais durante o período escolar, pois as oportunidades de acesso à LIBRAS são escassas. As crianças podem ser inseridas em atividades escolares sistemáticas [...], além de desenvolver atividades que incluam seus pais (Quadros, 2008, p.109).

Além disso, utilizar métodos visuais e recursos multimídia pode complementar a comunicação e facilitar a compreensão do conteúdo pelos alunos surdos, essa prática minimiza a lacuna comunicacional, segundo a Entrevistada três “uso estratégias como a escrita, os sinais que sei, entre outros”. Igualmente afirma Finau (2004, p. 247):

Vale observar que o interesse é o principal elemento da motivação; portanto, os professores devem trabalhar para manter o interesse, oportunizando, por exemplo, diferentes situações de comunicação, permitindo o envolvimento dos alunos na escolha de estratégias para aprender. Assim, o aluno direciona seu aprendizado (Finau, 2004, p. 247).

Modificar os métodos de explanação de conteúdo e avaliação proporciona uma aproximação da realidade no surdo que terá oportunidade de melhor demonstrar suas capacidades e conhecimentos, uma estratégia que possui assertividade é a utilização de avaliações em Libras e outras estratégias inclusivas.

A barreira comunicacional entre docentes e alunos surdos é um desafio

complexo, mas superável com esforços coordenados e estratégias adequadas com o investimento na formação de professores, no desenvolvimento de tecnologias assistivas e na inclusão de intérpretes de Libras. Ao reconhecer e abordar essas barreiras, podemos criar um ambiente educacional onde todos os alunos, independentemente de sua capacidade auditiva, possam alcançar seu pleno potencial.

Categoria 4: Aprimorando a Prática Docente no Ensino e Aprendizagem de Alunos Surdos: Perspectivas, Desafios e Estratégias Inclusivas

A maneira como ocorre a prática docente tem um papel crucial no sucesso educacional de todos os alunos, especialmente daqueles com necessidades específicas, como os alunos surdos. Para proporcionar um aprendizado significativo e acessível, é indispensável que os educadores adotem uma abordagem que vá além do ensino tradicional. De acordo com Vasconcellos (2011, p. 36)

A formação docente é, atualmente, um dos mais importantes e delicados desafios na luta pela qualidade democrática da educação escolar. Merece relevo porque, como em qualquer profissão, a qualidade do trabalho está estreitamente vinculada à formação teórica e prática do trabalhador. É delicada porque mexe diretamente com a autoimagem do educador, sobretudo constata a fragilidade desta formação (conceitual, procedimental e atitudinal) (Vasconcellos, 2011, p. 36).

Uma das estratégias para promover a inclusão de alunos surdos na educação é a abordagem bilíngue, que permite aos estudantes aprenderem em sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), enquanto desenvolvem competências na língua portuguesa escrita. Essa abordagem está respaldada por importantes marcos legais no Brasil. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), em seu artigo 3º, considera a comunicação em Libras como um direito fundamental, enquanto o artigo 28 prevê a oferta de uma educação bilíngue para surdos.

Mais recentemente, a Lei nº 14.191/2021 consolidou a Educação Bilíngue como uma modalidade de ensino, fortalecendo a necessidade de práticas educativas que respeitem a singularidade da comunidade surda e garantam uma formação cultural e linguística adequada. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) enfatiza a necessidade de um ensino inclusivo, que valorize as especificidades dos estudantes, incluindo a adoção de práticas que reconheçam a identidade e a cultura surda. Essas legislações

fundamentam a importância de uma relação colaborativa entre professores e intérpretes de Libras. Como relatado por um dos entrevistados:

A relação intérprete/professor pode ser um ótimo começo de apoio, para trocar ideias, sugestões para conhecer o sujeito surdo e suas peculiaridades, e após o docente buscar suas estratégias de aula. (Entrevistada 2, entrevista 2023)

Outro aspecto destacado foi a necessidade de formação contínua em Libras para educadores:

Oficinas de Libras para aprendermos o mínimo, alfabeto, e alguns sinais. Mesmo que o objetivo não seja substituir os intérpretes, penso que aprender um pouco, por menor que seja, nos faz evoluir. (Entrevistada 8, entrevista 2023)

Partindo desse pressuposto, para que essa abordagem seja assertiva, o currículo deve incorporar a cultura e a identidade Surda pois uma Educação Bilíngue efetiva para surdos não apenas promove a aprendizagem em duas línguas, mas também fomenta a valorização e o respeito pela cultura surda, tornando o ambiente escolar um espaço inclusivo e intercultural.

Na realidade tudo o que faz referência à multietnicidade e à multiculturalidade não requer um projeto educativo, porque ela é intrínseca das fenomenologias históricas, nos processos de imigração irreversíveis que vivemos hoje e que temos sempre vivido. Todavia, no momento em que pensamos na interculturalidade na escola, nas praças, nos bairros e nas cidades, emerge a dimensão projetual. Se a nossa atitude é apenas multicultural, de tolerância em relação aos outros nichos, é pouco. Trata-se de ir além da tolerância como valor. Trata-se de caminhar em direção a uma perspectiva de interculturalidade viva e inevitavelmente projetual (Demétrio, 1995, p. 42).

E ainda Nóvoa (2019, p. 7)

[...] Reconhecer, de imediato, que os ambientes que existem nas universidades (no caso das licenciaturas) ou nas escolas (no caso da formação continuada) não são propícios à formação dos Professores no século XXI. Precisamos reconstruir esses ambientes, tendo sempre como orientação que o lugar da formação é o lugar da profissão (Nóvoa, 2019, p. 7).

Assim, uma educação bilíngue efetiva para surdos não apenas promove a aprendizagem em duas línguas, mas também fomenta a valorização e o respeito pela cultura surda, tornando o ambiente escolar um espaço inclusivo e intercultural.

A inclusão da cultura surda no processo educativo docente enriquece a experiência de aprendizado e promove um ambiente de respeito e valorização das particularidades dessa comunidade, pois um dos desafios enfrentados na prática docente para o ensino de alunos surdos é a barreira linguística que ocasiona muitas

lacunas no processo educativo.

A formação insuficiente dos professores em metodologias específicas para o ensino de alunos surdos é outro desafio crítico, pois os educadores necessitam de capacitação continuada para desenvolver habilidades e estratégias pedagógicas inclusivas, de acordo com Leite,

Um professor bem formado, motivado, com condições de trabalho adequadas e envolvido em um processo de formação contínua, que lhe forneça elementos para a constante melhoria de sua prática, é o elemento mais importante para a educação de qualidade (Leite, 2010, p.02).

Aprimorar a prática docente no ensino e aprendizagem de alunos surdos é um desafio, mas também um objetivo alcançável que demanda esforços coordenados e contínuos de todos os envolvidos. Sendo assim a formação continuada deveria se concentrar mais na atualização constante e no desenvolvimento profissional, em vez de simplesmente preencher as lacunas da formação anterior. Segundo Gatti (2008), muitos desses programas de formação continuada acabaram se tornando mais compensatórios do que voltados para a atualização e aprofundamento das práticas pedagógicas, pois em vez de focar na atualização sobre os avanços e inovações nas áreas de conhecimento, esses programas têm servido para corrigir deficiências da formação inicial dos profissionais. Isso altera o objetivo original da educação continuada, que deveria ser o aprimoramento constante dos profissionais com base em novas descobertas e inovações, conforme discutido nas esferas internacionais.

Percebe-se assim uma visão reducionista da educação na qual o conhecimento é considerado apenas como um conjunto de técnicas e informações objetivas a serem transmitidas

[...] é muito presente em nosso meio a crença de que basta o profissional da educação dominar e aplicar competentemente a sua atividade docente, determinadas habilidades técnicas, para que a relação pedagógica surta seus efeitos, independentemente de qualquer outra significação que não aquela funcionalmente implícita no puro conhecimento objetivo produzido pelas ciências. (Severino, 2003, p. 86)

Na fala da Entrevistada 8, que vê a necessidade de formação como : “Cursos, dicas, participação do tema na formação docente.” (E8, 2023) corrobora com Magalhães e Azevedo (2015, p.18) de que

Nossa defesa é a de que a formação continuada, inerente a todo profissional, não importando a área de atuação, é parte do processo de formação ao longo da carreira, na medida em que acompanhar pesquisas,

produções teóricas do campo, realizar novos cursos, inovar práticas pedagógicas, a partir do contexto em que atuam os professores, constituem procedimentos que complementam a formação inicial. Esta deveria estar presentes quer em cursos formais quer em informais, suprimindo distanciamentos teórico/práticos/metodológicos, advindos da produção de novos conhecimentos nas mais diversas áreas, em resposta às demandas econômica, social, tecnológica e cultural da humanidade (Azevedo, 2015, p.18).

A formação continuada é uma parte essencial no processo educativo e do desenvolvimento profissional, pois ela não apenas complementa a formação inicial, mas também assegura que os educadores estejam preparados para enfrentar novos desafios e aproveitar as oportunidades que surgem ao longo de suas carreiras.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos artigos 61 a 65, destaca a importância da formação de profissionais da educação em cursos reconhecidos, destacando a necessidade de uma formação continuada. Esse processo inclui não apenas cursos formais, mas também a troca de experiências e sugestões práticas que podem ser desenvolvidas no cotidiano escolar. Como mencionado por um dos entrevistados: "Cursos, dicas, participação do tema na formação docente" (Entrevistada 9, entrevista 2023), são elementos essenciais para ajudar a promover que os professores estejam constantemente aprimorando suas habilidades e conhecimentos. A noção de "trabalho" cede espaço para "atividades" neste ponto, conforme enfatizado no parágrafo único do Artigo 61.

A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Brasil, 1996).

Ao abordar os desafios e implementar estratégias inclusivas de formação docente, é possível transformar a experiência educacional dos alunos surdos, promovendo uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.

Categoria 5: Estratégias para a Inclusão de Alunos Surdos no Ambiente Educacional

A inclusão de alunos surdos no ambiente educacional requer a implementação de estratégias que atendam às suas necessidades específicas e promovam um aprendizado significativo que tenha como base sua cultura e língua materna

As línguas de sinais, a comunidade surda, seus valores e sua cultura passam a receber a atenção de diversos profissionais de diferentes áreas. Surge então uma nova filosofia educacional para surdos, em que o bilinguismo se apresenta como base de ensino e aprendizagem (Goldfeld, 2002, p. 15).

Primeiramente, a adoção de uma abordagem bilíngue é essencial, reconhecer a Libras como a primeira língua dos alunos surdos e o português escrito como a segunda língua, além de um direito adquirido em mediante a Lei, é fundamental para a criação de um ambiente de aprendizagem acessível.

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 26-B:

Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - Libras, na condição de língua nativa das pessoas surdas.

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação (Brasil, 2002)

Fernandes (2004) aborda que enfatizar a perspectiva cultural da surdez é essencial para compreender que esta não deve ser vista apenas como uma deficiência a ser corrigida, mas como uma característica que define uma identidade linguística e cultural. Segundo a "Entrevistada 1 se faz necessário "Mais programas de formação de profissionais, mais palestras e oficinas em locais estratégicos." (E1, 2023).

Mesmo diante de um processo de afirmação cultural, a cultura surda não se constitui como algo homogêneo ou fixo, nem como uma pureza essencial. Isso se deve ao fato de que cada sujeito surdo constrói sua identidade e se representa de maneira única, com base em suas experiências individuais. Tal perspectiva complementa a ideia apresentada sobre o "ser surdo" que é compreendido como "um sujeito possuidor de uma língua, de uma cultura e de identidades múltiplas, um sujeito social e politicamente construído, diferente" (Morais; Lunardi-Lazzarin, 2009, p. 25).

A formação em Libras e a compreensão sobre a cultura surda são essenciais para a promoção de uma educação inclusiva e respeitosa às diferenças. Como mencionado por um dos participantes da pesquisa, é fundamental investir na "formação em Libras e formação sobre a cultura em si" (Entrevistado 5). Além

disso, outro entrevistado ressalta a importância da "familiarização de todos com a Libras, formação e oficinas a respeito da cultura surda" (Entrevistado 6), destacando o papel da educação no fortalecimento dessa interação.

Quando pensamos o surdo como um sujeito plural e multifacetado, reconhecemos que, apesar da relevância do coletivo (especialmente nas interações com outros surdos), cada indivíduo surdo vivencia o mundo de maneira singular, isso enfatiza a diversidade presente na cultura surda, que não é algo homogêneo ou fixo, mas sim algo que está em constante transformação. (Lopes; Veiga-Neto, 2010, p. 127-128).

A formação contínua em Libras e o entendimento aprofundado sobre a cultura surda são essenciais para uma educação verdadeiramente inclusiva. Além disso, é fundamental inserir formações que promovam atividades práticas, onde os alunos surdos possam se expressar diretamente em processos de comunicação durante as atividades escolares. Como destacou uma das entrevistadas, é importante

Promover atividades que permitam a exposição dos alunos surdos, em processos de comunicação, durante as atividades, evitando que, em trabalhos, por exemplo, suas opiniões sejam apenas reproduzidas pelos colegas. Penso que deixar os intérpretes exporem mais as ideias dos alunos surdos, promove maior inclusão. (Entrevistado 8).

Essa perspectiva valoriza a riqueza da cultura surda e as diversas formas de ser e estar no mundo, respeitando as particularidades e a importância das interações entre a comunidade surda.

Quando falamos de estratégias para a inclusão do sujeito surdo, a inclusão de janela de Libras¹¹ nas atividades e materiais pedagógicos é uma ação importante para oportunizar ao aluno surdo a apresentação e o uso de sua língua. Entretanto, há alguns desafios a serem superados

O problema central, segundo os estudos, é o acesso à comunicação, já que são necessárias intervenções diversas (boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros), que nem sempre tornam acessíveis os conteúdos tratados em classe. A dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos. Outro ponto abordado é a necessidade de participação de membros da comunidade

¹¹ A janela de Libras é definida pela NBR 15.290 como um "espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas para LIBRAS. fonte: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/acessibilidade-comunicacional-janela-de-libras>

surda na escola, favorecendo o desenvolvimento de aspectos da identidade surda dessas crianças (Lacerda, 2006, p. 166-167).

A inclusão de membros da comunidade surda e a proposição de atividades colaborativas, juntamente com a presença de intérpretes e recursos visuais são essenciais para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos possam aprender de maneira equitativa e participar ativamente das atividades educacionais, pois “a implementação da janela de Libras, que oportuniza ao aluno surdo a apresentação de sua língua, e a disponibilização de intérpretes sempre que necessário são fundamentais para garantir que suas necessidades comunicativas sejam atendidas” (Entrevistado 4).

Além disso, “a adoção de aulas mais visuais, que utilizem materiais de apoio, vídeos em Libras e vídeos ilustrativos, torna o aprendizado mais prático e acessível” (Entrevistado 7) pois os indivíduos surdos usam o canal visual como principal sentido de percepção do mundo. As pessoas surdas percebem o mundo principalmente por meio do olhar, uma forma de interação que prevalece mesmo entre aquelas que não utilizam a Língua de Sinais. Para elas, o som não é essencial, diferentemente do que ocorre com os ouvintes, que estão imersos em uma cultura baseada na comunicação áudio-oral, assim da mesma forma que a cultura oral auditiva caracteriza a experiência dos ouvintes, a cultura visual-gestual define a vivência das pessoas surdas. Dentro desse contexto, os indivíduos se constroem a partir de diferentes dimensões subjetivas, como as afetivas, cognitivas, sociais e identitárias (Dorziat; Romário, 2016).

Fernandes (2003) afirma que o canal visual é fundamental para as pessoas surdas entre as diversas formas de percepção. Através dele, elas conseguem desenvolver diversos tipos de memória e percepção, que em ouvintes são adquiridos principalmente por meio da comunicação verbal. Os processos perceptivo-visuais dos surdos se desenvolvem de maneira distinta em comparação aos ouvintes, refletindo suas particularidades cognitivas e sensoriais..

Compreende-se assim a importância da cultura visual como uma ferramenta fundamental para a educação de alunos surdos, sendo que a valorização dessa visualidade ¹²no processo de ensino-aprendizagem não apenas facilita a compreensão de conteúdos, mas também enriquece a experiência educativa,

¹² A visualidade é a relação entre a percepção e a imagem que. modelizada pelas qualidades do signo visual (Campello, 2008).

permitindo que os alunos surdos se expressem de maneira autêntica e se conectem com o mundo ao seu redor de forma significativa, segundo a Entrevista sete, “ é essencial que os ambientes escolares integrem estratégias visuais, respeitando as singularidades dos alunos surdos e promovendo uma educação inclusiva e equitativa, pois acredito que seja uma proporção significativa da população, com fenômenos culturais ricos, grande capacidade de expressão e criatividade na resolução de problemas” (E7, 2023).

O surdo é um sujeito visual; essa característica não apenas constrói a forma como esses indivíduos se comunicam, mas também influencia sua maneira de interpretar e interagir com o ambiente ao seu redor. Silva e Silva (2021, p. 5) afirmam que

O fazer pedagógico pautado na experiência visual do aluno surdo favorece a sua inserção na sociedade, sendo extremamente pertinente trazer para as aulas aspectos que estejam diretamente relacionados à sua cultura, respeitando e valorizando a forma como compreendem o espaço e como se utilizam disso para extrair informações e se comunicar com o mundo (Silva e Silva, 2021, p. 5).

O uso predominante da visão permite que os surdos desenvolvam uma compreensão única do mundo, que é rica em detalhes visuais e expressões manuais, enfatizando a importância de práticas educacionais que reconheçam e valorizem essa forma de percepção.

Uma vez que o pensamento visual depende da visão, canal sensorial predominante na atividade dos Surdos. Este canal visual permite à pessoa surda superar limitações de ordem auditiva para construir seu conhecimento de mundo, relacionando língua, instrumento, conceito e significação. Portanto, podemos dizer que o Surdo cria conceitos visuais, tratando a forma como resultado de um ato específico de elaboração e invenção de esquemas de pensamento (Sansão e Cruz, 2021).

Ao considerar as necessidades específicas dos surdos, é fundamental promover um ambiente que respeite e utilize o canal visual, garantindo que a comunicação e a aprendizagem sejam acessíveis e significativas.

Essas abordagens ajudam a facilitar a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos surdos, promovendo não apenas a inclusão, mas também um ambiente de aprendizagem que respeita e valoriza as diferentes formas de comunicação e expressão, pois segundo Kelman (2005, p. 87).

A educação inclusiva, isto é, a educação de alunos que não pertencem à cultura dominante, só pode ser bem sucedida se for impregnada de respeito às culturas minoritárias. Ela se refere ao atendimento educacional de todas as crianças e jovens, independente da sua diferença, seja ela

linguística, como ocorre com surdos e índios; religiosa; cultural; sexual; étnica ou simplesmente tenha uma cultura diferente, como menores trabalhadores ou que vivem nas ruas (Kelman, 2005, p. 87).

Contudo, isso reverbera na construção da memória coletiva e as experiências vividas em determinados lugares que constroem a identidade e o senso de pertencimento de uma comunidade. Dentro desse contexto estão incluídos os surdos, segundo o autor

ocidental e de curta duração, os homens poderiam destruir suas casas, seu bairro, sua cidade, e reconstruir em cima, no mesmo local, uma outra cidade, segundo um plano diferente – mas as pedras se deixam transportar, não é muito fácil modificar as relações que se estabeleceram entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele (Halbwachs, p. 163, 2003).

Relacionando essa ideia ao contexto de acadêmicos surdos, podemos perceber que, assim como a reconstrução de uma cidade deve considerar as relações preexistentes, a implementação de práticas inclusivas deve respeitar e valorizar as experiências e identidades já formadas dos alunos. A presença de intérpretes de Libras e a exposição direta à língua materna dos alunos surdos não só promovem a acessibilidade, mas também reconhecem e fortalecem a cultura e a identidade desses estudantes.

Assim como na reconstrução de uma cidade, onde é essencial considerar as necessidades e tradições dos moradores, na educação inclusiva é fundamental que as estratégias adotadas sejam sensíveis às particularidades de cada aluno, promovendo um ambiente de respeito e valorização da diversidade.

Para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, é crucial promover campanhas de conscientização e sensibilização entre alunos, professores e a comunidade em geral. Segundo a Entrevistada dois é muito importante “a familiarização de todos com a Libras, formação e oficinas a respeito da cultura surda” (E2, 2023) sendo que essas campanhas podem aumentar a compreensão sobre a importância da inclusão de surdos e combater atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias.

Por fim, a colaboração entre todas as partes interessadas – incluindo escolas, professores, alunos, famílias e o governo – torna-se crucial para o sucesso das estratégias de inclusão. De acordo com Almeida, Santiago e Pontes (2019) a

educação inclusiva é por sua natureza democrática, pois envolve a colaboração em projetos que beneficiam a todos e para que o processo inclusivo com alunos surdos seja pautado na cultura visual, por isso é fundamental que, tanto a escola quanto a família, evitem vitimizar ou limitar a visão desses alunos. Conhecendo melhor as famílias, a escola pode integrar os pais ao processo, enfrentando desafios como a falta de interesse ou a superproteção, promovendo assim a reflexão de que a deficiência não impede o desenvolvimento do aluno; a responsabilidade pelo seu progresso está ligada ao comprometimento familiar e à ação da escola e de seus docentes.

Categoria 6: Formação Inicial de Professores: Capacitação em Inclusão de Alunos Surdos

A formação inicial de professores é um elemento crucial para a capacitação em inclusão de alunos surdos, uma vez que os educadores bem preparados desempenham um papel fundamental na promoção de um ambiente educacional sob os princípios da cultura visual, numa perspectiva bilíngue:

Línguas não se aprendem em cursos de curta duração, mas em anos de trabalho e contato com a segunda língua. A Língua de Sinais é, de fato, a segunda língua para esses professores e intérpretes e as consequências desse processo – satisfatórias ou não – de contato entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito o com a língua aprendida artificialmente encontram-se refletidas diretamente no desenvolvimento dos alunos surdos na escola (Quadros et al., 2006, p. 150).

Um dos primeiros passos nesse processo é proporcionar aos docentes uma imersão na cultura surda e isso pode ser feito através de intercâmbios culturais, workshops com surdos e estudos aprofundados sobre a história e as tradições da comunidade surda atrelando às experiências práticas, como observar e interagir com alunos surdos em ambientes educativos reais. O Entrevistado 1 fala sobre a interação entre o surdo e o professor ouvinte “Acho fundamental, sendo que o público surdo tem participado cada vez mais ativamente da sociedade em todos os seus espaços. Devendo ser respeitado como sujeito em igualdade”.

Neste viés, Moráz (2018) relata que essa prática de interação entre surdos e ouvintes faz com que a escola promova a cultura inclusiva mitigando desvantagens iniciais, quebrando a lógica de reprodução e incentivando a colaboração entre

alunos surdos e ouvintes. Para isso, é fundamental que os professores e especialistas da instituição formem uma equipe que tenha tempo dedicado à organização de atividades, colaborando em ações para atender às necessidades de todos os alunos. Esse comprometimento com uma educação emancipatória visa formar indivíduos críticos e transformadores. (Moráz, 2018).

Essas experiências permitem que os professores desenvolvam empatia e compreensão, além de reconhecer a importância de adaptar suas práticas pedagógicas para respeitar e apoiar a cultura surda. “quanto mais conhecermos sobre a inclusão, mais iremos pensar a forma de incluirmos a todos em nossas atividades e espaços” (Entrevistado 2). A sensibilização para as questões enfrentadas pela comunidade surda, como o preconceito e as barreiras sociais, também deve ser parte integral do currículo de formação nesta perspectiva. Sá expõe que discutir a surdez e o preconceito é explorar uma das dimensões da experiência surda, já que na trajetória da comunidade surda há marcas que a definem como um ser incompleto, incapaz e deficiente. Essa visão da surdez justificou diversas formas de violência, tanto física quanto simbólica, que vão desde extermínio e confinamento em casa até a proibição do uso da Língua de Sinais e a segregação em instituições educacionais especiais. Atualmente, propostas pedagógicas consideradas bilíngues são frequentemente vistas como mais uma metodologia de colonização e dissociada da história, pois se limitam a permitir o uso da Língua de Sinais sem promover mudanças efetivas nas relações sociais, culturais e institucionais (Witkoski, 2009).

A primeira etapa na formação inicial de professores deve incluir a sensibilização e a conscientização sobre a importância da inclusão de alunos surdos, pois, de acordo com Schmitz (2014), os educadores precisam ser capacitados a desenvolver atividades que promovam a interação entre alunos surdos e ouvintes, utilizando métodos de ensino inclusivos e recursos visuais criando um ambiente inclusivo onde todos se sintam valorizados, incentivando a prática reflexiva entre os educandos; sendo assim passos fundamentais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e respeitosa. O Entrevistado 5, quando questionado sobre o assunto afirma que a sensibilização e a conscientização são essenciais pois “assim quando o aluno estiver em sala, já terá um pouco de conhecimento sobre”.

É fundamental que os professores compreendam as particularidades da

surdez, reconhecendo que ela não é uma deficiência a ser corrigida, mas uma diferença a ser valorizada. Essa compreensão pode ser promovida por meio de cursos introdutórios sobre a cultura e a identidade surda, que abordem a história, os valores e as experiências da comunidade surda.

A capacitação em Libras é outro componente essencial da formação inicial de professores. Para que os educadores possam se comunicar de maneira assertiva com os alunos surdos é necessário que adquiram fluência em Libras, logo

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associada a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado (Saviani, 2010, p. 53).

Logo, para uma prática pedagógica inclusiva, é fundamental que o professor tenha uma formação sólida que atenda às demandas de todos os alunos e a inclusão do aluno surdo por meio da Língua de Sinais torna o aprendizado mais significativo e fortalece a comunicação entre docente e aluno.

A formação de professores para o atendimento aos surdos, conforme Macedo (2010), muitas vezes se limita à apresentação da Libras aos licenciandos e a discussões sobre sua importância para o desenvolvimento da linguagem de alunos surdos em salas de ensino regular. No entanto, há uma carência significativa de abordagens que tratam do aspecto pedagógico propriamente dito, o que pode comprometer a efetividade da inclusão e o aprendizado desses alunos, sobre a importância da formação de professores na temática da surdez “Concordo plenamente, porque simplesmente não temos. Os professores sabem que terão alunos surdos somente pela lista de chamada. Eu sempre me preocupei em olhar isso antes do início das aulas. Justamente para adaptar os materiais. Mas há quem não se preocupe com isso. E deveria ser obrigatório ter cuidado com este processo. Não que sendo obrigatório a vida dos alunos surdos vá melhorar, mas ao menos possibilita uma evolução nos processos de ensino.” (Entrevistado 6)

A formação em metodologias de ensino bilíngue é igualmente indispensável e nesta visão os professores devem ser capacitados para utilizar abordagens pedagógicas que integrem no par linguístico Libras e português escrito, promovendo um aprendizado acessível e significativo. Como destacado por

Lacerda et al. (2013), dominar a língua não é suficiente sem uma metodologia adequada que suporte a apresentação do conteúdo, é crucial que a formação de professores inclua a capacidade de elaborar aulas visualmente claras, facilitando tanto a atuação do intérprete quanto a compreensão dos alunos surdos. Como resultado desse tipo de formação docente temos o alcance de todos os estudantes, pois recursos como uma boa apresentação de slides são fundamentais para alunos ouvintes e se tornam essenciais para alunos surdos, contribuindo significativamente para o aprendizado de ambos.

Isso inclui o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados, a utilização de recursos visuais e tecnológicos e a implementação de estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas dos alunos surdos, como a adaptação curricular e avaliativa. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2001)

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno. (Brasil, 2001, p. 33)

Para assegurar a eficácia da formação inicial de professores, é fundamental um acompanhamento contínuo e atualizações regulares, bem como uma reformulação curricular nos cursos de licenciatura, Programas de mentoria, grupos de estudo e oportunidades de desenvolvimento profissional são essenciais para apoiar os educadores na aplicação das práticas adquiridas. Além disso, a avaliação constante das estratégias de ensino e a adaptação às novas necessidades e tecnologias são cruciais para a manutenção da eficácia da educação inclusiva. Como afirmou um dos entrevistados “Certamente, pois não temos nenhuma instrução sobre o tema quando entramos no mundo acadêmico.” (E8,2023)

Essa falta de instrução inicial destaca ainda mais a importância de uma formação que inclua suporte contínuo e desenvolvimento profissional. Na fala de Baiense, Machado e Silva (2023) a obrigatoriedade da disciplina de Libras nas licenciaturas, estabelecida pelo Decreto nº 5.626/05, representa uma conquista significativa para a comunidade surda brasileira, que tem lutado pelo reconhecimento da Libras como língua Oficial sendo que essa medida visou

reverter anos de negligência educacional em relação aos alunos surdos, promovendo um atendimento mais efetivo nas instituições de Ensino onde o contato dos professores com a Língua de Sinais não apenas enriquece a formação deles, mas também transforma a percepção sobre os alunos surdos, facilitando e melhorando a relação entre professores e alunos no ambiente escolar.

A formação inicial de professores para a inclusão de alunos surdos é um processo complexo que requer uma abordagem abrangente e multifacetada. Sensibilizar os educadores, capacitá-los em Libras, ensinar metodologias de ensino bilíngue, promover o uso de tecnologia assistiva, incentivar a colaboração com intérpretes e familiarizá-los com a legislação vigente são passos essenciais para preparar professores competentes e comprometidos com a inclusão. Baiense, Machado e Silva (2023) destacam que a formação continuada é essencial para o trabalho de professores com alunos surdos, pois é por meio da busca por conhecimento que os educadores conseguem aprofundar sua compreensão sobre a cultura surda, proporcionando um ensino mais significativo. Essa formação é um processo de aprimoramento das competências profissionais, visando complementar a formação inicial.

O investimento na formação inicial de professores, pode ajudar a criar um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, onde todos os alunos, independentemente de suas capacidades auditivas, tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

7. TECENDO MEMÓRIAS E CAPACITAÇÃO: CURSO DE EXTENSÃO COMO PRODUTO TÉCNICO

No contexto de um mestrado profissional, o produto técnico assume uma forma prática diferente da dissertação ou tese acadêmica. A partir das literaturas que balizaram a pesquisa e as respostas dadas pelos professores entrevistados, percebe-se a demanda por formação na área da surdez com base na cultura surda.

Nasceu então o curso "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade". O objetivo do curso é capacitar docentes e graduandos na compreensão e promoção da inclusão de surdos em todos os âmbitos da sociedade, por meio do conhecimento da cultura surda e da memórias surdas, desenvolvendo uma visão crítica e consciente sobre as questões relacionadas à inclusão e garantindo o respeito aos direitos e necessidades dos surdos. Em um mestrado profissional, o objetivo principal é aprimorar as habilidades e conhecimentos práticos do estudante para aplicação direta no campo profissional." (Brasil, 1995, p. 147).

a) Produto final:

Curso de Extensão: Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade

b) Público Alvo: discentes dos Cursos de Graduação em Licenciatura

c) Objetivo Geral

O objetivo geral do curso "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade" é capacitar graduandos a compreenderem e promoverem a inclusão de surdos na sociedade, por meio do conhecimento da cultura surda e da memória social, desenvolvendo uma visão crítica e consciente sobre as questões relacionadas à inclusão e garantindo o respeito aos direitos e necessidades dos surdos.

d) Objetivos específicos

- Familiarizar os graduandos com os fundamentos teóricos da cultura surda, incluindo sua história, valores, identidade e língua (Libras - Língua Brasileira de Sinais), destacando os desafios enfrentados pelos surdos na sociedade,

especialmente nas áreas de educação, trabalho, acesso à informação e comunicação;

- Explorar a importância da memória social na construção da identidade surda e na luta por direitos e inclusão apresentando políticas e legislações relevantes para a inclusão de surdos, destacando a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

- Discutir estratégias pedagógicas e recursos de acessibilidade que promovam a inclusão de surdos em diferentes contextos, como a sala de aula, ambientes de trabalho e espaços públicos, estimulando a elaboração de projetos e ações práticas que promovam a inclusão de surdos na sociedade, considerando as especificidades culturais e as demandas locais;

- Estimular a reflexão crítica sobre estereótipos, preconceitos e atitudes sociais em relação aos surdos, visando à construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa

- Avaliar o impacto do curso na formação dos graduandos, por meio de reflexões individuais, atividades práticas e feedback da comunidade surda e outros profissionais da área.

Esses objetivos gerais e específicos visam proporcionar uma formação abrangente e qualificada aos graduandos, capacitando-os a atuar de forma efetiva na promoção da inclusão de surdos na sociedade, considerando a perspectiva da cultura surda e a importância da memória social.

a) Protótipo

 Olá a todos! É com grande entusiasmo que anunciamos o curso "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade". Este curso tem como objetivo fornecer uma formação abrangente e qualificada para graduandos interessados em promover a inclusão de surdos na sociedade, considerando a perspectiva da cultura surda sob o olhar da memória social.

 Você já parou para refletir sobre como a cultura surda e a memória social desempenham papéis essenciais na construção da identidade surda? Neste curso, exploraremos esses aspectos fundamentais, além de analisar os desafios enfrentados pelos surdos em áreas como educação, trabalho, acesso à informação e comunicação.

 Durante o curso, você terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a história, os valores, a identidade surda e a Libras. Também abordaremos políticas e legislações relacionadas à inclusão de surdos, destacando a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

 Com uma abordagem prática e reflexiva, discutiremos estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e projetos que visam à promoção da inclusão de surdos em diferentes contextos. Além disso, serão desenvolvidas habilidades de comunicação e interação em Libras, possibilitando a aproximação e o diálogo com a comunidade surda.

 Acreditamos na importância de uma sociedade mais inclusiva, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos. Por isso, convidamos você a se juntar a nós nessa jornada de aprendizado, ampliando sua compreensão sobre a cultura surda, a memória social e a inserção do acadêmico surdo na sociedade.

 Ao final do curso, você estará preparado(a) para se tornar um agente de mudança, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Participe conosco e faça a diferença na vida de muitos!

 Data de início: [Data de início do curso]

 Duração: [Duração do curso]

 Local: Universidade La Salle - Canoas

 Para mais informações e inscrições, entre em contato pelo e-mail [Endereço de e-mail] ou visite nosso site [URL do site]. Não perca essa oportunidade única de expandir seus horizontes e se tornar um(a) defensor(a) da inclusão surda!

#InclusãoSurda #CulturaSurda #MemóriaSocial #Curso #InscriçõesAbertas

PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO SURDA: CULTURA, MEMÓRIA E SOCIEDADE

Workshop

MINISTRANTE

Lucirene Franz Ferrari Fernandes

Assistente social, licenciada em Letras Português, Letras Libras e psicopedagoga institucional, possui especialização em tradução e interpretação da língua de sinais e Educação Especial e Inclusiva.

Tradutora e intérprete da língua de sinais há 10 anos. Instrutora da língua de sinais, graduanda em Teologia, Mestranda em Memória Social e Bens Culturais



Não perca essa
oportunidade !

Entre em contato
51 999708029

CONTEXTO

O workshop "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade" que tem como objetivo fornecer uma formação para professores interessados em promover a inclusão de surdos na sociedade, considerando a perspectiva da Cultura Surda sob o olhar da Memória surda.

INCLUSÃO DE SURDOS?

Você já parou para refletir sobre como a cultura surda e a memória social desempenham papéis essenciais na construção da identidade surda? Neste workshop, exploraremos esses aspectos fundamentais, além de analisar os desafios enfrentados pelos surdos em áreas como educação, trabalho, acesso à informação e comunicação.

CONTEÚDO

Durante o curso, você terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a história, os valores, a identidade surda e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Também abordaremos políticas e legislações relacionadas à inclusão de surdos, destacando a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, entre outros

METODOLOGIA

Com uma abordagem prática e reflexiva, discutiremos estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e projetos que visam à promoção da inclusão de surdos em diferentes contextos. Além disso, desenvolveremos habilidades de comunicação e interação em Libras, possibilitando a aproximação e o diálogo com a comunidade surda.

APOIO

PPG ★ UNILASALLE

Memória Social
e Bens Culturais



a) Metodologia do Produto Final

A construção do curso "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade" pode seguir a seguinte metodologia:

1. Levantamento de conteúdo: Realizar uma pesquisa abrangente sobre o tema da inclusão surda, cultura surda e memória social, identificando os principais tópicos, teorias e conceitos a serem abordados no curso.
2. Definição dos objetivos de aprendizagem: Estabelecer os objetivos de aprendizagem específicos para cada módulo ou unidade do curso, alinhados com o objetivo geral do curso.
3. Organização em módulos: Dividir o curso em módulos ou unidades temáticas, de acordo com os principais tópicos identificados na etapa de levantamento de conteúdo. Cada módulo deve ter uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
4. Desenvolvimento de materiais didáticos: Criar materiais didáticos adaptados, como apostilas, slides, vídeos, exercícios e estudos de caso, que promovam a compreensão dos conteúdos abordados e estimulem a reflexão dos estudantes.
5. Definição das atividades de aprendizagem: Planejar atividades de aprendizagem práticas e interativas, como discussões em grupo, estudos de caso, simulações e projetos, que permitam aos estudantes aplicar os conhecimentos teóricos na prática e desenvolver habilidades relacionadas à inclusão surda.
6. Interação e diálogo: Promover a interação e o diálogo entre os estudantes por meio de fóruns de discussão online, sessões de perguntas e respostas, grupos de estudo e atividades colaborativas. Isso pode ser feito por meio de plataformas de ensino a distância ou ambientes virtuais de aprendizagem.
7. Palestras e convidados especiais: Incluir palestras e a participação de convidados especiais, como profissionais atuantes na área da inclusão surda, pesquisadores renomados e membros da comunidade surda. Essas contribuições externas enriquecem o aprendizado dos estudantes e oferecem diferentes perspectivas sobre o tema.
8. Avaliação da aprendizagem: Estabelecer métodos de avaliação visuais para verificar o progresso dos estudantes, como questionários, trabalhos

individuais ou em grupo e projetos finais. A avaliação deve estar alinhada aos objetivos de aprendizagem e oferecer feedback construtivo aos estudantes.

9. Atualização contínua: Manter o curso atualizado e adaptado às novas tendências, pesquisas e legislações relacionadas à inclusão surda. É importante revisar periodicamente o conteúdo do curso e incorporar novas informações relevantes.
10. Feedback dos estudantes: Coletar feedback dos estudantes durante e após o curso, por meio de questionários de satisfação e sessões de discussão, para identificar pontos fortes e áreas de melhoria, e assim aprimorar continuamente a qualidade do curso.

Essa metodologia proporciona uma estrutura sólida para a construção do curso, garantindo a organização dos conteúdos, a interação dos estudantes e o desenvolvimento de habilidades práticas para a promoção da inclusão surda na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, cada objetivo específico, inicialmente apresentado neste relatório, foi construindo o objetivo geral. Descreve-se assim as considerações finais a partir dos estudos e resultados obtidos.

O primeiro objetivo específico foi discutir a cultura surda na perspectiva da memória surda. Os resultados indicaram que as línguas de sinais, a comunidade surda e seus valores culturais são bases para a cultura surda, a qual tem ganhado cada vez mais reconhecimento por profissionais de diversas áreas. Como consequência, uma nova abordagem educacional para surdos baseada no bilinguismo está ganhando espaço, e sendo adotada como a base para o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a cultura surda se torna essencial para a prática docente, sendo um fator determinante para o sucesso ou fracasso de uma proposta educacional intercultural.

As análises indicaram também que na formação dos educadores, torna-se fundamental transcender uma visão que valorize apenas uma cultura ou que coloque uma acima das demais, por isso, é importante que as formações dos educadores sejam pautadas pelo respeito e a valorização da diversidade, reconhecendo que cada cultura possui suas próprias formas de ver e entender o mundo. Os resultados indicaram relevância desse reconhecimento para transformar os métodos tradicionais de ensino, além de impactar diretamente a mentalidade dos professores e suas formas de interagir em contextos educacionais diversos. Dessa forma, a inclusão efetiva de alunos surdos depende de uma abordagem que reconheça e valorize a cultura surda, promovendo um ensino verdadeiramente intercultural e inclusivo. A preparação do professor para a educação inclusiva demanda uma redefinição do seu papel, assim como o da escola, da educação e das práticas pedagógicas que predominam em nosso sistema educacional, os quais tradicionalmente se mostram excludentes. A inclusão escolar não se adequa a uma abordagem tradicional de ensino.

A pesquisa revelou que a memória social das pessoas surdas é profundamente marcada por fatores culturais e linguísticos que constroem sua percepção do mundo. A Libras emerge como um elemento central na codificação e recuperação de informações, funcionando como a principal ferramenta de comunicação e construção

identitária da comunidade surda. Embora o isolamento comunicacional em ambientes onde predomina a língua oral possa ser um desafio, a Língua de Sinais proporciona uma via rica para que surdos desenvolvam sua memória social de forma única e visual. A memória de grupo, no contexto das pessoas surdas, é construída coletivamente e se baseia na partilha de experiências, histórias e valores específicos da comunidade surda. A interação com a comunidade surda pode redefinir profundamente a percepção individual, transformando a visão de mundo e as atitudes em relação às adversidades. Isso foi particularmente relevante para muitos dos professores entrevistados, que enfatizaram o papel transformador da interação com a cultura surda na própria formação pessoal e profissional.

Além disso, os dados da pesquisa apontam que a memória surda não é limitada pela falta de audição, mas sim enriquecida por interações visuais e culturais dentro de sua comunidade. A cultura surda, com sua própria história e identidade, oferece um terreno fértil para a preservação da memória coletiva, com práticas e eventos culturais servindo como marcos importantes. Através da Língua de Sinais, os surdos conseguem não só se comunicar, mas também perpetuar suas experiências, memórias e valores, garantindo a continuidade de sua identidade cultural.

As entrevistas com professores revelaram uma demanda significativa por formação específica voltada para a compreensão dessas dinâmicas culturais e linguísticas. A necessidade de capacitar educadores para trabalhar com alunos surdos, levando em conta as particularidades da memória e da cultura surda, foi um tema recorrente nas respostas. Isso reforçou a importância de cursos de formação que abordem a inclusão a partir de uma perspectiva crítica e culturalmente informada.

As análises demonstraram que, para formar um professor inclusivo, as propostas de formação profissional existentes precisam de reestruturação, bem como uma renovação na formação continuada. Tais transformações podem ser consideradas como mudança de paradigma, uma vez que os modelos tradicionais de ensino frequentemente desconsideram a diversidade cultural e linguística nas salas de aula, aprofundando visões limitadas e excludentes. Além disso, a inclusão da cultura surda no processo educativo pode enriquecer a experiência de aprendizado e promover um ambiente respeitoso. No entanto, a barreira linguística e

a formação insuficiente dos professores em metodologias específicas são desafios críticos.

Portanto, torna-se essencial adotar uma perspectiva cultural da surdez, entendendo-a não como uma deficiência a ser corrigida, mas como uma característica que define uma identidade linguística e cultural. Além disso, a cultura surda é dinâmica e não homogênea, refletindo a construção única da identidade de cada indivíduo surdo.

O segundo objetivo específico foi perceber as dificuldades encontradas por docentes a fim de incluir o sujeito surdo no processo de ensino e aprendizagem. As análises indicaram que a inclusão de alunos surdos no ensino apresenta desafios significativos, mas também pode oferecer diversas oportunidades para o enriquecimento educacional. As evidências indicaram que a ausência de uma cultura surda plenamente reconhecida, bem como a opressão enfrentada pelos surdos são algumas das barreiras, sendo a comunicação um dos principais desafios. A partir dos resultados, sugere-se como aprimoramento na prática docente que os educadores adotem uma abordagem bilíngue, que valorize a cultura e a identidade surda. Sendo assim, a formação continuada dos professores deve ser vista como um processo permanente de aprimoramento, pois a falta de fluência em Libras entre os professores limita a interação direta com os alunos surdos. Essa limitação pode gerar mal-entendidos, comprometendo a eficácia do ensino. Sendo assim, a formação docente mostra-se crucial para promover um ambiente educacional inclusivo, uma vez que a formação de professores poderia atingir uma maior conscientização da realidade em que vão atuar.

Observa-se que, dentre os entrevistados, uma parte importante dos professores não possuem formação mínima necessária no âmbito da surdez, o que compromete o suporte teórico e prático necessário para o desenvolvimento de seu trabalho em toda a sua potencialidade. Torna-se necessária uma reflexão contínua sobre a prática docente para evitar que ela se torne estática ou inadequada em uma sociedade que está em constante transformação. Diante da falta de uma formação inicial apropriada para trabalhar com alunos da educação inclusiva, sugere-se que esses profissionais recebam uma formação continuada. Esse tipo de formação poderia preencher muitas lacunas no processo de ensino, beneficiando tanto os alunos quanto os educadores, ajudando a promover um ensino inclusivo e adaptado às necessidades de todos os envolvidos.

Além da formação dos professores, outro elemento importante evidenciado nos dados, refere-se ao papel do TILSP na mediação da comunicação. Além disso, quando a atuação deste profissional é colaborativa, pode permitir que as necessidades do aluno surdo sejam atendidas de maneira integral. Para isso, o intérprete deve ter espaço para interagir ativamente com o professor, discutindo o conteúdo e levantando questões sempre que necessário. Esse diálogo ajuda no processo de ensino, para que esteja alinhado com as necessidades dos alunos surdos, pois quando o intérprete e o professor atuam de forma colaborativa, compartilham suas perspectivas, podem ajustar a abordagem pedagógica, a educação inclusiva se torna mais eficiente e adaptada. Essa colaboração pode permitir que ambos identifiquem desafios, proponham soluções e, conseqüentemente, ofereçam um ensino de maior qualidade aos alunos.

Com relação às barreiras comunicacionais evidenciadas nos dados, elas podem ser superadas com a adoção de estratégias diversificadas. As análises indicaram que a incorporação de recursos multimídia e métodos visuais facilita a compreensão do conteúdo pelos alunos surdos. Destaca-se que é fundamental que as crianças surdas tenham acesso à Língua de Sinais desde a infância e ao longo de toda a vida escolar e inclusive acadêmica. Isso pode promover que elas desenvolvam habilidades de comunicação, promovendo aprendizagem e podendo dar mais condições ao seu desenvolvimento acadêmico, social e pessoal. Além disso, o contato contínuo com a Língua de Sinais contribui para sua autonomia e integração na sociedade, respeitando suas necessidades e promovendo uma verdadeira inclusão.

Salienta-se nas análises que a prática docente desempenha um papel fundamental no sucesso educacional dos alunos, especialmente aqueles com necessidades específicas, como os alunos surdos. As análises indicaram que a formação docente (teórica e prática) é um importante desafio na luta por uma educação escolar de qualidade. Uma estratégia promissora é a abordagem bilíngue, que permite aos alunos surdos aprenderem em sua língua natural, a Língua de Sinais, enquanto desenvolvem habilidades na língua escrita. Para que a abordagem bilíngue seja efetiva, torna-se importante que o currículo inclua a cultura e a identidade surda. Isso exige deixar de lado uma visão que valoriza apenas uma cultura e adotar uma perspectiva mais inclusiva. Somente assim será possível ajudar a promover o sucesso de uma educação que respeita e valoriza diferentes culturas,

incluindo a cultura surda, destacando a necessidade de reconstruir esses ambientes de ensino.

A formação continuada deve focar na atualização e desenvolvimento profissional, não apenas em suprir lacunas da formação anterior, a visão reducionista que considera o conhecimento apenas como um conjunto de técnicas e informações deve ser combatida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também reforça a importância da formação continuada para profissionais da educação, enfatizando a necessidade de um currículo sólido que associe teoria e prática, conforme os fundamentos estabelecidos. Ao abordar esses desafios e implementar estratégias inclusivas na formação docente, é possível transformar a experiência educacional dos alunos surdos, promovendo uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.

Entretanto, barreiras como infraestrutura inadequada e a falta de recursos tecnológicos adaptados são essenciais para serem superadas. Outro fator crucial para a inclusão é a interpretação de Libras, que é essencial para a comunicação. A escassez de intérpretes qualificados e a variabilidade na qualidade da interpretação podem prejudicar a compreensão do conteúdo. Princípios éticos que os tradutores e intérpretes de Libras devem seguir, como confiabilidade, imparcialidade e fidelidade, são fundamentais para ajudar a promover a precisão na comunicação.

Outrossim, a complexidade do trabalho do tradutor e intérprete de Libras envolve ouvir, compreender e reproduzir mensagens de maneira precisa, respeitando as diferenças culturais entre as línguas. Ser tradutor não se resume a dominar duas línguas, mas a compreender as culturas que elas envolvem. A interpretação é inevitável e envolve a fusão de horizontes entre autor e intérprete, possibilitando uma nova construção de significados.

A regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras estabelece as qualificações necessárias para ajudar a promover a qualidade do serviço prestado. A capacitação dos tradutores e intérpretes é vital para promover a inclusão e ajudar a promover a acessibilidade, enriquecendo o ambiente de aprendizado.

Além disso, em um contexto onde fosse possível a implementação da educação bilíngue, onde a Libras fosse considerada a primeira língua e o português escrito, a segunda, poderia ressignificar a interação entre alunos surdos e ouvintes. Isso promoveria um sentido comum, em que experiências pessoais se tornariam compreensíveis para todos, superando a incomunicabilidade da experiência.

A inclusão de alunos surdos no ambiente educacional demanda a implementação de estratégias que considerem suas necessidades específicas e promovam um aprendizado significativo, fundamentado em sua cultura e língua materna. Nesse contexto, as línguas de sinais e a comunidade surda ganham destaque, resultando em uma nova filosofia educacional em que o bilinguismo é a base do ensino e da aprendizagem.

A legislação destaca que os surdos vivem em um país cuja maioria fala uma língua diferente, sugerindo que a formação deve ser orientada por uma perspectiva bilíngue. É crucial que tanto a formação inicial, quanto a continuada, ofereçam aos professores e licenciados conhecimentos em educação bilíngue para aprimorar a prática educativa de alunos surdos, seja em escolas comuns, turmas que utilizam a Libras como língua de instrução ou em salas de recursos.

Reconhecer o surdo como um sujeito plural e multifacetado é ponto de partida para a compreensão da diversidade na cultura surda, a qual implica que, embora as interações com outros surdos sejam significativas, cada indivíduo possui uma vivência singular.

É importante promover atividades que permitam aos alunos surdos se comuniquem, evitando que suas opiniões sejam apenas reproduzidas por colegas. Integrar a janela de Libras nas atividades e materiais pedagógicos é uma ação relevante para ajudar a promover que o aluno surdo utilize sua língua. Entretanto, o acesso à comunicação ainda enfrenta desafios, como a necessidade de amplificação sonora e apoio de intérpretes, sendo assim essencial cultivar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes, permitindo que professores e especialistas trabalhem juntos para atender às necessidades de todos os alunos. Além disso, é destacado que a adoção de aulas mais visuais, que utilizem materiais de apoio, vídeos em Libras e vídeos ilustrativos, torna o aprendizado mais prático e acessível, considerando que a percepção visual é a principal forma de interação para os surdos. O desenvolvimento do pensamento visual é crucial para a construção do conhecimento dos surdos. Este canal visual os ajuda a superar as limitações auditivas, criando conceitos visuais que são fundamentais para sua aprendizagem. Assim, ao considerar as necessidades dos surdos, é necessário promover um ambiente que respeite e utilize essa abordagem visual.

As estratégias visuais ajudam a facilitar a compreensão dos conteúdos, promovendo uma inclusão que respeita e valoriza as diferentes formas de

comunicação e expressão. A educação inclusiva deve ser impregnada de respeito às culturas minoritárias, abordando a educação de todas as crianças e jovens independentemente de suas diferenças. Além disso, a construção da memória coletiva e das experiências vividas contribui para a formação da identidade e do pertencimento da comunidade surda. As relações estabelecidas entre as pessoas e seu ambiente constroem seus pensamentos e experiências. Da mesma forma, na educação inclusiva, é essencial respeitar e valorizar as experiências e identidades formadas dos alunos surdos.

Para criar um ambiente educacional inclusivo, é preciso promover campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão de surdos e combater práticas discriminatórias. A colaboração entre escolas, professores, alunos, famílias e o governo é fundamental para o sucesso das estratégias de inclusão.

No terceiro objetivo específico que enseja demonstrar alternativas para o aperfeiçoamento da prática docente em relação ao processo de ensino-aprendizagem do acadêmico surdo, a formação inicial deve incluir sensibilização sobre a inclusão de alunos surdos. A formação inicial de professores é fundamental para a capacitação em inclusão de alunos surdos, pois educadores com qualificações relacionadas à educação de surdos e valorização da cultura surda podem promover um ambiente educacional inclusivo. Uma das primeiras etapas nesse processo é proporcionar imersão na cultura surda, que pode incluir intercâmbios culturais, workshops com surdos e estudos sobre a história e tradições da comunidade surda, além de experiências práticas em ambientes educativos reais. É fundamental que o público surdo tenha participação ativa na sociedade em todos os seus espaços e deve ser respeitado como sujeito em igualdade. Essa interação ajuda a escola a promover uma cultura inclusiva, mitigando desvantagens e incentivando a colaboração entre alunos surdos e ouvintes. Para isso, é essencial que professores e especialistas se unam para organizar atividades que atendam às necessidades de todos os alunos, visando formar indivíduos críticos e transformadores. Essas experiências podem propiciar o desenvolvimento de empatia e compreensão por parte dos docentes, que devem adaptar suas práticas pedagógicas para respeitar e apoiar a cultura surda.

A sensibilização para questões como preconceito e barreiras sociais também deve integrar o currículo de formação, temáticas que merecem debates. Torna-se fundamental discutir a surdez e o preconceito, já que a história da comunidade surda

é marcada por uma visão de incompletude e incapacidade, o que já justificou diversas formas de violência e segregação.

Os educadores precisam ser capacitados para desenvolver atividades que promovam a interação entre alunos surdos e ouvintes, criando um ambiente inclusivo que valorize a todos. Torna-se imprescindível que os professores compreendam a surdez como uma diferença a ser valorizada, e isso pode ser alcançado por meio de cursos introdutórios sobre cultura e identidade surda, que tratem da história e experiências da comunidade surda. A capacitação em Libras é outra parte importante da formação inicial, pois os educadores devem se comunicar com alunos surdos de forma visual, utilizando a Libras. A formação de professores deve ajudar a promover uma sólida base teórica e prática, associando um preparo teórico-científico a um trabalho que permita atualização constante e o atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos.

Contudo, a formação atual para professores para atender alunos surdos, muitas vezes, se limita apenas à apresentação da Libras, deixando de lado cultura surda, que é essencial para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Para ajudar a promover a acessibilidade e inclusão, é essencial que os professores conheçam as especificidades da surdez, a cultura surda e as metodologias de ensino adequadas. A falta de formação adequada é um obstáculo que prejudica o desenvolvimento de um ensino inclusivo. A formação de professores deve incluir a promoção de práticas inclusivas em sala de aula, valorizando a interação entre alunos surdos e ouvintes, promovendo atividades práticas que incentivem a comunicação em Libras e o entendimento das diferenças culturais. Isso envolve a implementação de métodos de ensino que atendam às necessidades dos alunos surdos, como o uso de recursos visuais, materiais adaptados e tecnologia assistiva.

Os educadores devem ter formação contínua para se atualizarem e aprimorarem suas práticas. Isso pode incluir a participação em cursos de atualização e formação continuada que abordem as melhores práticas para ensinar alunos surdos, assim como o desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva sobre a inclusão. Para isso, é vital que as instituições de ensino promovam parcerias com organizações surdas, permitindo que as experiências vividas pela comunidade surda sejam integradas à formação docente. O respeito e a valorização da diversidade são fundamentais para uma educação inclusiva, e a formação de professores deve ser

um processo contínuo que promova a reflexão sobre práticas pedagógicas e suas implicações.

Por fim, é essencial que haja um apoio institucional à formação contínua de professores, garantindo que eles tenham as ferramentas necessárias para promover a inclusão efetiva de alunos surdos. As políticas educacionais devem se concentrar em garantir que todos os educadores tenham acesso a formação em Libras e em metodologias inclusivas, promovendo um entendimento profundo da surdez e das práticas pedagógicas que podem ser implementadas em sala de aula. Essa abordagem proativa é crucial para ajudar a promover que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso à educação de qualidade e possam participar plenamente do ambiente escolar.

O objetivo geral da pesquisa era propor alternativas para instrumentalizar os profissionais docentes na prática de inclusão dos alunos surdos a partir da cultura surda na perspectiva da memória surda, logo, a partir das questões discutidas ao longo deste trabalho, as análises reforçam a necessidade de capacitar os profissionais da educação para atuar de forma inclusiva com os alunos surdos, tendo como base a cultura e a memória surda. Ao compreender as dificuldades que os docentes enfrentam na prática diária, torna-se possível propor alternativas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem para alunos surdos, promovendo não apenas o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, mas também o respeito à identidade cultural desses estudantes. Assim, espera-se que, com a instrumentalização adequada, os docentes estejam mais preparados para ajudar a promover uma inclusão efetiva e transformadora, que valorize a diversidade linguística e cultural no ambiente escolar.

A partir das análises realizadas, a capacitação adequada dos professores pode fomentar uma inclusão efetiva dos alunos surdos, fundamentada na cultura surda e na perspectiva da memória surda. As discussões sobre a cultura surda revelam a necessidade de compreender as especificidades e desafios enfrentados por esses estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, identificaram-se as dificuldades que os docentes encontram na prática pedagógica, o que permite propor alternativas que aperfeiçoem suas abordagens e estratégias educacionais. Dessa forma, almeja-se que, por meio da instrumentalização adequada, os educadores sejam capazes de ajudar a promover uma educação

inclusiva, que valorize e respeite a identidade cultural dos alunos surdos, contribuindo para um ambiente escolar mais equitativo e enriquecedor.

Os resultados também indicaram a necessidade de formação especializada que integre a cultura surda no contexto educacional. A partir destes achados, esta autora desenvolveu e aplicou uma primeira versão do curso intitulado "Perspectivas da Inclusão Surda: Cultura, Memória e Sociedade", cuja proposta é capacitar tanto docentes quanto graduandos na promoção da inclusão de surdos em todos os âmbitos sociais. O curso, produto técnico final do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, visa proporcionar conhecimento sobre a cultura e as memórias da comunidade surda, incentivando uma visão crítica e consciente das questões relacionadas à inclusão, e assegurando o respeito aos direitos e necessidades dessa população.

Nesse contexto, o produto final do Mestrado buscou proporcionar ferramentas práticas que possam ser desenvolvidas diretamente no cotidiano dos professores. Assim, ao integrar aspectos práticos à formação inicial, o curso atende à proposta de uma educação mais inclusiva e atenta às especificidades dos alunos surdos, refletindo o compromisso em formar educadores capazes de atuar em ambientes diversos e desafiadores. O curso em questão emerge, portanto, como uma resposta estruturada às demandas identificadas na pesquisa e abrangendo de forma satisfatórias o objetivo geral, sendo um passo significativo para a formação contínua e especializada de professores no campo da educação inclusiva.

À luz das análises realizadas das contribuições obtidas por meio das entrevistas com professores, torna-se evidente a crescente necessidade de aprofundar a pesquisa sobre a inclusão de alunos surdos no contexto educacional. A formação especializada que integre a cultura surda é fundamental para promover uma educação mais inclusiva e respeitosa. Nesse sentido, é essencial que futuras investigações explorem diversas dimensões relacionadas à inclusão, como a eficácia de cursos de capacitação, o impacto das metodologias de ensino, a acessibilidade de recursos educacionais e a formação contínua de educadores. Essas pesquisas não apenas enriquecem o conhecimento na área, mas também contribuirão para a construção de práticas pedagógicas mais adequadas, visando a plena inclusão e valorização da diversidade no ambiente escolar.

A temática da inclusão de alunos surdos no contexto educacional do Ensino Superior é de extrema importância, pois aborda não apenas os aspectos

acadêmicos, mas também sociais e culturais que permeiam a vida desses estudantes. A promoção de uma educação inclusiva, que valorize a cultura surda e reconheça a surdez como uma forma de diversidade, é essencial para ajudar a promover que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade e possam desenvolver seu potencial pleno. Além disso, a formação adequada dos docentes é crucial para a construção de um ambiente escolar que respeite e celebre as diferenças, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na análise da primeira categoria que trata da relevância da cultura surda na prática docente conclui-se que a valorização da cultura surda é fundamental na prática docente, à medida que todos os entrevistados na pesquisa concordam que o conhecimento da cultura surda é essencial para o sucesso nos processos de ensino e aprendizagem. É muito importante superar uma visão monocultural e excludente na formação dos professores para promover uma educação inclusiva. Isso requer a reestruturação do papel docente e das práticas pedagógicas, além de uma formação continuada que capacite os professores a criar conteúdos e metodologias que respeitem a diversidade cultural e linguística presente nas salas de aula.

Na segunda categoria que trata da inclusão de surdos no processo de ensino aprendizagem, seus desafios e possibilidades, percebe-se que a inclusão de alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem apresenta desafios consideráveis, como a falta de infraestrutura adequada, profissionais capacitados e acessibilidade, mas também oferece grandes possibilidades de enriquecimento educacional. A mudança de atitude em relação à cultura surda e a adaptação de estratégias são essenciais para superar barreiras e garantir uma educação inclusiva. Outro ponto crítico é a atuação do TILSP, que enfrenta dificuldades como a escassez de profissionais qualificados e a necessidade de uma interpretação precisa. A educação bilíngue, com Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, promove a inclusão e facilita a comunicação entre diferentes contextos culturais.

Além disso, a memória surda com seu foco na visualidade e na Língua de Sinais reforça a importância de um ambiente que valorize a identidade e as experiências dos alunos surdos. Capacitar professores e intérpretes, oferecendo formação continuada em Libras e metodologias inclusivas, é fundamental para promover um sistema educacional que respeite e valorize a diversidade linguística e cultural, assegurando uma verdadeira inclusão.

A terceira categoria sobre os atravessamentos na interação docente e surdos discute sobre a barreira comunicacional entre docentes e alunos surdos, a qual é um desafio significativo na educação inclusiva, especialmente pela diferença linguística entre o português e a Libras. A falta de fluência em Libras por parte dos professores e a formação inadequada de intérpretes comprometem a interação e o entendimento do conteúdo. Além disso, a escassez de materiais didáticos em Libras e a dependência dos intérpretes dificultam a aprendizagem dos surdos. Para superar esses obstáculos, é necessário investir na formação continuada dos docentes, desenvolver tecnologias assistivas e adotar metodologias inclusivas, como avaliações em Libras e recursos visuais, para promover um ambiente educacional acessível.

A quarta categoria trata das perspectivas, desafios e estratégias inclusivas da prática docente no ensino e aprendizagem de alunos surdos indica a prática docente como parte fundamental para o aprendizado de alunos surdos, exigindo que os educadores adotem abordagens que vão além do ensino tradicional. A formação contínua dos professores é um desafio central para garantir uma educação de qualidade, pois a qualidade do ensino está diretamente ligada à formação teórica e prática dos educadores. Estratégias bilíngues, que incorporam a Língua de Sinais e a língua escrita necessitam de uma formação adequada, que inclua a cultura surda no currículo e que leve em consideração a memória surda. Além disso, a falta de capacitação específica e de recursos para o ensino inclusivo agrava as barreiras enfrentadas pelos alunos surdos. A formação continuada deve priorizar o desenvolvimento profissional e a atualização sobre inovações pedagógicas, em vez de apenas corrigir deficiências da formação inicial. Ao superar os desafios da formação docente, é possível transformar a experiência educacional de alunos surdos, promovendo uma educação mais justa e inclusiva.

A quinta categoria trata das estratégias para a inclusão de alunos surdos no ambiente educacional. Nesta perspectiva, a inclusão de alunos surdos na educação exige a adoção de estratégias que considerem suas especificidades, promovendo um aprendizado significativo, centrado na cultura e na língua materna. Essa abordagem bilíngue visa a garantia de um ambiente acessível, onde a cultura surda seja valorizada como parte da identidade dos alunos. A participação da comunidade surda e o uso de intérpretes são essenciais para uma comunicação efetiva. As práticas pedagógicas devem incorporar recursos visuais, já que a percepção visual é

fundamental para a construção do conhecimento. Além disso, é necessário promover a colaboração entre alunos surdos e ouvintes e realizar campanhas de sensibilização para combater preconceitos, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Na sexta denominada formação inicial de professores: capacitação em inclusão de alunos surdos identificou-se que a formação inicial de professores é a base para garantir a inclusão de alunos surdos, pois educadores bem preparados desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente educacional acessível. Essa formação deve incluir uma imersão na cultura surda, interação prática com alunos surdos e capacitação em Libras, permitindo que os professores desenvolvam empatia e adaptem suas práticas pedagógicas. Além disso, uma formação que aborda metodologias de ensino bilíngue e ofereça recursos visuais e tecnológicos, promove a colaboração entre alunos surdos e ouvintes. O apoio contínuo e a atualização das práticas pedagógicas são igualmente importantes para atender às necessidades dos alunos surdos, garantindo que sua educação seja significativa e respeitosa. A implementação de um currículo dinâmico e a sensibilização para as questões enfrentadas pela comunidade surda são passos fundamentais para uma educação inclusiva e equitativa, permitindo que todos os alunos alcancem seu pleno potencial.

A realização desta pesquisa enfrentou algumas limitações que impactaram o processo de coleta de dados e a profundidade das informações obtidas. Uma das principais restrições foi a ocorrência de enchentes, que afetou diretamente o acesso a algumas localidades e dificultou a realização de entrevistas presenciais com os participantes. Essa situação adversa limitou as possibilidades de interação face a face, que eram inicialmente esperadas para obter uma compreensão mais rica e detalhada das experiências dos professores. Devido a essas circunstâncias, foi necessário adaptar a metodologia de pesquisa, optando pela utilização de formulários online para a coleta de dados. Embora essa abordagem tenha possibilitado alcançar um maior número de participantes em um curto período, ela também trouxe desafios. A falta de interações pessoais pode ter limitado a profundidade das respostas, uma vez que as nuances da comunicação não verbal e as dinâmicas de diálogo espontâneo foram perdidas. Além disso, o formato dos formulários pode ter influenciado a forma como os participantes expressaram suas

opiniões e experiências, resultando em dados que podem carecer de contextualização mais ampla.

A seguir algumas propostas de pesquisas futuras: (i) Estudo Longitudinal com Educadores: Acompanhar um grupo de professores ao longo do tempo para observar como a formação em inclusão de alunos surdos impacta suas práticas pedagógicas e suas percepções sobre a cultura surda; (ii) Análise de Metodologias Ativas: Pesquisar o uso de metodologias ativas e sua efetividade na inclusão de alunos surdos em ambientes educacionais, focando em adaptações necessárias para atender às necessidades dessa população; (iii) Avaliação da Acessibilidade de Recursos Educacionais: Levantar dados sobre a acessibilidade dos materiais didáticos utilizados em salas de aula que incluem alunos surdos, identificando lacunas e propondo melhorias. (iv) Impacto das Experiências Culturais: Investigar como experiências culturais, como intercâmbios e eventos com a comunidade surda, influenciam a formação de professores e a inclusão de alunos surdos nas escolas. (v) Comparação entre Diferentes Modelos de Ensino: Analisar como diferentes modelos de ensino bilíngue e inclusivo afetam a aprendizagem de alunos surdos em comparação com métodos tradicionais. (vi) Formação Contínua para Educadores: Estudar a eficácia da formação contínua ou sobre o Preconceito e Inclusão: Para professores que trabalham com alunos surdos, identificando áreas mais relevantes e melhores práticas. (vii) Realizar pesquisas que abordem como preconceitos relacionados à surdez impactam a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar e a formação de professores sobre o tema.

Ao fomentar a pesquisa e a discussão sobre essas questões, espera-se ter contribuído para a transformação das práticas educacionais, assegurando que os direitos e as necessidades dos alunos surdos sejam respeitados e atendidos de acordo com sua cultura.

Para finalizar este trabalho, que para mim é muito importante, deixo-lhes uma mensagem:

*No silêncio, as mãos falam,
cultura e identidade se encontram.
Memória surda, rica em história,
juntos, construímos a nossa trajetória.
Cada aluno traz sua vivência,
no aprendizado, a verdadeira essência.*

*Desafios são parte do caminho,
mas a inclusão é nosso destino*

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A. **Formação e trabalho docente de professores surdos para o ensino de Libras como língua materna**. in: Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial (V CBEE) / VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial (VII ENPEE). São Carlos: UFSCar. pp. 663-679, 2012.

ALMEIDA, D. de; SANTIAGO, E. C. L. da S.; PONTES, P. M. do C.. **O papel da escola e da família no processo de ensino e aprendizagem de crianças surdas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019. Editora Realize, 2019.

ALVEZ, C. B; FERREIRA, J. de P.; Damázio, M.M. **Educação Especial Perspectiva da Educação Escolar: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: MEC, 2010.

ANDRADE, É. Estudo da disciplina de Libras em duas licenciaturas no litoral do Paraná. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 6, nº 1, p. 39-51, jan./jun. 2013.. DOI: <https://doi.org/10.5380/diver.v6i2.35085>.

ANDRÉ, M. A complexa relação entre pesquisa e políticas públicas no campo da formação de professores. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 270-276, set./dez. 2009a. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5773/4194> . Acesso em: 25 jun. 2024.

ANSAY, N. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2009.

ARAÚJO, C. C. M.; LACERDA, C. B. F. de. Linguagem e desenho no desenvolvimento da criança surda: implicações histórico-culturais. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 4, p. 695–703, out. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/56TPvnKLPrG7GP8XFjX8tms/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

BAIENSE, J. K. R.; MACHADO, L. M. da C. V.; SILVA, R. M.da. A importância da formação docente para a Educação de Surdos nos ambientes educacionais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 20, 30 de maio de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/20/a-importancia-da-formacao-doc-ente-para-a-educacao-de-surdos-nos-ambientes-educacionais>

BARROS, J.D'A.. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BRASIL. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência física**. Elaboração: SILVA, AF; CASTRO, ALB; BRANCO, MCMC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: . Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL.**Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC/Seesp, 2005.

BRASIL.**Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL, LEI Nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. **Altera a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm Acesso em: 2 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei 9.394, de 1996. **Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 8 de julho de 2021. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para garantir a educação bilíngue para pessoas surdas**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jul. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2021-2024/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL.**Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretária de Educação Especial – MEC. SEESP, 2001. 79p.**

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica_nacional_educacao_2008.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação da mázio profissional. **Revista Brasileira da Pós-Graduação - RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 147-148, jul. 2005. Disponível em: . Acesso em: 28 junho 2023.

BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa** Brasília: MEC/SEESP, 2014.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

CALLIS, L. **Interpreting and cultural identity in the Deaf community**. 2015. Disponível em: <https://www.deafcommunity.org>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMPELLO, A. R. e S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007.

CROMACK, E. M. P. DA C.. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 2, n. 4, p. 68–77, dez. 2004.

CARDINI, F. Un sociologo al Santo Sepolcro. In: HALBWACHS, M. **Memorie di Terasanta**. Veneza, Ed. Arsenale, 1988. p. vii-xxiv.

CASTRO J., G. de. **Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo**. In: ALMEIDA, Wolney Gomes.(Org.).Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.Ilhéus:Ed.Editus,2015.Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida9788574554457.pdf> >. Acesso em 16/10/2024.

CARVALHO, L.S.; FERREIRA B. et al.. Os desafios na qualificação docente para o ensino da língua brasileira de sinais. **Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<http://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48462>>. Acesso em: 08/03/2024 10:29

CHIMENTÃO, L. K. **O significado da formação continuada docente**. Londrina: Universidade de Londrina, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/conpef/conpef4/trabalhos/comunicacaooralartigo/artigoco_moral2.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.I; SOMMER, L. H. Estudos Culturais e educação – um panorama. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org). **Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação**, 2. ed. Canoas: Ulbra, 2011, p. 107-120

DURKHEIM. E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografia dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Ethical principles of psychologists and code of conduct. In: **Methodological issues and strategies in clinical research (4th ed.)**. Washington: American Psychological Association, 2015. p. 495–512.

FARIA, E. M. B. et al. Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: DORZIAT, A. **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FLEURI, R. M.; COSTA, M. C. V. **Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular**. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

FLEURI, R. M. **Educação intercultural e formação de professores** / Reinaldo Matias Fleuri. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FELIPE, T. M. **Bilingüismo e surdez**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, 1, 1989, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1983.

FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Ed. Atual, Curitiba: Ibpex, 2011.

FINAU, R. **Possíveis Encontros entre cultura surda, Ensino e Linguística**. In: QUADROS, R. M. de. (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

FOSTER, S.; LONG, G.; SNELL, K. Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v.4, n.3, p.225-235, Summer, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1093/deafed/4.3.225>

GATTI, B. A. Análise da política pública para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Anped; v. 13, n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008.

GARCIA, B.G. O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e a relevância da diversidade para a educação de surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 149-162.

GERARDI, G.G. AMORIN .G.S.**Identidade e cultura surda: Representações da surdez na cultura pop**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <http://gru.ifsp.edu.br/phocadownload/superior/CULTURA%20SURDA.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILE, D. **The Effort Models of Interpreting**. In: _____. (org.). Basic concepts and models for interpreter and translator training. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 45.

GÓES, M. C. R.; SOUZA, R.M. A linguagem e “estratégias comunicativas” na interlocução entre educadores ouvintes e alunos surdos”. **Revista Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, vol.10, dez.1998, pp.59-76.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 79-107.

GOMES, M. Pedagogia no século XVI: Pedro Ponce de Leon. **Educativa: a Revista do Professor**. n.3. Edição Especial. São Paulo: Minuano Cultural, 2008.

GONÇALVES, H., FESTA, P. Metodologia do professor no ensino de alunos surdos. **Ensaios Pedagógicos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, 2013, p. 1-13.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F. R.; GONDAR, J. (Org.). Por que memória social?. **Revista Morpheus** - estudos interdisciplinares em memória social: Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

HARRISON, K. M. P.. Libras: apresentando a língua e suas características. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p. 27-36

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine la Guarda Resende. et. al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

JACOBS, K. JACOBS, L. **Dicionário de terapia ocupacional: guia de referência**. São Paulo: Roca, 2006.

KELLER, H. **A história da minha vida**. 1º ed. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: José Olympio, 2018. 518p.

KELMAN, C. A. **Multiculturalismo e Surdez: uma questão de respeito às culturas minoritárias**. In: FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KLEIN, M.; LUNARDI, M. L. **Surdez: um território de fronteiras**. EDT: Educação Temática Digital, Campinas, v. 7, n. 2, p. 14-23, jun. 2006

KRENAK, A. **O lugar onde a terra descansa**. São Paulo: YWY Editora, 1991. p. 51.

KUMADA, K. M. O. **Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais**. São Paulo, 2017, 252s. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

KUSTERS, A.; DE MEULDER, M.; MESH, J. L. (Eds.). **The Oxford Handbook of Deaf Studies, Language, and Education**. Oxford University Press, 2019.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência.** *Caderno Cedes*, Unicamp, Campinas, v. 26, nº 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C B.F.; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos.** EdUFSCar: São Carlos, 2014.

LACERDA, C. B. F. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos.** 1996. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

LADD, P. ***Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood***. Clevedon, England: Multilingual Matters, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.21832/9781853595479>. Acesso em: 14 nov. 2024.

LANE, H. **The mask of benevolence: disabling the deaf community.** New York: Alfred A. Knopf, 1992.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Y. U.F. et al. **Necessidades formativas e formação contínua de professores de redes municipais de ensino.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33, 2010, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT08-6543--Int.pdf>>. Acesso em: 25 de ago de 2024.

LODI, A. C. **A construção de uma universidade inclusiva: Ação e reflexão sobre surdez.** Editora Mediação. 2006.

LODI, A. C. Educação Bilíngue para surdos. In: LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília (orgs.) **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngue.** São Paulo: Plexus, 2000. (parte 2 - Possibilidades de atuação fonoaudiológica frente à Abordagem Bilíngue) pp. 64-83.

LOPES, M. C.; VEIGA-N., Alfredo. Marcadores Culturais Surdos. In: VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini (Org.). **Educação de Surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

MAGALHÃES, L. K. C.; AZEVEDO, L. C. S. S. **Formação Continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente.** *Cadernos CEDES*, v. 35, n. 95, p. 15–36, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/G7FqdmS45c6bxtK8XSF6tbq/?lang=pt#ModalHwocite>. Acesso em: 06 set 2024.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Editora Bookman, 2001.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Moderna, 2003.

MARTINS, C. R. **O Componente Curricular Libras na Percepção das Acadêmicas dos Cursos de Pedagogia e Psicopedagogia do Unilasalle – Canoas/RS**. Canoas, 2009. Monografia - Universidade La Salle, Canoas.

MINAYO, M. C. de S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINAYO, M.C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação, Lisboa**, n. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>. Acesso em: 08 out. 2024.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M.C. de S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: VOZES, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). **Cartilha de Formação em Acessibilidade Atitudinal**. Fortaleza: MPCE, 2023. Disponível em: <https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2023/07/Cartilha-de-Formacao-em-Acessibilidade-Atitudinal.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

MONTEIRO, M. S.. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **Revista Educação e Temática Digital**, n. 7(2), 2006, 292-302. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.810>

MOURA, M.C. A Fonoaudiologia e a Surdez. In: LACERDA, Cristina Bróglia Feitosa de; NAKAMURA, Helenice; LIMA, Maria Cecília (orgs.) **Fonoaudiologia: 109 Surdez e Abordagem Bilíngue**. São Paulo: Plexus, 2000. (parte 2 – Possibilidades de atuação fonoaudiológica frente à Abordagem Bilíngue) pp.59-63.

NASCIMENTO, C.R. do. **Identidade Pessoal em Paul Ricoeur**. 2009. 80 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós Graduação em Filosofia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1995.

OLIVEIRA, A.S.de A.; ABREU, C. S. de; BRAUNA, M. P.; OLIVEIRA, N.S.de A.; OLIVEIRA, S.de. Educação Especial: os desafios da inclusão de alunos surdos no contexto escolar. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 18, 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/18/educacao-especial-os-desafios-da-inclusao-de-alunos-surdos-no-contexto-escolar>

OLIVEIRA, F. B. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 2012. Disponível em: <https://williamlgoncalves.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/07/oliveira-fabian-a-barros-desafios-na-inclusao-dos-surdos-e-o-interprete-de-libras-dic3a1logos-saberes-mandaguari-v-8-n-1-p-93-108-2012.pdf> . Acesso em: 05 jun. 2023.

OLIVEIRA, R. Diversidade e inclusão nas universidades: um desafio contemporâneo. **Revista de educação inclusiva**, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2021.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira; estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed. 2004.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, Brasília: MEC, SSEP, 2004.

PADDEN, C; HUMPHRIES, T. **Deaf in America: Voices from a Culture**. Harvard University Press, 1988.

PERLIN G.;MIRANDA W. Surdos: o Narrar e a Política. **Estudos Surdos – Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos** nº 5, UFSC/ NUP/CED, Florianópolis, 2003.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana. **A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul, 2004.

PERLIN, G. T. T. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PEREIRA, L. **Tecnologias assistivas e a construção de ambientes inclusivos**. São Paulo: Editora Universitária, 2022.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, S. L. de A. A cultura e as diferentes concepções apreendidas nas determinações históricas. **Revista de Educação do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Jataí da Universidade Federal de Goiás**, Jataí, v. 1, n. 3, p. 1-15, jan./jul. 2007.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5 n. 10, 1992, p.200-212.

RICOEUR, P. **O Si-Mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. p. 111-174.

RICOEUR, P. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação** Lisboa: Edições 70, 2000.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa I: A intriga e a narrativa histórica**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROMANINI, M; MACEDA, M. O processo de construção da acessibilidade atitudinal em cursos da área de saúde de uma universidade comunitária: contribuições da Psicologia Escolar. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 18, p.

e0025, 2022. DOI: 10.5965/19843178182022e0025.

ROMÁRIO, L; DORZIAT, A. Considerações sobre a pedagogia visual e sua importância para a educação de pessoas surdas. **Revista Cocar**, Belém, v. 10, p. 52-72, 2016.

SÁ, N. R. L. de. Os estudos surdos. **Revista da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos**, Rio de Janeiro. Ano IV, n.15, 2002.

SACKS, O. **Vendo Vozes: uma Viagem ao Mundo dos Surdos**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTIAGO, S; PEREIRA, D. **A especificidade do trabalho pedagógico com alunos surdos**. In: SANTIAGO, Sandra Alves da Silva (Org.). Problematicando a inclusão do estudante Surdo: da educação infantil ao ensino superior. João Pessoa: CCTA, 2015, p. 47-63.

SANTOS, M. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

SASSAKI, R. K. Inclusão, o paradigma da próxima década. **Mensagem**, Brasília, v. 34, nº 83, p. 29, 1998.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. – formação de professores. In: Livro: **Interlocuções Pedagógicas: Entrevista**. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SEGALA, R.R. **Tradução intermodal e intersemiótica / interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SEVERINO, A. J. **Preparação técnica e formação ético-política dos professores**. In: BARBOSA, R. L. (Org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. p. 71-89.

SEVERINO, A. J. **A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil**. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 51-74

SKLIAR, C. **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2005.

SILVA, E. L., & M, E. M.. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação** (3ª ed.). Universidade Aberta, 2000.

SILVA, J. D.; SILVA, C. M. M.. A pedagogia visual no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, [S.l.], n.58, p. 1-10, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/5246>>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, M. **Inclusão Digital: algo mais do que ter acesso às tecnologias digitais**. In: RANGEL, M.; FREIRE, W. (Orgs.). Ensino-aprendizagem e comunicação. Rio de Janeiro, RJ: Wak, 2010. p. 131-147.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados – EDUSF, 1999.

STEREN, S. T. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, ano 11, n. 22 julho/dezembro de 2009.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

TARTUCI, D. **A experiência escolar de surdos no ensino escolar regular: condições de interação e construção de conhecimento**. 2001. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba.

TEIXEIRA, K.C. **A constituição do indivíduo surdo e a institucionalização da surdez: adaptação e resistência**. 2004, 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.

THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). **A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

UNIVERSIDADE LA SALLE CANOAS. **Universidade La Salle Canoas - Institucional**. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/canoas/institucional>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

VASCONCELLOS, C. S. **Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas**. In: Universidade Estadual Paulista, Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v.11, 2011.p. 33-58.

VELOSO, É; MAIA .F. V. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez**. vol.1. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2007.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Completas – Fundamentos de Defectologia**. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1995.

WAGNER, L. C. et al. **Acessibilidade das pessoas com deficiência: o olhar de uma oportunidade na periferia de Porto Alegre**. *Ciência em Movimento*, Porto Alegre, v. 12, n. 23, p. 55-67, 2010.
<http://dx.doi.org/10.15602/1983-9480/cmrs.v12n23p55-67>.

WITKOSKI, S. A. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, nº 42, set./dez. 2009.

WRIGLEY, O. **The Politics of Deafness**. Gallaudet University Press. Washington, D.C., 1996.